
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA MOTRICIDADE
(PEDAGOGIA DA MOTRICIDADE HUMANA)**

**FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO DO
DEFICIENTE NO ENSINO REGULAR SOB A ÓTICA DE PROFESSORES**

MARINA TEBALDI

Orientadora: Profa. Dra. Dagmar Aparecida Cynthia França Hunger





UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA MOTRICIDADE
(PEDAGOGIA DA MOTRICIDADE HUMANA)

MARINA TEBALDI

THE ONGOING GRADUATION IN PHYSICAL EDUCATION STUDIES AND THE
INCLUSION OF DISABLE PEOPLE IN REGULAR SCHOOLS UNDER THE
TEACHER’S PERCEPTION

Dissertação apresentada ao Instituto de
Biociências do Câmpus de Rio Claro,
Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, como parte dos requisitos
para Defesa de Mestrado em Ciências da
Motricidade, área Pedagogia da
Motricidade Humana.

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Dagmar Aparecida Cynthia França Hunger

Prof. Dr. Istvan de Abreu Dobranszky

Profa. Dra. Fernanda Rossi

Rio Claro, julho de 2014

RESUMO

A presente investigação objetivou analisar a percepção de um grupo de professores, da Rede Municipal de Ensino da cidade de Rio Claro-SP, no que diz respeito à Formação Continuada em Educação Física e à inclusão do deficiente no Ensino Regular. Trata-se de pesquisa qualitativa e na revisão da literatura abordaram-se os temas referentes à formação continuada, deficiências e inclusão. Por intermédio da técnica de entrevista semiestruturada foram coletados oito depoimentos de professores da Rede Municipal de uma cidade do interior paulista e um da professora coordenadora da Educação Especial. Os dados provenientes das entrevistas foram analisados em conformidade com a técnica de Análise de Conteúdo Temático. Constataram-se depoimentos favoráveis às contribuições da formação continuada na perspectiva da inclusão do deficiente e vêm auxiliando o professor na difícil questão pedagógica referente à inclusão do educando deficiente no Ensino Regular. Entretanto, um trabalho multidisciplinar ainda não é efetuado e há falta de materiais e recursos, ou seja, de infraestrutura física adequada, e os cursos de formação nesta perspectiva inclusiva ainda são básicos. Não obstante à existência de políticas públicas da Prefeitura Municipal oferecidas ao professor escolar, urge a realização de mais cursos com ênfase à temática inclusiva, bem como, específicos em termos de conhecimentos científicos e da intervenção pedagógica no campo das deficiências intelectuais e motoras. Caso contrário, dificilmente o que é determinado por leis, bem como, abordado por estudiosos nesta área, será concretamente aplicado. Concluiu-se que, para que a formação continuada inclusiva seja eficaz para os professores, deve existir um trabalho multidisciplinar, atendendo todas as necessidades dos educandos, uma formação continuada pensada pelos professores, e realizada para atender as necessidades desses professores.

Palavras-chave: Formação Continuada de professores, inclusão, Educação Física.

ABSTRACT

THE CONTINUING EDUCATION IN PHYSICAL EDUCATION STUDIES AND THE INCLUSION OF DISABLED PEOPLE IN REGULAR SCHOOLS UNDER THE TEACHE'S PERCEPTION

This current investigation focuses on analyzing municipal school teachers' perception in Rio Claro city, State of São Paulo. It concerns the continuing education in Physical Education studies and the inclusion of disabled students in regular schools. It is about qualitative research and in the literature review, issues referred to continuing education, inclusion and inclusive education have been approached. Through semi structured interviews, four declarations have been given by municipal school teachers in Rio Claro/SP and another one was given by the teaching coordinator of Special Education. The information collected in the interviews has been analyzed through Content Analysis Technique. Favorable declarations regarding ongoing graduation contributions in inclusive perspective have been verified. They have supported teachers in the difficult pedagogic task referred to disabled students' inclusion in Regular Education. Nevertheless, multidisciplinary work is not performed yet and there is lack of materials and resources, in other words, there is lack of adequate physical facilities. Besides the Public Policy Programs offered by the City Hall to municipal teachers, it is necessary to provide courses with emphasis on inclusive themes such as specific ones regarding scientific terms and the pedagogical intervention in the field of intellectual and motor disabilities. Otherwise, what is determined by laws as well as approached by experts in this field will be hardly corresponded. It was concluded that for inclusive continuing education for teachers to be effective, there must be a multidisciplinary work, meeting all the needs of the students, an ongoing education designed by teachers, and performed with the aid of the same.

Key-words: Teachers' continuing education, Inclusion, Physical Education

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter nos sustentado e conduzido até este momento, pelo sustento sempre presente.

Gostaria também de agradecer muito aos meus pais Ariovaldo e Cátia, que sempre incentivaram minhas escolhas, me apoiaram para que eu concluísse esta etapa, e especialmente por serem a minha base durante toda a vida, meus exemplos de pessoa e profissional. A minha tia Liliane que sempre torceu por mim, e esteve presente no momento desta conquista profissional e de muitas outras conquistas pessoais.

Meus agradecimentos sinceros ao Marcelo que ao longo deste caminho se tornou um companheiro fundamental, que me deu muita força para que eu não abandonasse esta jornada. Que me colocava no eixo quando eu pensava que já não podia mais seguir nessa trajetória acadêmica, ele sempre estava por perto me incentivando e dizendo que eu era capaz.

Aos professores que participaram da presente pesquisa, sem a participação e o auxílio deles esta pesquisa jamais teria se realizado, á secretaria de educação da cidade de Rio Claro que abriu as portas para que se efetivasse tal projeto, assim como as coordenadoras Gisele e a Patrícia, que colaboraram muito para o sucesso desta pesquisa.

Aos amigos que caminharam comigo durante esta jornada, que de alguma maneira influenciaram a minha trajetória.

Ao professor Istvan, que esteve comigo e me orientou na graduação, e se tornou um amigo.

A professora Fernanda que me incentivou a começar esta jornada.

A professora Dagmar que acreditou em mim para realizar este trabalho.

LISTA DE ABREVIATURAS OU FIGURAS

LDBEN	Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional
CNE/CEB	Conselho Nacional de Educação/ Conselho de Educação Básica
NEE	Necessidades Educacionais Especiais
APAE	Associação de Pais e Amigos Excepcionais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
CIFID	Conceituação Internacional de Funcionalidade Incapacidade e Desvantagem
EJA	Educação de Jovens Adultos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
NAM	Núcleo Administrativo Municipal
TDAH	Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade
HTPC	Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo
ONU	Organização das Nações Unidas
REI	Regular Education Initiative
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
D. A.	Deficiente Auditivo
Q. I.	Quociente de Inteligência

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- TRAJETÓRIA DE FORMAÇÕES A PARTIR DOS ANOS 80.....	24
Quadro 2- CURSOS OFERECIDOS A TODOS OS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO DE 2008	53
Quadro 3- CURSOS OFERECIDOS PARA TODOS OS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO DE 2009	54
Quadro 4- CURSOS DESTINADOS A TODO E QUALQUER PROFESSOR DA REDE MUNICIPAL NO ANO DE 2010.....	55
Quadro 5- CURSOS DESTINADOS A TODO E QUALQUER PROFESSOR DA REDE MUNICIPAL NO ANO DE 2011.....	56
Quadro 6- CURSOS DESTINADOS A TODOS OS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL, NO ANO DE 2012.	57

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO II - MÉTODO DE ABORDAGEM, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS	15
2.1. ABORDAGEM QUALITATIVA	15
2.2 TÉCNICAS DE PESQUISA	15
2.2.1 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES GERADAS	18
2.3 PROCEDIMENTOS, COLETAS E DEFINIÇÃO DOS TEMAS DE ANÁLISE...	19
CAPÍTULO III - CONTEXTUALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA .	23
3.1. RETROSPECTIVA HISTÓRICA.....	23
3.2 A FORMAÇÃO CONTINUADA E SEUS SIGNIFICADOS	25
3.3 A FORMAÇÃO CONTINUADA E SEU LÓCUS.....	29
3.4 BREVE RETROSPECTO HISTÓRICO DE EXCLUSÃO DO DEFICIENTE E SUAS PERSPECTIVAS DE INCLUSÃO POR INTERMÉDIO DA FORMAÇÃO CONTINUADA	31
CAPÍTULO IV - O CORPO DEFICIENTE: HISTÓRICO, INSERÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR.....	33
4.1 BREVE HISTÓRIA DO CORPO DEFICIENTE	33
4.2 O DEFICIENTE NO ENSINO REGULAR: DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO.....	36
4.3 POR DENTRO DA ESCOLA.....	40
4.3.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA	42
4.3.2 PROPORCIONANDO UMA ESCOLA INCLUSIVA.....	44
4.3.3 EDUCAÇÃO FÍSICA COMO FERRAMENTA DA INCLUSÃO	46
4.4 INCLUSÃO SOCIAL X INCLUSÃO ESCOLAR	48
CAPÍTULO V - FORMAÇÃO CONTINUADA: POLÍTICAS DE INCENTIVO MUNICIPAIS, SIGNIFICADOS, CONTRIBUIÇÕES E A INCLUSÃO DO DEFICIENTE NA ÓTICA DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	51
5.1 POLÍTICAS MUNICIPAIS DE INCENTIVO À FORMAÇÃO CONTINUADA, AVALIAÇÃO E PROPOSTAS	59
5.2 GRADUAÇÃO, OS SIGNIFICADOS E CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO CONTINUADA	65
5.2.1 DA FORMAÇÃO INICIAL.....	65

5.2.2 FORMAÇÃO CONTINUADA: DOS SIGNIFICADOS ÀS CONTRIBUIÇÕES	67
5.3 FORMAÇÃO CONTINUADA NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO DO DEFICIENTE NO ENSINO REGULAR.....	71
5.4 A INCLUSÃO DO DEFICIENTE NO ENSINO REGULAR.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS	91
APÊNDICE A – CARTA DE APROVAÇÃO DE PESQUISA PELO COMITÊ DE ÉTICA	98
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO.....	99
APÊNDICE C- ROTEIROS DE QUESTÕES DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS E TRANSCRIÇÃO DOS DEPOIMENTOS.....	100

INTRODUÇÃO

A presente investigação originou-se de indagações acadêmicas, surgidas ainda na graduação, referentes ao ser deficiente intelectual na sociedade brasileira e, especialmente, no contexto escolar, bem como no que diz respeito à formação inicial e continuada de professores no âmbito da educação especial e inclusiva.

Como estudante de graduação em Educação Física na PUC-Campinas (2007 a 2010) iniciei os estudos da problemática em questão, apresentando como trabalho de conclusão de curso (TCC), uma análise das possibilidades de inclusão do deficiente na sociedade e a preparação curricular de um grupo de estudantes universitários em educação física, geografia e terapia ocupacional. Em suma, foram constatadas as dificuldades de se trabalhar com alunos deficientes, especialmente, dadas as limitações em termos de fundamentação teórica e prática no campo da educação especial (TEBALDI, 2010).

Sabe-se que, atualmente, o ensino de graduação ainda apresenta dificuldades para sanar tal problema, até porque são apresentadas muitas variáveis de naturezas filosóficas, políticas, econômicas, científicas, educacionais, estruturais, dentre outras.

Cursos de formação continuada, no entanto, têm procurado amenizar essa lacuna ao fornecer aos profissionais (professores) acesso aos conhecimentos científicos, didáticos e à reflexão sobre a inclusão da pessoa com deficiência no ambiente educacional e social.

No que se refere à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), é determinado que:

O professor deve ter como base de sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos da educação especial. Esta formação deve contemplar conhecimentos de gestão de sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando à acessibilidade arquitetônica, os atendimentos de saúde, a promoção de ações de assistência social, trabalho e justiça. (BRASIL, 2008, p. 17-18)

Urge no país uma política pública em educação que priorize e proporcione cursos/atividades/conteúdos/disciplinas, na formação inicial e continuada, que possibilitem a preparação de estudantes universitários e professores/profissionais na perspectiva da cultura inclusiva. Tal cultura seria capaz de promover a formação dos professores, de modo a

compreender as diferentes pessoas que estão ao seu redor, permitindo-lhes o desenvolvimento de projetos que incluam o deficiente com dignidade, respeito e justiça. Seja na educação escolar, no trabalho, no lazer e, o melhor, na sociedade.

Rossi (2010) pesquisou quais os significados que um grupo de professores da rede pública de ensino atribuía à formação continuada com referência à profissionalização docente em educação física. Constatou-se a necessidade do professor se manter em constante aprendizado e formação, reaprendendo o ser professor a cada dia.

A autora ainda afirma, com base na literatura consultada em seu estudo (GÜNTHER; MOLINA NETO, 2000; RANGEL BETTI, 2001; MOLINA, MOLINA NETO, 2001; BRACHT et al., 2002; FERREIRA, 2006), que há uma preocupação por parte dos órgãos públicos, em realizarem ações de formação junto aos professores, fazendo destes protagonistas de sua própria formação. Todavia, o cenário da realidade concreta é notavelmente diferente. Professores não participam de ações de formação devido a diversas dificuldades, tais como: falta de tempo disponível, questões financeiras, jornada de trabalho muito longa, baixa remuneração, desvalorização do fazer, dentre outras peculiares a cada um. Quando questionados a respeito do papel do Estado e da Escola na formação continuada, relataram casos nos quais eles próprios precisaram financiar os cursos, pois o Estado não financiou, descumprindo assim, sua função primeira (ROSSI, 2010).

Estes foram alguns dos empecilhos identificados, a partir dos dados de Rossi (2010), para que a formação continuada esteja apta na promoção de um profissional melhor qualificado. Desta forma, constatou-se um quadro crítico e de difícil superação. Todavia, espera-se que em um futuro próximo, a formação continuada esteja mais próxima do âmbito escolar, e que o professor se sinta parte integrante da mesma.

Considerando-se o TCC (TEBALDI, 2010) e relevando os estudos, as constatações e apontamentos da dissertação e tese de Rossi (2010; 2013), a presente pesquisa objetivou analisar a formação continuada em Educação Física, especificamente, no que diz respeito à inclusão do deficiente no Ensino Regular, por intermédio da avaliação de um grupo de professores da Rede Municipal de Ensino da cidade de Rio Claro-SP. Para tanto, a indagação principal do estudo permeou se os cursos de formação continuada têm correspondido às expectativas dos professores no que diz respeito à inclusão do deficiente no Ensino Regular.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, (BRASIL, 1996), o processo inclusivo deveria ser realizado nas Escolas Regulares. Esta lei

garante o acompanhamento destes alunos deficientes por um profissional especializado. Tal direito é assegurado pelo seguinte fragmento da LDBEN:

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96 resguarda o caráter específico do atendimento educacional especializado, que se destina àqueles portadores de necessidades especiais que dele necessitam. Para atingir o objetivo de equidade dos resultados da educação é necessária uma mudança no processo pedagógico. (BRASIL, 1996, s/p)

Proporcionar a este aluno a entrada e permanência na classe de Ensino Regular é dever do Estado. Assim como a LDBEN (BRASIL, 1996), a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) também aponta a necessidade de o aluno deficiente estar incluso no Ensino Regular. Abaixo se tem estabelecido que:

Art 2º Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. Parágrafo único. Os sistemas de ensino devem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses. (BRASIL, 2001, p.1)

De acordo com a Resolução acima, entende-se que é dever da própria escola se organizar para atender o público com deficiências. E, ainda a mesma Resolução em seu Art. 3º, a Educação Especial é definida como:

Art. 3º Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (BRASIL, 2001, p.1)

Com base no artigo descrito acima, deve-se garantir que o educando com qualquer tipo de deficiência tenha as mesmas oportunidades que os alunos regulares. O aluno deficiente também deve poder participar do processo de ensino e aprendizagem, assim como, qualquer estudante pertencente à Rede Municipal de Ensino. O referido processo de ensino e aprendizagem deve proporcionar situações, vivências e conhecimentos capazes de formar os alunos, futuros cidadãos conscientes e críticos (BRASIL, 1997).

Deste modo, a inclusão de pessoas com deficiências é parte integrante da realidade escolar, portanto, faz-se necessário que os professores estejam preparados para

atender a estes alunos (deficientes). Nesta perspectiva, a formação continuada surge como um espaço que procura viabilizar o processo de Inclusão proposto.

A Inclusão nos rodeia todos os dias, e muitas vezes continua ignorada. Objetivando definir a conceituação no tocante à inclusão, recorreu-se à literatura, a qual nos diz que, incluir é promover a participação de todos, ou seja, é fazer com que o outro se sinta parte integrante da escola, assim como da sociedade (MANTOAN, 2003; MARTINS, 2006).

Logo, esse processo inclusivo deve gerar uma transformação de dentro para fora em todos os cidadãos que dele participam, é necessário sensibilização para se conseguir projetar e realizar a Inclusão, que segundo aborda a literatura especializada, seria um sentimento de pertencimento à classe, assim como à sociedade.

O presente estudo buscou, de modo semelhante à Rossi (2013), entretanto possuindo como foco principal a formação continuada, o ensino escolar e a Inclusão do deficiente:

O diálogo entre a produção acadêmica e as práticas e os saberes dos professores na tentativa de elucidar questões fundamentais a respeito da formação continuada para a possibilidade de pensar em ações transformadoras da realidade educacional. (ROSSI, 2013, p. 19)

Para tanto, foram realizadas análises de depoimentos de um grupo de professores efetivos por meio de concurso e atuantes na Rede Municipal de Ensino, na cidade de Rio Claro - SP, os quais participaram de cursos de formação continuada referentes à Inclusão do deficiente no Ensino Regular.

Anseia-se que a formação continuada seja aquela que promova, assim como aponta Candau (1996, p. 150): “A reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal e profissional em situação mútua.” Tal anseio parte do pressuposto que os cursos de formação continuada são feitos para e pelos os professores (IMBERNÓN, 2010).

Seria importante que o professor estivesse no processo de planejamento, execução e avaliação destes cursos. Tal importância se justifica pelo fato elucidado por Imbernón (2010). O autor explicita que os cursos de formação devem ser elaborados para e pelos professores. Logo, é de extrema importância a opinião e participação ativa do professor na construção destes cursos, pois os professores são os protagonistas da formação continuada (IMBERNÓN, 2010).

A pesquisa apresenta-se estruturada em: Introdução e mais seis capítulos. A introdução aponta a problemática referente à formação continuada e inclusão. O Capítulo II. - Método de Abordagem, Técnicas e Procedimentos Metodológicos, explicita a concepção de

pesquisa qualitativa (NEVES, 1996; ROSSI, 2010; ARAUJO, 2004) e justifica sua aplicabilidade à problemática em questão. O referido capítulo ainda esclarece o uso das técnicas de pesquisa bibliográfica para elaboração dos capítulos referentes à revisão da literatura e como fundamentação teórica para se discutir o objeto de estudo em investigação e de entrevista semiestruturada (CERVO; BERVIAN, 1983) para a coleta dos depoimentos de um grupo de professores. Por fim, conceitua a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2009) para a discussão das fontes orais articuladas às fontes escritas e documentais.

Os Capítulos III e IV contemplam a revisão de literatura, abordando temas pertinentes ao objeto de estudo principal desta dissertação, ou seja, a formação continuada de professores (ROSSI, 2010; 2013; ABREU, 2006; ALFERES; MAINARDES, 2011), deficiência (GAIO, 2006), inclusão (MANTOAN, 2004; 2010; SANCHEZ, 2005) e escola inclusiva (BOOTH; AINSCOW, 2011).

O Capítulo V destinou-se à análise e discussão dos depoimentos do grupo de professores entrevistados, articulando-se com a literatura estudada e respondendo aos objetivos da pesquisa, em conformidade com os seguintes temas evidenciados:

- 1- As Políticas Municipais de incentivo à formação continuada, avaliação e propostas;
- 2- Graduação, os significados e contribuições da formação continuada;
- 3- A formação continuada na perspectiva da inclusão do deficiente no Ensino Regular;
- 4- A inclusão do deficiente no Ensino Regular.

Para finalizar a presente dissertação, o último capítulo, Capítulo VI, apresenta as considerações finais do estudo, sinalizando as potencialidades e futuros desafios para a formação continuada inclusiva.

CAPÍTULO II - MÉTODO DE ABORDAGEM, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS

2.1. ABORDAGEM QUALITATIVA

A pesquisa aqui desenvolvida caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, a qual advém das Ciências Humanas, sendo os dados coletados analisados por intermédio da interpretação. De acordo com Alves Mazzotti (1999, p. 20) “A pesquisa qualitativa legitima-se de métodos de investigação da tradição compreensiva ou interpretativa gerada no bojo de disciplinas das Ciências Humanas, que tem por base considerar a especificidade dos fenômenos sociais”.

Deste modo entende-se que a pesquisa qualitativa é aquela que ocorre por meio de uma análise de seus dados, por meio de interpretações. A referida pesquisa tem o objetivo de compreender o universo do indivíduo entrevistado, interpretando esta realidade de acordo com os relatos do indivíduo participante.

Nas pesquisas qualitativas, é freqüente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir daí, situe sua interpretação dos fenômenos estudados. (NEVES, 1996, p. 1)

A pesquisa qualitativa, segundo Alves Mazzotti e Gewandsznajder (1998) e André (1995), é considerada pesquisa “aberta”, de natureza ideográfica e holística, mais flexível do que a quantitativa, porém este tipo de pesquisa possui metas e foco.

Os métodos qualitativos trazem como contribuição ao trabalho de pesquisa uma mistura de procedimentos de cunho racional e intuitivo capazes de contribuir para a melhor compreensão dos fenômenos. (NEVES, 1996, p. 2)

Para Neves (1996), a pesquisa qualitativa, tem sido considerada por vezes mais rica em detalhes, mais completa, real e verídica, pelo fato do pesquisador criar um vínculo direto com o seu objeto de pesquisa.

2.2 TÉCNICAS DE PESQUISA

A elaboração dos Capítulos desenvolveu-se por intermédio de revisão bibliográfica do estado da arte do problema em questão, de literatura já publicada em documentos, livros, teses, artigos científicos e outros materiais já desenvolvidos anteriormente (MATTOS; ROSETTO JR.; BLECHER, 2004; CERVO; BERVIAN, 1983).

Iniciou-se com o tema formação de professores, em especial a formação continuada com foco na inclusão do educando deficiente, que é o objeto central desta pesquisa. Para tanto, foram revisados especialmente os estudos de Nóvoa (1995); Candau (1996) e Rossi (2010; 2013). Desenvolveu-se, ainda, um retrospecto histórico sobre a segregação do indivíduo deficiente, aceitação deste corpo, integração e Inclusão, por intermédio dos seguintes autores principais: Mantoan (2000; 2010; 2011), Almeida (2004), Baptista (2003), entre outros. Enfim, para abordar literatura referente à escola inclusiva e como tornar possível esta tarefa, estudou-se os autores Sanchez (2005) e Booth e Ainscow (2011).

Por revisão documental entende-se que:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante os quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. (LE GOFF, 1996, p. 547-548)

A presente pesquisa abordou as fontes documentais, tais como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Ministério da Educação, Declarações referentes à Educação Especial e à inclusão das pessoas com deficiência e, ainda, o documento cedido pela Secretaria da Educação Municipal da cidade de Rio Claro, o qual trata a trajetória das formações de professores de 2007 a 2012.

Questiona-se o que é análise documental e segundo Bardin (2009) a análise documental poderia ser definida como:

Uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência. (BARDIN, 2009, p. 47)

Este tipo de análise realizada por meio de documentos requer a compreensão dos dados e, como diz as palavras da própria autora Laurence Bardin (2009, p. 46) é necessário que se realize os “procedimentos e a transformação” deste documento, transformando-o em um documento secundário. “A análise documental permite passar de um documento primário (em bruto) para um documento secundário (representação do primeiro)” (BARDIN, 2009, p. 47).

Análise documental é, sobretudo, uma maneira de tratamento dos documentos analisados, por meio de classificação por temas semelhantes, análise desses conteúdos e manipulação das mensagens.

Esta pesquisa buscou dar voz ao grupo de professores que realizaram o curso de formação continuada oferecido por intermédio da prefeitura, curso este que tinha como foco, compreender sobre a temática inclusão do aluno deficiente. Essa entrevista após transcrita torna-se um documento.

As fontes orais (quando transcritas e analisadas) tornam-se documentos, com a função de registrar a história do tempo presente, facilitando a compreensão e complementando as análises dos documentos e das fontes escritas (FERREIRA, 2002).

Na referida pesquisa partiu-se de um roteiro prévio de questões, para que este pudesse auxiliar na coleta dos depoimentos no momento da entrevista com os professores (coleta das fontes orais) e, após analisados de modo articulado às fontes documentais, ou melhor, realizando assim uma análise conjectural, comparativa e articulada, entre os depoimentos dos professores, o que diz a Lei e os estudos dos autores abordados na revisão de literatura, que fazem parte do referencial teórico desta dissertação de mestrado.

Para tanto, utilizou-se a técnica de entrevista semiestruturada aplicando-se inicialmente para um grupo de quatro (4) professores, como parte de estudo piloto e para avaliação da banca examinadora do texto de qualificação, a qual possibilitou perguntas abertas e fechadas, sendo a pesquisadora quem norteou aonde a pesquisa deveria chegar, buscando garantir a objetividade científica por intermédio de questões previamente definidas pela mesma e em conformidade com o objetivo da investigação, entretanto permitiu ao sujeito (entrevistado) da pesquisa se sentir à vontade, como num “bate papo” sem formalidades, ou seja, respeitando-se as orientações metodológicas de Quaresma (2005).

Após o exame de qualificação e, respeitando-se as orientações dos examinadores foram realizadas mais entrevistas, complementando com mais questões a respeito da formação continuada ideal na concepção dos professores, assim como quais atividades foram propostas a partir da formação continuada inclusiva.

Esta técnica de entrevista depende do pesquisador e do sujeito entrevistado, o colaborador da pesquisa, que neste caso foi o professor da rede municipal de ensino do interior paulista, que vem participando de cursos de formação continuada na perspectiva da inclusão do educando deficiente, sejam recém-formados, aposentados que voltaram à ativa ou professores experientes.

Considerando tal premissa foram analisados os depoimentos de um grupo de professores escolares e do coordenador da educação especial que promove os cursos de formação continuada, especificamente relacionados à inclusão do deficiente no ensino regular. Para tal pesquisa foi de fundamental importância o estudo das fontes orais por

intermédio da técnica de análise do conteúdo (BARDIN, 2009), para que se conhecesse e compreendesse melhor o universo da formação continuada no âmbito escolar, do ensino e da inclusão do deficiente, por meio dos depoimentos dos professores que vivem a realidade social educacional.

Descreve-se abaixo a fundamentação teórica referente à técnica de análise do conteúdo (BARDIN, 2009), que foi aplicada para discussão dos depoimentos coletados com o grupo de professores.

2.2.1 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES GERADAS

Conforme Bardin (2009, p. 121) a técnica de análise do conteúdo é estruturada em três etapas: “pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados”. De acordo com a autora, deve-se ocorrer uma decifração estrutural em cada entrevista, realizando uma abstração de nós mesmos para que se consiga analisar a narração dos sujeitos.

Pertencem, pois, ao domínio da análise de conteúdo todas as iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas parciais mas complementares, consistam na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo, com o contributo de índices ou não de qualificação, a partir de um conjunto de técnicas, que, embora parciais, são complementares. (BARDIN, 2009, p. 44)

Bardin (2009) orienta compreender como funciona a análise de conteúdo, sendo a mesma, uma análise dedutiva e justificada por meio das mensagens recebidas. Ou seja, a análise de modo geral das respostas dos sujeitos pesquisados, percebendo sua maneira de linguagem, suas pausas, momentos reflexivos, alteração no falar, entre outros. Análise do conteúdo procura “ler” o que está além das palavras.

Desta maneira, é preciso avaliar as respostas da entrevista de uma maneira geral, não apenas ler e compreender o que foi dito, necessita-se ir um pouco além. Faz-se necessário a sensibilidade de perceber qual a real intenção do sujeito que fala. Perceber o que ele quer dizer, e não somente isso, mas também compreender o porquê de suas pausas e momentos reflexivos (BARDIN, 2009).

Análise do conteúdo se faz por meio de análise categorial que privilegia a frequência dos temas. De uma maneira transversal permitindo nortear as semelhanças nas categorias, constância e regularidade das respostas (BARDIN, 2009).

2.3 PROCEDIMENTOS, COLETAS E DEFINIÇÃO DOS TEMAS DE ANÁLISE

Inicialmente foi enviado o projeto de pesquisa e o modelo de termo de consentimento livre e esclarecido dos professores depoentes ao Comitê de Ética da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências - Campus de Bauru, sendo aprovados com o processo de número: 13031/46/01/12 (Apêndice A).

Aos depoentes (as entrevistas encontram-se na íntegra, no apêndice C, identificadas como professor 1, 2, 3, 4 e 5: Professor Coordenador da Educação Especial, 6,7 e 8) da pesquisa foi garantido o anonimato e a possibilidade de desistência da pesquisa, no momento em que fosse oportuno, de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – Apêndice B)

Após a validação e aprovação desta pesquisa, tornou-se mister uma visita à Secretaria da Educação da cidade de Rio Claro – SP, em julho de 2012, para se certificar do acesso aos documentos e viabilidade da coleta de depoimentos, ou melhor, se seria possível identificar e conhecer os professores que realizaram cursos de formação continuada e como as responsáveis pelas áreas de formação continuada e em Educação Especial receberiam e/ou aceitariam, ou não, auxiliar no desenvolvimento desta proposta de pesquisa. Agradecimentos especiais à Secretaria ao pronto atendimento e plena contribuição ao autorizar e fornecer os dados solicitados.

Ao realizar levantamento na Secretaria de Educação, por intermédio do professor coordenador da Educação Especial e da Coordenadoria responsável pelos cursos de formação continuada dos professores, pertencente à cidade de Rio Claro- SP, buscou-se constatar quantos professores de Educação Física que atuam no ensino fundamental realizaram cursos de formação continuada oferecidos pela Rede Municipal, nos últimos 5 anos, averiguando-se quais destes cursos foram voltados à inclusão do deficiente no Ensino Regular.

De acordo com a análise documental realizada por intermédio dos dados fornecidos pela Secretaria de Educação, tem-se que, dos cursos relacionados à inclusão exclusivamente para a área Educação Física só houve um (1) e ocorreu no ano de 2012, mas cursos para os professores de Educação Física tem sido oferecidos sempre, pelo menos um curso por semestre e desde o ano de 2007.

Em agosto de 2012, iniciou-se um curso de formação continuada com foco na inclusão do aluno deficiente, do qual participei onde houve o primeiro contato com os

professores, explicitando-se os objetivos propostos por esta pesquisa e, ainda, realizou-se uma entrevista com o responsável pela coordenação da Educação Especial.

No mês de setembro do ano de 2012 realizou-se uma entrevista piloto com um professor da Rede Municipal de Ensino da cidade de Rio Claro - SP respeitando-se as orientações da técnica de entrevista semiestruturada, abordando-se questões a respeito da formação continuada e de como seria possível a inclusão deste aluno deficiente no Ensino Regular. Pode-se avaliar que o roteiro de questões e a maneira de se entrevistar corresponderam, mas algumas poucas adequações poderiam atender ainda melhor aos objetivos da pesquisa e assim houve uma reformulação, inserindo questões mais objetivas e específicas sobre a temática da formação continuada na perspectiva inclusiva.

No primeiro semestre de 2013, iniciou-se a coleta dos depoimentos com os sete (7) professores da Rede Municipal que se disponibilizaram a participar.

Nas oito (8) entrevistas semiestruturadas, tanto com os professores como com o professor coordenador da Educação Especial, foram apresentadas questões abertas sobre inclusão, formação, deficiências entre outras.

Participaram do presente estudo inicialmente como piloto 4 (quatro) professores de Educação Física que lecionam na Rede Municipal, e no presente momento da pesquisa 7 (sete) professores de Educação Física foram entrevistados, além do Professor Coordenador da Educação Especial. Todos os professores entrevistados foram escolhidos de maneira aleatória mediante a disponibilidade e interesse do mesmo em participar, porém com o critério de ter realizado algum curso de formação continuada oferecido pela Prefeitura e que visasse à inclusão do deficiente no Ensino Regular.

Dos 7 (sete) depoentes professores de Educação Física entrevistados, 4 (quatro) são do gênero masculino e 3 (três) do gênero feminino e suas idades variam de 23 a 62 anos, e atuam desde a educação infantil até o quinto ano. E, todos são professores da Rede Municipal de Ensino da cidade de Rio Claro-SP.

No que diz respeito à experiência da prática pedagógica na escola, os profissionais variam de 2 (dois) a 28 (vinte e oito) anos de magistério. O mais recente formado, concluiu seus estudos em 2011 e o mais antigo, se formou em 1979. As graduações destes profissionais são todas em Educação Física, porém em diferentes universidades, entre elas: estaduais, federais e privadas.

Coletou-se, também, a entrevista com o professor coordenador da Educação Especial, pertencente à Secretaria da Educação, o qual colabora com as formações e ajuda a organizar os cursos de caráter Inclusivo. Esclarecendo que, especificamente, este depoente

tem graduação em Pedagogia, e já atuou na educação básica como professor, porém, atualmente se dedica à função de coordenador da área de Educação Especial. Tal entrevista foi muito significativa para a percepção desta pesquisadora, pois proporcionou uma visão ampla da problemática em questão; possibilitando contrapor aos depoimentos dos professores e do professor coordenador da educação especial.

Seguem abaixo os temas evidenciados da análise de conteúdo das fontes orais coletadas pela técnica de entrevista semiestruturada e conforme o roteiro prévio de questões, elaborado para responder aos objetivos da pesquisa, articulado à literatura estudada, ou seja, promovendo um diálogo entre a literatura e os depoimentos.

1. AS POLÍTICAS MUNICIPAIS DE INCENTIVO À FORMAÇÃO CONTINUADA, AVALIAÇÃO E PROPOSTAS.

Analisou-se o incentivo municipal ao professor para participar dos cursos de formação continuada. Tal tema de análise tratou de reconhecer, por intermédio dos entrevistados, se a Prefeitura da cidade do interior paulista tem apoiado ou não a participação dos professores em cursos de formação continuada. Como os professores avaliam estes cursos, de maneira positiva ou negativa, e qual a proposta que os educadores têm para que haja uma melhoria na formação continuada.

2. GRADUAÇÃO, OS SIGNIFICADOS E CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO CONTINUADA

O referido tema analisou por intermédio dos depoimentos coletados como os cursos de graduação tratam a temática do corpo deficiente em suas disciplinas, o que professores entendem por formação continuada e seus significados. Assim como, questionou a contribuição dos cursos de formação continuada na sua prática pedagógica. E, até que ponto tem correspondido às suas expectativas e necessidades para atuação profissional.

3. A FORMAÇÃO CONTINUADA NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO DO DEFICIENTE NO ENSINO REGULAR

Analisou-se se a formação continuada inclusiva tem auxiliado no processo de desmistificação do corpo deficiente. Assim como, se a formação continuada os auxilia no processo de inclusão deste aluno. E como o mesmo propõe uma ação pedagógica que inclua todos os educandos.

4. A INCLUSÃO DO DEFICIENTE NO ENSINO REGULAR

O presente tema analisou a possível inclusão do aluno deficiente no Ensino Regular. Verificou se os professores conseguem efetivar a inclusão do aluno deficiente no Ensino Regular.

Finalizado o presente Capítulo são apresentadas a seguir a revisão da literatura (Capítulos III e IV), para no último Capítulo V discutir a problemática em questão sob a ótica dos professores e à luz da legislação e literatura estudada e, por fim, discorrer as considerações finais.

CAPÍTULO III - CONTEXTUALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA

3.1. RETROSPECTIVA HISTÓRICA

No sentido de contextualizar a formação continuada, inicialmente se realizou uma retrospectiva histórica. Tal retrospectiva poderia apontar o desenvolvimento da formação continuada ao longo dos anos. Tal retrospecto histórico vai desde o ano de 1960, ano de surgimento da formação continuada, até os dias atuais.

Em 1960, houve uma iniciativa por parte do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), em promover uma pesquisa a respeito do “aperfeiçoamento docente”. Desta forma realizaram-se algumas questões com os professores, acerca de como se entendia os cursos de aperfeiçoamento (ALFERES; MAINARDES, 2011).

Desta maneira surge, ainda que de maneira prematura, o pensar sobre a formação continuada. Na década de 70 se inicia uma melhor reflexão a respeito da formação continuada, entretanto de maneira ainda muito superficial por meio de pesquisas as quais tratavam sobre a participação do professor no planejamento e programa de atividades formativas.

Em 1970, as formações possuíam um caráter tecnicista, assim como de racionalidade técnica, pode-se dizer que o que existia era uma mecanização da formação. Nesta época a formação continuada era concebida como algo individual, ou seja, cada um realizava da maneira que quisesse e conseguisse. As formações nesta época ainda existiam de maneira precária (IMBERNÓN, 2010; PEDROSO, 1998).

Este modelo caracterizava-se por um processo no qual os mesmos professores se planejavam e seguiam as atividades de formação que acreditavam que lhes poderiam facilitar algum aprendizado. (IMBERNÓN, 2010, p. 17)

Com o início dos anos 80, houve uma mobilização acadêmica (professores universitários) juntamente com as instituições de ensino superior, e começa-se a criação deste tipo de formação pós a graduação. Esta década foi marcada pela busca de uma formação eficaz, do bom professor. Objetivando o “aperfeiçoamento de sua prática educativa e social” (IMBERNÓN, 2010, p. 19).

Os anos 80 representaram a ruptura com o pensamento tecnicista que predominava na área até então. No âmbito do movimento da formação, os educadores produziram e evidenciaram concepções avançadas **sobre formação do educador**, destacando o caráter sócio-histórico dessa formação,

a necessidade de um profissional de caráter amplo, com pleno domínio e compreensão da realidade de seu tempo, com desenvolvimento da consciência crítica que lhe permita interferir e transformar as condições da escola, da educação e da sociedade. (FREITAS, 2002, s/p)

Houve, em 1990, a consolidação dos cursos de formação continuada na Espanha e em países Latino Americanos. Esse estabelecimento dos cursos só ocorreu após a renovação pedagógica, ainda assim persistia o modelo tecnicista.

Apesar de ser um período produtivo, também foi uma época de grandes confusões, de discursos simbólicos, de um modelo de formação baseado no “treinamento” dos professores mediante os planos de formação institucional. (IMBERNÓN, 2010, p. 21)

Ainda hoje, têm-se a prevalência da dicotomia na relação teoria e prática, “mesmo que ainda haja o predomínio de um discurso excessivamente simbólico e de uma continuação da perpétua separação entre a teoria e a prática” (IMBERNÓN, 2010, p. 22).

O ano 2000 requer do professor uma formação completa, e não apenas em caráter científico ou acadêmico, mas sim preparar o professor através de um modelo participativo na prática formativa. Tornar este educador um reflexivo das problemáticas escolares, para que de tal modo pense a formação na resolução de problemas, do dia-a-dia.

A formação continuada dos anos 2000 deve romper com esta barreira dicotômica, unindo teoria e prática.

Quadro 1- TRAJETÓRIA DE FORMAÇÕES A PARTIR DOS ANOS 80

Anos	Formação de Professores
1980	Um produto assimilável de forma individual, mediante conferências ou cursos ditados.
1990	Um processo de assimilar estratégias, para mudar os esquemas pessoais e práticos da interpretação dos professores mediante seminários e oficinas.
2000	Criação de espaços e recursos para construir aprendizagem mediante projetos de inovação e intercâmbio nas escolas. Processos de prática reflexiva.
Expectativa de futuro	Elaboração de projetos de transformação, com a intervenção da comunidade, e pesquisas sobre a prática.

(IMBERNÓN, 2010, p. 24 – QUADRO ADAPTADO PELA PESQUISADORA)

As perspectivas a respeito do futuro da formação continuada tendem a relacionar-se com as áreas tais como no campo emocional, atitudinal, auto-formação e comunicação.

Deste modo pode-se citar que a formação docente deve ser aquela que venha para quebrar o paradigma social, aquela que trabalhe a diversidade, como se pode perceber na fala de Imbernón (2010, p. 29).

Os fatores da diversidade e da contextualização como elementos imprescindíveis na formação (a preocupação com a cidadania, meio ambiente, diversidade, a tolerância e etc.), já que o desenvolvimento e a diferença entre os indivíduos sempre tem lugar em um contexto social e histórico determinado, que influi em suas origens. Isso desencadeará um questionamento das práticas uniformizadoras e potencializará a formação a partir de dentro, na própria instituição ou em um contexto próximo à ela, onde produzem as situações problemáticas que afetam os professores. Considero que esses dois elementos, a diversidade e a contextualização, permitem-nos ver a formação docente de outra maneira e provocam reflexões diferentes sobre o que fazer nas políticas públicas e práticas de formação.

Pode-se constatar que para Imbernón (2010) e Freitas (2002), a formação continuada deve ser um instrumento que auxilie no trato com a diversidade. E que a formação continuada vem se modificando ao decorrer da história e se reinventou para melhor atender as necessidades dos professores, assim como as necessidades educacionais da comunidade.

Na seção a seguir, discorre-se sobre a formação continuada e seus diversos significados, segundo a literatura estudada.

3.2 A FORMAÇÃO CONTINUADA E SEUS SIGNIFICADOS

Antes de tudo é preciso compreender o magistério, a vida no âmbito escolar, e da mesma maneira valorizar o professor, e valorizá-lo como pessoa, afinal antes de tornar-se professor e incorporar esta “segunda pele” de ser professor ele é um ser humano (NÓVOA, 1992).

Nesta perspectiva da formação profissional do ser professor, é importante salientar que uma boa formação não se constitui apenas em acumular conhecimentos, mas se constitui das experiências na vida escolar como atuante no magistério, relacionando-a com as experiências da pessoa que exerce a função, cargo, profissão de professor (NÓVOA, 1992).

A formação continuada do professor se caracteriza como um curso realizado após o término da graduação, e é caracterizada como uma capacitação, qualificação, aperfeiçoamento, especialização, reciclagem, entre outros (PRADA, 1997; CANDAU, 1996). Entretanto Marin (1995) e Candau (1996) fazem uma crítica a essas concepções que se aproximem de uma reciclagem e aperfeiçoamento, porque segundo a autora o primeiro termo

caracteriza a formação continuada como algo superficial e desconexo, sem considerar toda a complexidade do ensino. O segundo termo aperfeiçoamento se assemelha á tornar o professor um ser perfeito e acabado, e não como um ser em constante mudança assim como a educação, um ser inacabado.

Para Marin (1995), Prada (1997) e Candau (1996), o termo mais adequado para a formação continuada é o de capacitação, pois este termo se aproxima da ideia de habilitar, tornar capaz alguém no exercício da profissão.

A formação continuada como pesquisa aqui proposta buscou uma reflexão entre a teoria e a prática, abrangendo a proposta da Inclusão no Ensino Regular. Notando a importância desta formação contínua na docência do professor, inserido no contexto da escola inclusiva, formação esta que o auxilie na inclusão do aluno deficiente. Logo a presente pesquisa, se propôs discutir os temas atuais como a Inclusão, e tentar propor novas metodologias que facilitem ao educador o desenvolvimento da profissão. E, assim, proporcionar este conhecimento teórico à prática de atuação nas escolas (NÓVOA, 1995).

Nota-se que, além da formação continuada ser um processo na melhoria da qualidade do ensino, tanto para os educadores como para os educandos, ela se torna de certa forma essencial a cada dia que passa, pois o mundo vem se modificando de maneira tecnológica e científica, e com a educação não é diferente, afinal quem não se atualiza em sua área de trabalho acaba sendo substituído, mas antes disso, deixa de oferecer uma educação de qualidade com efeitos de melhoria no trato com a diversidade.

No campo educacional nota-se que a formação nunca é finda, ao passo que existe uma gama muito grande de maneiras de atuação e o público atendido é muito diversificado, fazendo desta um constante vir a ser (ALARCÃO, 2001).

[...] a formação de um professor é um processo a longo prazo, que não se finaliza com a obtenção do título de licenciado (nem mesmo quando a formação inicial tiver sido de melhor qualidade). Isso porque, entre outras razões a formação docente é um processo complexo para o qual são necessários muitos conhecimentos e habilidades, impossíveis de ser todos adquiridos num curto espaço de tempo que dura a Formação Inicial. (CARRASCOSA, 1996, p. 10-11)

O saber está sempre se modificando, e é preciso estar numa contínua busca por ele e por suas mudanças. Afinal a profissão professor é peculiar em ser infinita, ou seja, o professor é um ser inacabado que busca constantemente se aperfeiçoar.

Para realizar seu trabalho docente é preciso que o professor se aproprie constantemente dos avanços das ciências e das teorias pedagógicas. Há, ainda, uma razão muito mais premente e mais profunda, como apontam Barbieri, Carvalho e Ulhe (1995:32), que é a própria natureza do fazer

pedagógico, que, sendo domínio da práxis é, portanto, histórico e inacabado. (ALTENFELDER, 2005, s/p)

Apesar de todos os autores citados acima discorrerem sobre como é importante o profissional da educação se atualizar, realizar cursos de formação contínua, ainda existem alguns professores que não se preocupam tanto com isso.

Com base nesta crença, não sentem necessidade de se atualizar, e crêem que a formação inicial (graduação) já é suficiente. Não seria preciso buscar nada a mais. Desta forma, a aula deste professor pode se configurar como um eterno repassar de conhecimentos, os quais ele aprendeu com seu professor e hoje passa a reproduzi-los, sem reflexão, atualização e/ou criticidade.

O professor é alguém que sabe alguma coisa e cuja função é transmitir esse saber aos outros. Todavia, essa afirmação torna-se um problema na medida em que é “preciso especificar a natureza das relações que os professores estabelecem com os saberes”. Surge então a seguinte pergunta: de onde é proveniente este saber? O professor não é um mero transmissor de conhecimentos preestabelecidos. Sua prática é constituída, de forma geral, por diferentes saberes. (TARDIF, 2002, apud, PAIM, LORO, TONETTO, 2008, p. 32)

Tais saberes podem ser classificados e divididos segundo Tardif (2002, apud, PAIM, LORO, TONETTO, 2008) em Disciplinares: conhecimento selecionado pelas instituições educacionais sob forma de disciplinas; Curriculares: apresentam-se sob a forma de programas escolares, com objetivos, métodos e conteúdo; Experienciais: saberes desenvolvidos durante a prática de sua profissão seja ela individual ou coletiva; Formação profissional: é o conjunto de saberes transmitido pelas instituições de formação de professores.

De tal forma, há necessidade de uma formação integral do professor, ou seja, o aprendizado por intermédio da Universidade na graduação, o aprendizado em sala de aula sendo construído junto dos alunos, o aprendizado na pós-graduação, entre outros.

Em meio a esta cobrança sobre os professores a respeito da formação continuada, é importante conhecer de modo mais aprofundado a realidade deste educador, ou ainda, se o Governo tem proporcionado oportunidades para que este professor consiga continuar estudando. Será que o Governo fornece subsídios para tal? Os professores têm sido bem remunerados? Estão felizes e satisfeitos com seus respectivos empregos?

Partindo do pressuposto que a formação continuada deve ser, segundo Ferreira (2003, p. 46), “Um processo contínuo de reconstrução identitária; o sujeito em formação como construtor do conhecimento e da realidade social, simultaneamente sujeito e agente da

socialização (...)”, refletindo assim as práticas. Sejam estas corporais ou não, realizadas em classes homogêneas ou inclusivas, notou-se que é a partir da reflexão que se pode compreender e melhorar o processo educacional, assim como maneiras de promover a socialização entre os educandos como parte do processo pedagógico.

De tal modo, é perceptível que a Educação Física deve ser uma prática de atividade corpórea de integração entre os alunos, e que a mesma venha contribuir com o desenvolvimento integral deste indivíduo biológico, psicológico, afetivo e social. E que possa agregar ao educando autonomia, percepções de cooperação, valores, princípios de democracia, entre outros.

No tocante à Educação Física, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) afirmam que esta deve ser algo que traga ao aluno a compreensão de cidadania, cooperação e respeito, proporcionada por intermédio de práticas de atividades corporais sem que ocorra a discriminação por razões físicas, relacionadas à cultura ou mesmo de gênero (BRASIL, 1998; BRASIL, 1997).

Compreende-se que a temática Inclusão no âmbito escolar em Educação Física, trabalhe e caminhe juntamente com a formação continuada, para que assim seja possível a análise dessas três características intrínsecas na escola (inclusão, formação continuada, Ensino Regular), proporcionando sua contribuição à educação.

No entanto, há de se refletir sobre a fala de Ferreira (2003), de que não adianta existirem ínfimos cursos de formação continuada, se os mesmos não se articulam com a realidade da escola, se não funcionam para aquela realidade, e nas palavras de Ferreira (2003, p. 53):

Alguns relatórios dos centros de formação revelam uma tomada de consciência de que, para subsistirem, não poderão continuar a elaborar planos de formação marginais às escolas e que é preciso que estes planos se tornem mais coerentes e integrem sistematicamente as necessidades de desenvolvimento dos professores e as necessidades de desenvolvimento organizacional das escolas.

Para que o professor incorpore a formação continuada é necessário dar voz e ouvidos aos protagonistas da mesma, ou seja, ao corpo docente, para de tal forma compreender o que este grupo anseia com esta formação (FERREIRA, 2003).

Na próxima seção será explicitado sobre a formação continuada e os locais em que ela tem sido desenvolvida e realizada.

3.3 A FORMAÇÃO CONTINUADA E SEU LÓCUS

Segundo Candau (1996) a universidade tem sido o lócus privilegiado da produção de conhecimento, considerado superior, ou melhor que outros espaços que também produzem conhecimento. Este conceito é repetido até hoje, ainda que haja esperança de que se mude tal paradigma, por hora permanecemos inseridos à esta realidade.

Nessa perspectiva, o lócus de reciclagem privilegiado é a Universidade e outros espaços por ela articulados, diferentes das escolas de primeiro e segundo graus, onde se supõe ser possível adquirir o avanço científico e profissional. (CANDAU,1996,p.141)

Este conceito de que a universidade deve ser aquela que desenvolve e promove o conhecimento, assim como a formação continuada, vêm de um modelo de formação chamado “clássico” (CANDAU, 1996).

Por meio deste modelo têm-se que, as formações continuadas promovidas pela universidade (presencial ou a distância), estão dentro do modelo clássico, como também as formações oferecidas pelas Prefeituras, Secretarias da Educação, Ministério da Educação, os quais também incluem profissionais que estão vinculados às universidades, para que os mesmos ministrem os cursos (CANDAU, 1996).

Observa-se dentro deste modelo clássico, que a formação continuada é dicotômica, ou seja, referencia a universidade como lócus da produção do saber e conhecimento científico, enquanto a escola fica referenciada como um lugar de prática, onde se aplicam os conhecimentos produzidos através da universidade.

De acordo com Candau (1996) e Imbernón (2010) a escola deveria ser privilegiada como lócus de formação. Os cursos de formação também deveriam promover a valorização do professor e de seus conhecimentos.

Considerar a escola como lócus de formação continuada passa a ser uma afirmação fundamental na busca de superar o modelo clássico de formação continuada e construir uma nova perspectiva na área de formação continuada de professores. (Candau,1996,p.144)

Também é passível de observação que, enquanto a formação continuada for realizada por especialistas “infalíveis” ou “acadêmicos”, haverá um incômodo por parte dos professores (IMBERNÓN, 2010). Existe a necessidade de uma formação continuada dele (o professor) e para ele. Unindo a Universidade à escola, em um único trabalho.

Mediante Canário (1998), a identidade de ser professor se constrói e é reconhecida no exercício da profissão, logo, no lócus escolar, juntamente com uma formação continuada

que agregue a prática docente, os saberes advindos da experiência profissional e perante as expectativas dos professores. Portanto pode-se dizer que é na escola onde o professor mais aprende, afinal é nela que ele constrói em um espaço real sua identidade profissional.

A formação continuada, acima de tudo deve ser um espaço de reflexão, troca de experiências e aprendizagem mútua. E não uma sala de aula, aonde o professor universitário, vem para ministrar uma aula. Entretanto ser um lócus de valorização dos conhecimentos, da cultura da práxis. Reconhecendo este professor escolar, em seu saber.

[...] a formação continuada como proposta intencional e planejada, que visa a mudança do educador através de um processo reflexivo, crítico e criativo, conclui-se que deva motivar o professor a ser ativo agente na pesquisa de sua própria prática pedagógica, produzindo conhecimento e intervindo na realidade. (FALSARELLA, 2004, p.50)

De acordo com Falsarella, a formação continuada deve ser aquela que possibilita ao professor explorar de maneira crítica novas possibilidades de aulas, assim como permite também que este educador produza e se aproprie dos saberes nela desenvolvidos.

Na contramão à fala de Falsarella, tem-se que a formação continuada ainda persiste no modelo clássico. Apesar de existir uma necessidade por parte dos professores escolares, de que haja uma formação que os auxilie a refletir o planejamento, que os mesmos não se sintam apenas como ouvintes, passivos dos cursos, as sintam-se parte deles (ABREU, 2006).

Uma formação que, partindo das complexas situações problemáticas educacionais, ajude a criar alternativas de mudança no contexto em que se produz a educação; que ajude mais do que desmoralize quem não pode pôr em prática a solução do especialista, por que seu contexto não lhe dá apoio, ou porque as diferenças são tantas, que é impossível reproduzir a solução, ao menos, ao menos que esta seja rotineira e mecânica. (IMBERNÓN, 2010, p. 55)

Desta forma, idealiza-se que a realidade da formação continuada dê voz ao professor, seja um meio de atualização de conhecimentos teóricos, sem esquecer dos conhecimentos adquiridos na prática, bem como, a formação continuada seja pensada por um grupo maior de professores, e não em uma minoria que os cria. Em suma, que a formação continuada seja planejada por eles e para eles.

As propostas de educação continuada produzem muito mais efeito quando partem das necessidades sinalizadas pelos próprios professores. Nesse contexto, muitas vezes se definem não apenas o conteúdo de formação, os problemas a serem abordados, mas também sua forma e sua organização. (ABREU, 2006, p. 26)

Como um meio que proporcione ao professor uma reflexividade crítica, aliada ao saber tácito, do dia-a-dia e à pesquisa, acontecendo no ambiente escolar, juntamente com professores especialistas, entretanto favorecendo ao professor escolar o momento de planejamento juntamente com o especialista, realizando assim uma troca de conhecimentos e saberes. A prática caminhando junto com a teoria

Após a leitura dos autores que abordam a temática da formação continuada, percebe-se que este tipo de formação tem ocorrido preferencialmente nas universidades.

Entretanto, por meio da análise de documentos cedidos pela Secretaria da Educação da cidade de Rio Claro, pode-se compreender que esta realidade está se modificando, nessa cidade têm ocorrido cursos de formação oferecidos na própria Secretaria da Educação, facilitando o acesso aos professores escolares.

Todavia, os cursos oferecidos pela Secretaria da Educação não se distanciam muito do modelo clássico, aqui discutido, pois na maioria das vezes quem os ministra são os professores universitários e pesquisadores.

3.4 BREVE RETROSPECTO HISTÓRICO DE EXCLUSÃO DO DEFICIENTE E SUAS PERSPECTIVAS DE INCLUSÃO POR INTERMÉDIO DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Para a investigação da formação continuada que atenda ao público deficiente no Ensino Regular, faz-se necessário a compreensão do contexto histórico e social que este indivíduo com deficiência tem estado inserido nas mais diversas épocas. Apresentamos, assim, após definição de deficiência, uma breve abordagem histórica e social (que será devidamente aprofundada no texto da dissertação) da exclusão de pessoas com necessidades especiais, para contextualizarmos e problematizarmos a temática, bem como, compreendermos as possibilidades de sua Inclusão social.

Sabe-se que na chamada Idade do Ouro na Grécia, em que o ideal de corpo era o belo, a segregação do cidadão deficiente era considerada algo normal, onde o “massacre” infanticídio, a morte de crianças deficientes era considerado uma questão racional, e previsto por direito aos Gregos (LEPRI, 2012).

Na Idade Clássica, em Esparta, as crianças fortes eram bem criadas, porém se a criança nascesse com algum tipo de má formação, esta então deveria ser eliminada, mandada a um precipício ou exposta dentro de uma panela juntamente com algum objeto da família, para que esta fosse reconhecida e se sentisse desconfortável com a situação, afinal seria culpa

do pai ou da mãe esta deformidade; considerava-se que se o pai estivesse bêbado no momento da concepção, a criança nasceria com deficiência, ou mesmo como castigo ao pai “pecador”, a criança nasceria com problemas formativos, para “pagar” pelos pecados da outra geração (LEPRI, 2012).

Com o Renascimento é que se pode perceber uma mudança no trato com os deficientes, por intermédio da filosofia Humanista e do início às pesquisas sobre o corpo diferente (GAIO, 2006) e, também, pela efetiva mudança nos comportamentos sociais, após a II Guerra Mundial.

Após este breve relato da segregação sofrida pelos deficientes, descrevemos o que a literatura diz sobre como inclui-lo e o papel da formação continuada nesse sentido. Destaca-se o desafio de se ensinar na diversidade e o respeito à subjetividade de cada educando, fazendo da escola um espaço de todos (VITALINO, 2010).

O processo de Inclusão Escolar é dinâmico e gradual, oportunizado pelo professor, de modo a realizar a construção do conhecimento de maneira coletiva, integrando alunos com deficiência e alunos sem deficiência, envolvendo-os no processo de ensino-aprendizagem (LACERDA, 2006).

O acesso à educação é um direito social de todos os cidadãos, logo, o direito da pessoa com deficiência é estar preferencialmente na rede regular de ensino, como direito universal à educação (BRASIL, 1996). Desta forma, acredita-se que a formação continuada caminhe a favorecer a Inclusão do aluno deficiente no Ensino Regular, assim como afirma Sant’Ana (2005), a ausência da formação especializada para o atendimento do aluno deficiente tem dificultado o processo inclusivo no Ensino Regular.

Para compreendermos como se dá a inclusão do deficiente por intermédio da formação continuada, foi abordado o que tem sido escrito por estudiosos da educação, buscando um olhar inclusivo, o qual seja capaz de atender as necessidades adaptativas deste aluno deficiente. Iniciamos, conceituando o deficiente.

CAPÍTULO IV - O CORPO DEFICIENTE: HISTÓRICO, INSERÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR

4.1 BREVE HISTÓRIA DO CORPO DEFICIENTE

De acordo com Almeida (2004), o termo deficiência intelectual está relacionado à dificuldade de comunicar-se, de cuidado pessoal, e de laços sociais. Estas pessoas possuem maior lentidão na aprendizagem e em seu desenvolvimento cognitivo. A capacidade do cérebro de aprender, pensar, resolver problemas, a inteligência do mundo que o cerca, desenvolver autonomia fica mais tardia para a pessoa que é deficiente intelectual.

O termo pessoa deficiente, segundo a ONU (Organização Das Nações Unidas), remete a uma “pessoa incapaz de conduzir sua própria vida devido a deficiência” (SILVA, 2011, p. 12). As diferenças/deficiências são geradas de acordo com o meio em que se vive, você se tornar diferente ou deficiente, em comparação aos demais, seja no domínio motor ou afetivo (SILVA, 2011).

Conforme o conceito de Amaral (1995, p. 63), citado na dissertação de Silva (2011, p. 14), “as deficiências são relativas a todas as alterações do corpo ou aparência física, de um órgão ou de uma função”. De acordo com a Revista de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (2000), a deficiência se caracteriza como:

Perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão. (AMIRALIAN; PINTO; GHIRARDI; LICHTIG; MASINI; PASQUALIN, 2000, p. 98)

Do que se define por deficiência intelectual, segundo a semântica e a conceituação desenvolvida pelo CIFID (Conceituação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Desvantagens) a deficiência levaria à incapacidade de apreender, perceber, memorizar, relacionar-se e ter consciência, o que acarretaria na desvantagem no quesito integração social e capacidade ocupacional.

Conforme breve retrospecto histórico e sociológico estudado na literatura, podemos compreender que atualmente a deficiência, na maioria dos países, é considerada como um dos maiores problemas no que diz respeito à educação e bem-estar de uma nação (GAIO, 2006).

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. (MAGALHÃES, 2011, p.23)

Quando analisamos o ser humano de maneira geral, sob o prisma fisiológico, biológico, psicológico e antropológico, bem como, o cotidiano social político e cultural, vemos o quão complexo é inserir o deficiente nesta sociedade que está mudando todo tempo, e que não para que possamos nos adaptar à ela, do ponto do vista, psicológico, econômico, ou outro.

Para Gaio (2006), o corpo deficiente na óptica da economia é tido como improdutivo, gerando uma estagnação no plano pessoal, profissional e afetivo. Para a sociedade, ele é visto como uma pessoa menos capacitada, logo, menos rentável neste mundo capitalista. É importante citar que a questão de “vender” a força de trabalho, é o que define o que de humano o homem tem. Pois, se analisarmos no mundo animal também existe o trabalho, como por exemplo, o das formigas, em que todas trabalham em cooperação para a melhora e o bom proveito de todos que vivem no formigueiro sem, no entanto, haver a existência de salários, ou pagamentos por sua forma e/ou força de trabalho.

Entretanto, sob o prisma humano de trabalho e também do mundo capitalista, eis o que nos difere dos outros animais. Nós vendemos nossa força de trabalho para obter o níquel necessário a nossa sobrevivência. Pensando então no corpo deficiente que é visto como inválido, como haverá de vender sua força de trabalho? O deficiente é estigmatizado pela sociedade, que tendo seus conceitos prévios, não o vê como ser humano, como um corpo capacitado, como ser humano que pensa, mas nele vê alguém que só consegue ser um deficiente (intelectual/físico), sem força de trabalho, sem vontades próprias, sem objetivos, desta maneira privado de direitos.

Tal preconceito em relação ao que é considerado diferente já vem de anos atrás. Analisando historicamente, percebemos as mudanças no mundo, porém, pouca em relação ao trato com o deficiente. Segundo Guhur (1994), na Idade Média, houve grande segregação dos deficientes, os mesmos eram postos em porões e condenados a exclusão.

De acordo com Stanislau, Krynsky e col. (1969), a história da deficiência é antiga e começa em Tebas (1552 a. C.). Há referências da mesma na Bíblia e no Alcorão. Existem notas de Aristóteles sobre possíveis alterações da estrutura cerebral com a deficiência mental desde Esparta, com o homicídio de deficientes físicos e intelectuais, sendo esta prática considerada legitimamente legal até o século IV. Essas pessoas eram expostas em praça

pública, segregadas da sociedade, e ditas merecedoras de caridade. Residiam em uma mesma casa, e nesta ficavam confinadas, recebiam alimentação, um lar, para que não saíssem à rua de modo algum, vivendo excluídas do mundo.

A sociedade de visão judaico-cristã acreditava ser a deficiência algo ligado a pecados, e devido a tal compreensão, os deficientes eram submetidos a torturas, castigos e até mesmo promiscuidade.

Mediante Stanislau, Krynsky e col. (1969), com a vinda da Idade Moderna, houve uma maior valorização do ser humano com o predomínio da filosofia humanista e começaram os estudos sobre o deficiente por intermédio da medicina. A partir destes estudos foi-se descobrindo que as deficiências estavam ligadas a aspectos biológicos e hereditários, tentando assim desmistificar qualquer tipo de déficit e procurar um olhar mais humano para o deficiente.

Somente em 1954, devido à adesão de muitos pais, surge a primeira APAE (Associação de Pais e Amigos do Excepcional). Seguindo tal caminho, os órgãos oficiais também se interessam pelo problema, assim como organismos estaduais, como o Ministério da Educação e Cultura, que estabelece a campanha nacional de educação e reabilitação de deficiência mental (CADEME - Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais).

Outro marco importante nesta luta inclusiva foi a Filosofia da Integração em Educação Especial, que se difundiu por volta de 1970, nos países Escandinavos, filosofia esta que era a favor da inclusão de deficientes no ensino regular (MAGALHÃES, 2011).

Traçou-se este breve relato histórico-social, sobre o deficiente e sua trajetória de exclusão, segregação e por fim integração com margens à inclusão, objetivando contextualizar o tema e continuar com a sua inserção no âmbito escolar.

Baptista (2003) cita que o ato de incluir o deficiente no âmbito do Ensino Regular requer da escola uma adaptação ao aluno, o acolher, “envolver”, e não o aluno ser responsável por essa mudança, afinal ele não pode mudar a característica de sua deficiência, mas a escola, o professor, pode mudar a didática de ensinar. Esta “adaptação escolar” precisa estar em todos os segmentos escolares; partindo da direção ao projeto pedagógico, formação continuada de professores e etc., proporcionando um ensino de qualidade e uma certeza de aprendizagem considerando as individualidades de cada aluno e sua interação com o todo.

4.2 O DEFICIENTE NO ENSINO REGULAR: DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO

Vitalino (2010), relata que em 1980, os alunos com deficiência eram obrigados a pertencer às escolas especializadas e instituições, como por exemplo, APAE (Associação de Pais e Amigos do Excepcional) apenas para pessoas que possuíam algum tipo de déficit. Nesta época, o máximo de inclusão escolar que existia eram classes especiais. Essas classes especiais, na verdade geravam o aumento da segregação e exclusão dos alunos deficientes que estavam inseridos neste contexto do Ensino Regular.

Estes alunos estavam inseridos na escola, contudo, separados e aglutinados em uma única classe. A classe conhecida como “sala dos deficientes/diferentes”, fazendo aumentar ainda mais o preconceito em relação a estes educandos. Acreditava-se que se os alunos “semelhantes” pertencessem à mesma sala eles teriam condição de aprender mais e se desenvolver melhor (VITALINO, 2010).

Em contra partida a este método da classe especial, surge o movimento de inclusão, que suscita que todos os educandos devem estar integrados a salas regulares independente das diferenças ou semelhanças. Partindo deste ponto de vista, percebe-se a necessidade de adaptação ao ambiente, à acessibilidade, à formação e à capacitação de professores para o trabalho com este público, saber avaliá-lo, e fazer este aluno se sentir parte integrante da classe tal qual da sociedade (VITALINO, 2010).

Sasaki (1997), corroborando, Aguiar (2002, 2004), argumenta que a inclusão é algo que começa a se estabelecer na década de 80, mas somente após a formação da República Federativa do Brasil e com a criação da LDB (lei de diretrizes e bases). Somente após estas medidas federativas, é que os estudos acadêmicos voltados a esta área se intensificaram.

Em 1994, é elaborada a Declaração de Salamanca, realizada por 88 (oitenta e oito) Governos, 25 (vinte e cinco) Organizações Internacionais, em assembléias em Salamanca – Espanha. Tal declaração foi elaborada no intuito de ampliar os direitos do deficiente, promovendo assim, a integração e participação na luta contra a exclusão. Um dos pressupostos desta Declaração é que a cultura da inclusão é essencial à dignidade humana, assim como, a participação social ativa destes indivíduos é fundamental.

A participação social, inclusive, é capaz de fazer os até então excluídos parte da sociedade, tornando-os cidadãos. Os indivíduos deficientes merecem respeito, lazer, qualidade de vida, e outros direitos. A Unesco, em sua pagina da internet relata que:

Acreditamos e Proclamamos que:

(...) toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,

- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,

- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,

- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (UNESCO, 1994, s/p)

Segundo uma pequena parte da Declaração exposta acima é de fundamental importância que as escolas acolham a todos. Neste sentido conforme Magalhães (2011), a Declaração de Salamanca (1994), veio para proporcionar uma educação para todos. Esta educação deveria conter simples e eficaz acesso, ou seja, a entrada do educando deficiente no âmbito do ensino regular deveria ser priorizada, bem como, a educação deveria ter um elemento que gerasse prazer no educando. Assim, o aluno seria capaz e estimulado a permanecer e concluir seus estudos com sucesso.

A inclusão do deficiente no âmbito escolar é algo recente e temeroso, seja por parte dos professores, ou por parte dos pais destes alunos. Os professores poderiam olhar com estranhamento estes “novos” alunos, chegando até, a se sentirem ameaçados por algum possível despreparo em relação a este educando. O temor pode ser gerado também pelos pais dos alunos deficientes, devido ao medo do preconceito e da segregação. Estes pais dos alunos deficientes têm privado seus filhos do convívio social escolar (BUENO, 1993).

Questões históricas, aqui já apontadas, demonstram que os deficientes foram confinados e segregados em instituições de ensino especial, conseqüentemente, obtiveram exclusão das relações sociais. Bueno (1993) aponta que esta configuração só tende ao aumento do preconceito.

A inclusão como “novidade”, por vezes, é tratada com resistência pelas escolas, de modo a estigmatizarem este educando como: o aluno da inclusão, o retardado mental, o problemático, e com esse olhar de preconceito algumas escolas tendem a diferenciá-los, fazendo-os pertencer a classes com menor exigência intelectual ou á classes especiais dentro da escola, dividindo os educandos por mérito, ou seja, por notas, realizando uma integração de certo modo, porém longes da inclusão garantida por lei (MANTOAN, 2010).

Dentro do âmbito escolar é fácil notar a presença das palavras: deficiência e formação continuada, entendendo que ambas se relacionam ao passo que a formação continuada vem a contribuir muito com esta “nova” fase educacional, onde notamos a forte presença de escolas inclusivas, as quais atendem alunos regulares, assim como alunos com quaisquer deficiências.

Segundo Carvalho (1998), Oliveira e Poker (2002), Cardoso (2003), as escolas regulares que atendem a pessoas com deficiência devem possuir uma prática pedagógica que consiga atender a todos os alunos sem discriminação, de maneira com que os alunos se sintam parte da classe. Sendo estes deficientes, ou de etnias diferentes, ou mesmo classes sociais distintas, todos devem estar inclusos no mesmo sistema de aprendizagem e se sintam capaz de realizá-lo.

Têm-se em algumas Políticas Públicas Educacionais em países em desenvolvimento apoiadas pela UNESCO, uma delas: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS, afirma que sejam executadas todas as necessidades, sejam elas: leitura, escrita, cálculo e etc. (MAGALHÃES, 2011).

É papel de o Estado garantir que este educando deficiente esteja inserido no Ensino Regular, e tenha assegurado o seu direito á educação assim como está relatado no decreto 7611/11, o qual afirma que:

Art. 1º O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;
- II - aprendizado ao longo de toda a vida;
- III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;
- IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;
- V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
- VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena;
- VII - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino; e
- VIII - apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial. (BRASIL, 2011, s/p)

Sendo assim, o Governo do Estado possui a função, que de acordo com o decreto citado acima, deve oferecer suporte técnico para que os professores se sintam capacitados a incluir este aluno no ensino regular, como:

§ 2º O apoio técnico e financeiro:

I - aprimoramento do atendimento educacional especializado já ofertado;

II - implantação de salas de recursos multifuncionais;

III - formação continuada de professores, inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino do Braille para estudantes cegos ou com baixa visão;

IV - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação e na criação de vínculos interpessoais. (BRASIL, 2011, s/p)

Desta forma, pode-se reconhecer que ainda há muito a se fazer para conseguirmos que todos os educandos que possuem necessidades educacionais especiais estejam inseridos no Ensino Regular, porém a partir das Declarações citadas neste trabalho, dos Decretos e Convenções, devemos crer que estamos no caminho certo para a inclusão. Não rotulando este aluno como o aluno da “inclusão” ou “a criança que tem problema”, mas tratando-o como os demais alunos e fazendo-o parte da sala pertencente ao ensino regular, isso é incluir.

Vitalino (2010) cita que a educação inclusiva deve ser aquela que visa receber e acolher todos os educandos, com qualquer tipo de caractere que seja diferente do tido como o padrão “normal” perante a sociedade, educandos estes reconhecidos por deficientes, os quais foram segregados historicamente pela sociedade. Segundo Mantoan (2010), a escola inclusiva é aquela que garante o direito de igualdade sem desconsiderar ou descaracterizar as diferenças e subjetividades de cada aluno, preparando-o para a vida pública como cidadão pertencente á sociedade. “A inclusão se apóia na idéia de que somos iguais, porque diferimos uns dos outros e de que a diferença se diferencia infinitamente” (MANTOAN, 2010, p. 13).

Como observou-se na citação acima que não é necessário mudar o aluno deficiente, ou fazê-lo “normal”, conforme um determinado padrão social. O que realmente é preciso: tratá-lo de modo igualitário em meio a sua diferença e a diferença dos outros. A diferença do padrão social e a subjetividade de cada cidadão/educando. Sendo assim proporcionando a mesma qualidade em educação dentro do âmbito escolar. Garantindo a igualdade em meio à diversidade (MANTOAN, 2010).

Conforme uma perspectiva emancipatória das pessoas deficientes, percebemos o âmbito escolar um lugar muito importante e característico da mesma, tornando o aluno um cidadão, possuindo igualdade de direitos. Da mesma forma, a escola deve ser para ele como uma janela que se abre para o mundo, trazendo a tona sua criticidade e tirando-o do conformismo. Sempre deixando claro que, fazer parte, estar incluso, pertencer a um grupo traz uma melhoria na qualidade de vida desta pessoa deficiente, aliás, de todo e qualquer cidadão, sendo ele deficiente ou não (VITALINO, 2010).

4.3 POR DENTRO DA ESCOLA

A escola é um ambiente extremamente heterogêneo e que todos têm o direito de pertencer, sejam estes, brancos, indígenas, classe média alta, baixa, deficientes, ou não. A escola deve atender a todos que a ela chegam, sem fazer distinção ou segregação. A escola tem como principal função educar, formar cidadãos e não para julgar. Desta forma, não é função da escola ser um fórum de julgamento de quem serve, ou não serve para frequentá-la. Tal princípio da igualdade é citado na Declaração de Montreal (2004), no que diz respeito ao bem estar, saúde e inclusão escolar:

Declaramos que: 4. Os Direitos Humanos são indivisíveis, universais, interdependentes e inter-relacionados. Conseqüentemente, o direito ao nível máximo possível de saúde e bem estar está interconectado com outros direitos fundamentais, como os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais ou outras liberdades fundamentais. Para as pessoas com deficiências intelectuais, assim como para as outras pessoas, o exercício do direito à saúde requer a inclusão social, uma vida com qualidade, acesso à educação inclusiva, acesso a um trabalho remunerado e equiparado, e acesso aos serviços integrados da comunidade. (Montreal, 6 de outubro de 2004, s/p.)

A partir da Declaração de Montreal (2004), citada acima, sobre os direitos humanos para pessoas com algum tipo de deficiência, assim como para as demais sem deficiência, a educação é um direito fundamental á vida. Como citado na constituição de 1934, citado na obra de Kassir (1999), a educação é um direito permanente de todos devendo ser ministrada pela família assim como ofertada pelos poderes públicos.

A partir da constituição de 1988, começa a priorizar o atendimento do educando com deficiência no Ensino Regular, seja ele público ou privado (KASSAR, 1999). Como se tem no Art. 206 da constituição.

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

VII - garantia de padrão de qualidade. (BRASIL, 1998, s/p)

Entretanto, essa situação de inserção do deficiente no Ensino Regular, só vem a se regularizar e legitimar em 2008, ratificada pelo Brasil através do decreto legislativo de 11/06/2008.

Eis o documento: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, onde o artigo 24.º que se refere á educação, cita que:

1 - Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Com vista ao exercício deste direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes asseguram um sistema de educação inclusiva a todos os níveis e uma aprendizagem ao longo da vida, direccionados para:

1. O pleno desenvolvimento do potencial humano e sentido de dignidade e auto-estima e ao fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, liberdades fundamentais e diversidade humana;

2 - Para efeitos do exercício deste direito, os Estados Partes asseguram que:

a) As pessoas com deficiência não são excluídas do sistema geral de ensino com base na deficiência e que as crianças com deficiência não são excluídas do ensino primário gratuito e obrigatório ou do ensino secundário, com base na deficiência;

b) As pessoas com deficiência podem aceder a um ensino primário e secundário inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade com as demais pessoas nas comunidades em que vivem;

c) São providenciadas adaptações razoáveis em função das necessidades individuais;

d) As pessoas com deficiência recebem o apoio necessário, dentro do sistema geral de ensino, para facilitar a sua educação efectiva;

e) São fornecidas medidas de apoio individualizadas eficazes em ambientes que maximizam o desenvolvimento académico e social, consistentes com o objectivo de plena inclusão. (BRASIL, 2008, s/p)

Por intermédio da convenção citada acima, não existem dúvidas de que o Ensino Regular agrega sim, toda a diversidade de educando. É dever do Estado, proporcionar adaptações no ensino, cabendo à escola e ao professor, estarem aptos a incluir as diferenças dentro da turma. De semelhante modo, percebe-se a formação continuada como uma dessas adaptações às quais o professor deve se preocupar em realizar e se responsabilizar a incluir os corpos diferentes no âmbito escolar.

Outra responsabilidade do corpo docente é preparar uma grade curricular que atenda a toda população presente na escola, para que haja uma transformação de mentes e de sistemas. Deste modo, por meio da formação continuada, o corpo docente poderia modificar a percepção do outro, do diferente, do corpo deficiente, reformulando não apenas a concepção de deficiente, mas também o sistema educacional de ensino.

Esta reformulação será capaz de proporcionar uma educação inclusiva, assim como esclarece Mantoan (2004): “as escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e é estruturado em função dessas necessidades” (MANTOAN, 2004, p. 40).

Neste momento faz-se necessário discutir sobre a educação inclusiva, apontando quem são os seus participantes, o seu público alvo. Tal temática será abordada no tópico seguinte.

4.3.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Primeiramente, é necessário explicitar quem é este grupo que pertence à educação inclusiva da qual se trata essa dissertação. A inclusão pode encontrar-se de inúmeras formas, inclusão do negro, do homoafetivo, do baixa renda. Entretanto, a qual se trata nesta dissertação é a inclusão social do deficiente, especificamente no âmbito escolar. Esclarecendo que a inclusão pertence a todas as minorias.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (CNE, 2001), a educação inclusiva deve atender ao público:

Art. 5º Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem:

I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:

a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;

b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes. (BRASIL, 2001, p. 2)

Dentre os quesitos relacionados na citação acima, esta pesquisa trata do aluno deficiente, educandos com dificuldades de aprendizagem, dificuldades de comunicação (surdez, deficiência visual), e os com impossibilidades físicas, ou ambas.

Para Sánchez (2005), a educação inclusiva: a priori foi concebida como uma Educação Especial diferenciada, mas ao longo da história desenvolveu-se como uma educação de qualidade que deve estar disponível a todos, sendo a escola inclusiva aquela que interage com as diferenças, fazendo deste ambiente escolar tanto acessível como de sucesso a todos. Enfatizando a diversidade e compreendendo as semelhanças na diferença.

A primeira proposta de escola inclusiva aconteceu nos Estados Unidos, com a nomenclatura de “*Regular Education Initiative*” (REI), a qual possuía o objetivo de proporcionar a estada deste educando com deficiência no ensino regular. “Todos os alunos, sem exceção, devem estar escolarizados na classe de Ensino Regular, e receber uma educação eficaz nessas classes” (SÁNCHEZ, 2005, p. 8).

De acordo com a proposta referida acima, a REI, é necessário reformar o Ensino Regular e Especial, para que haja uma melhoria no atendimento deste aluno, que por toda a vida frequentou o ensino especial e hoje está inserido no contexto do Ensino Regular.

Para tornar escola inclusiva, precisa-se analisar que, apreender não significa absorver conhecimentos pré estabelecidos, como aborda Mantoan (2004, p. 38):

O conhecimento transmitido pelos professores corresponde a verdades prontas, absolutas, imutáveis, e reprovam-se os alunos que tentam vencer a subordinação intelectual. Com esse perfil organizacional, podemos imaginar o impacto da inclusão na maioria das escolas, especialmente quando se entende que incluir é ensinar a todas as crianças, indistintamente, em um mesmo espaço educacional: as salas de aula de ensino regular.

Entretanto, é dever da escola proporcionar a cada cidadão a possibilidade de compreender o mundo em que vive, desenvolvendo suas capacidades profissionais e comunicando-se com o mundo que a cerca. Para tornar viável esta proposta é necessário um trabalho em conjunto aprendendo a conviver entre as diferenças, ou seja, por meio da cooperação (SÁNCHEZ, 2005).

Essa educação requer, sem dúvida, o desenvolvimento da compreensão ante o outro, e a percepção de formas de interdependência, respeitando os valores do pluralismo, a compreensão mútua e a paz. (SANCHEZ, 2005, p. 10)

Torna-se fundamental um trabalho multidisciplinar das escolas para que se desenvolva uma escola inclusiva, atendendo a toda a diversidade.

A filosofia da inclusão defende uma educação eficaz para todos, sustentada em que as escolas, enquanto comunidades educativas, devem satisfazer as necessidades de todos os alunos, sejam quais forem as suas características pessoais, psicológicas ou sociais (com independência de ter ou não deficiência). (SANCHEZ, 2005, p. 11)

É papel da escola proporcionar a educação inclusiva, sendo a mesma com a finalidade de êxito na diversidade. Segundo advoga a UNESCO, na Declaração de Salamanca 1994, XI, a educação inclusiva é a maneira mais efetiva de proporcionar uma sociedade livre de conceitos pré estabelecidos e discriminação, uma sociedade para todos, não apenas gerando uma inclusão escolar, mas também uma inclusão social, do micro para o macro. Através da escola, incluindo este cidadão no âmbito social.

De acordo com a declaração citada acima, existem quatro modos de inclusão, sendo estes: Inclusão como colocação, Inclusão como educação para todos, Inclusão como participação, Inclusão social.

1. **Inclusão como colocação:** qual o melhor lócus para esse educando apreender e se desenvolver como pessoa.
2. **Inclusão como educação para todos:** defesa pela igualdade de oportunidades, tendendo á uma melhora na área educacional.

3. **Inclusão como participação:** cada aluno aprende à medida de suas possibilidades, de semelhante forma assiste para que não haja exclusão por: educandos com necessidades especiais, etnias diferentes ou grupos minoritários.
4. **Inclusão social:** educação inclusiva um meio efetivo para que se alcance a inclusão social.

Frente a esses inúmeros modos de incluir o diferente em meio à normalidade sem normatizá-lo, compreendemos que a inclusão só se efetivará quando houver espaço para este cidadão pertencer à sociedade, à escola, ao ambiente de trabalho.

Fazendo deste um cidadão como qualquer outro. Ou seja, Todos os cidadãos possuem os mesmos direitos, portanto, sendo iguais na diversidade. Assim como explicita Rodrigues (2003): “A educação inclusiva recusa a segregação e pretende que a escola não seja só universal no acesso, mas também no sucesso” (RODRIGUES, 2003, p. 69).

4.3.2 PROPORCIONANDO UMA ESCOLA INCLUSIVA

Um dos manuais para uma escola inclusiva é o INDEX para inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas (BOOTH, T. e AINSCOW, M.), este livro é uma somatória de maneiras de como incluir qualquer pessoa diferente, sendo esta de diferente classe social, etnia, ou Q. I. (Quociente de Inteligência). Provendo diversas temáticas para o auxílio desta inclusão, como por exemplo: a sustentabilidade.

O uso do índice não é uma iniciativa adicional, e sim uma forma de aprimorar as escolas de acordo com valores inclusivos. Ele não é uma alternativa à melhoria de rendimento, mas preocupa-se com todas as aquisições de todas as crianças, promovidas por meio de colaboração e atenção ao ambiente de ensino e aprendizagem. (BOOTH; AINSCOW, 2011, p. 19)

Mediante os autores acima, entende-se que a inclusão escolar se inicia a partir de um encorajamento por parte dos professores, gestores. Dentro deste contexto, o índice se configura uma forma de promoção da aprendizagem por intermédio de maneiras participativas dentro das escolas. Trabalhar com este manual à disposição do professor seria uma maneira de multidisciplinaridade para a inclusão, ou seja, unindo as noções de cidadania, meio ambiente, respeito, bem estar, deveres e direitos.

Inclusão tem a ver com a ampliação da participação para todas as crianças e adultos. Têm a ver com apoiar escolas a se tornarem mais responsivas à diversidade de bagagens, interesses, experiências, conhecimentos e competência das crianças. (BOOTH; AINSCOW, 2011, p. 9)

Segundo o índice a inclusão só acontecerá de maneira efetiva se políticas, culturas e práticas forem voltadas e modificadas para a atenção e o desenvolvimento de todos de maneira integral (BOOTH; AINSCOW, 2011).

A escola inclusiva gera valores que são compartilhados entre todos, como respeito e cidadania, neste contexto busca-se solucionar os problemas de maneira verbal e não violenta. Para que haja uma mudança do ensino tradicional tecnicista para um ensino inclusivo, é necessário a criação de uma escola que atinja todas as dimensões: cooperação, união, coragem, preocupação com o futuro de uma maneira sustentável (BOOTH; AINSCOW, 2011).

Por dentro desta escola deve-se verificar que o currículo atenda a todos os educandos de maneira geral, sendo as tarefas organizadas de maneira a promover a aprendizagem em sala como um todo de maneira participativa, proporcionando vivências que possibilitem a percepção das diferenças e semelhanças de cada aluno para que eles possam compreender que todos têm diferenças, mas mesmo assim participamos da mesma sociedade, frequentamos os mesmos ambientes e possuímos os mesmos direitos (BOOTH; AINSCOW, 2011).

De acordo com o índice (BOOTH; AINSCOW, 2011), a inclusão baseia-se na seguinte citação abaixo:

A inclusão é uma abordagem baseada em princípios ao desenvolvimento da educação e da sociedade. Está ligada à participação democrática no âmbito da educação e além dele. Não se trata de um aspecto da educação relacionado a nenhum grupo particular de crianças. (BOOTH; AINSCOW, 2011, p. 20)

Mediante a citação pode-se perceber que inclusão é uma somatória de ações, sugerindo participação-ação, participando do desenvolvimento da escola, agindo de maneira a auxiliar na compreensão e aprendizado de todos, participação ativa da vida democrática, ou seja, é tudo que não exclui ou segrega.

Partindo do pressuposto que todos fazem parte da inclusão, sendo todas as formas de exclusão sociais, a exclusão de etnias diferentes, de classes sociais diferentes, de capacidade de cognição diferente, necessidade de algum aparelho para se locomover, ouvir ou enxergar, de maneira que todos estão inseridos da exclusão à inclusão.

Para Mantoan (2000), a partir da inclusão deve-se promover uma igualdade de valores a todos, através de uma sociedade participativa.

A diversidade inclui diferenças e similaridades percebidas e não percebidas entre as pessoas: a diversidade diz respeito à diferença dentro da humanidade

comum. Ela atinge todos, não somente os que são vistos como desviados de uma ilusória normalidade. (BOOTH; AINSCOW, 2011, p. 23)

Na maneira de incluir há necessidade de valores como: confiança, respeito à diversidade, não violência, compaixão, honestidade, coragem, amor, alegria, otimismo entre outros, de modo assim a reconhecer o valor das pessoas em toda sua individualidade e subjetividade conseguindo lidar com as diferenças e diminuindo a discriminação (BOOTH; AINSCOW, 2011).

Na área da educação é necessário que haja a criação de vínculos e relações de amizade e confiança sólidas entre escola, família e comunidade, promovendo através da solidariedade a Inclusão Escolar com a cooperação de todos. (BOOTH; AINSCOW, 2011). Sendo por intermédio da educação, da escola, a compreensão de que ser diferente não significa ser inferior e sim ser valorizado em sua diversidade.

4.3.3 EDUCAÇÃO FÍSICA COMO FERRAMENTA DA INCLUSÃO

De acordo com Rodrigues (2003), a Escola Inclusiva é aquela que procura receber e atender a todos de maneira satisfatória através da educação de qualidade a toda diversidade, não apenas o deficiente, mas a grupos étnicos distintos e classes sociais diferentes.

Estando a Educação Física como componente curricular do âmbito escolar é necessário que a mesma faça sua parte como facilitadora da Inclusão a todos os públicos nela presentes. “A Educação Física (EF), como disciplina curricular, não pode ficar indiferente ou neutra em face deste movimento de educação inclusiva” (RODRIGUES, 2003, p. 69).

De acordo com Rodrigues (2003), Monte, Siqueira e Miranda (2001), para que a Educação Física consiga acolher aos mais diversos públicos é necessário pensar na formação do professor. Que seja proporcionado a ele o acesso ao conhecimento sobre este aluno e sua deficiência, mediante a literatura, a formação inicial, oficinas, cursos e formação continuada de qualidade. Para assim, desmistificar a deficiência.

A formação do professor deve ser um processo contínuo, ininterrupto, desenvolvido perante um trabalho multidisciplinar com uma equipe continua de apoio, para que esta formação ínfima, o auxilie no trato com a diversidade, e o prepare para o mercado de trabalho, seja ele inclusivo ou não. São exigidos do professor, conhecimentos específicos e uma postura profissional, logo, o bom professor é aquele que atribui valores, proporciona um ambiente agradável, trabalha a auto-estima, afeto, e outros (WINNICK, 2004).

A Educação Física sendo de extrema importância para a vida deste educando, conferindo a ele um desenvolvimento integral no que diz respeito ao bio-psico-social. Proporciona a este aluno uma gama de possibilidades muito grande, por intermédio da educação motora. Têm-se assim a Educação física, como meio de socialização, cooperação e por que não dizermos inclusão?

A disciplina curricular de EF pode, com rigor e com investimento, ser efetivamente uma área chave para tornar a educação mais inclusiva, e pode mesmo ser um campo privilegiado de experimentação, de inovação e de melhoria da qualidade pedagógica na escola. (RODRIGUES, 2003, p. 72)

A Educação Física tem características para ser um elemento facilitador da Inclusão nas escolas, os alunos a realizam em ambientes ao ar livre, fora de salas de aula com carteiras, os alunos aprendem através da prática, o que pode facilitar a compreensão da matéria, os professores de educação física encaram essa missão de trabalhar com o público deficiente com mais naturalidade que os demais.

Esta imagem positiva e dinâmica dos professores de Educação Física é um elemento importante da sua identidade profissional sendo por isso freqüentemente solicitado para participar em projetos de inovação na escola. (RODRIGUES, 2003, p. 73-81)

Em Oliveira (2005) e Cruz (2005), a matéria Educação Física tem o potencial de contribuir e muito no processo de Inclusão do aluno deficiente no Ensino Regular. Pois de acordo com a literatura, os conteúdos abordados por meio da Educação Física, se tornam agentes facilitadores no desenvolvimento do educando, nos aspectos: bio-psico-social, ou seja, o auxiliam em caráter motor, cognitivo, afetivo e social, respeitando a morfologia deste indivíduo, e potencializando suas habilidades e capacidades.

Porém, apesar de todas as possibilidades que a Educação Física proporciona para Inclusão, há também de se perceber o outro lado da moeda, onde as aulas práticas são estimuladas de maneira competitiva, sem trabalhar a cooperação, gerando em alguns alunos o sentimento de fracasso (RODRIGUES, 2003).

Podemos assumir, portanto, que o propósito da intervenção do professor que atua no campo da educação física adaptada é potencializar as possibilidades de participação ativa de pessoas com necessidades especiais, em programas com foco na atividade física/ movimento corporal. (CRUZ, 2005, p.33)

É fundamental que a Inclusão ocorra dentro das escolas e principalmente por intermédio das aulas de Educação Física, tornando a escola um lócus que favoreça as diferenças e compreenda a aprendizagem de maneira individual.

Cruz (2005), não basta estar presente no ambiente escolar, a educação física deve assegurar que este educando faça parte da aula, a realize como qualquer outro aluno as atividades propostas pelo professor.

Incluir um aluno deficiente em aulas de uma classe regular demanda preparo específico sobre o conteúdo a ser ensinado e preparo a respeito de cada deficiência. Assim como sensibilidade de perceber este aluno em sua subjetividade e particularidade. É necessário que se crie um vínculo com ele. Que o educando goste de participar de suas aulas e tenha sucesso nelas.

4.4 INCLUSÃO SOCIAL X INCLUSÃO ESCOLAR

Para que a Inclusão do deficiente seja real, os autores nos revelam que existe a necessidade de se compreender este corpo por intermédio de sua representação social, percebendo-o como um corpo que é biológico, psicológico e social (LEPRI, 2012; OLIVEIRA, 2005).

Se, com base na minha experiência eu tivesse que identificar a condição mais importante dentre as inúmeras que contribuem para tornar possível a inclusão social de uma pessoa com deficiência, diria sem dúvida que é a necessidade de uma postura, por parte de todos os sujeitos envolvidos, ancorada na imagem da “pessoa”. (LEPRI, 2012, p. 105)

Partindo da teoria do autor que as representações sociais visam tornar familiar o desconhecido, deve-se realizar uma análise e compreensão da sociedade heterogênea em sua complexidade através das representações.

Uma vez que a teoria pode ser relacionada, em qualquer aspecto da realidade comum, a certo grupo social, ela é particularmente interessante na análise dos processos de inclusão das pessoas com deficiência, justamente porque nos ajuda a compreender os mecanismos por meio dos quais a “diversidade” é reconhecida e socializada, nos fornecendo um adequado instrumento de análise crítica para visualizar o cenário no qual as ações profissionais destinadas à inclusão adquirem maior clareza. (LEPRI, 2012, p. 46)

Analisando-se este cidadão de corpo inteiro, é preciso revelar o mesmo como ser deficiente, e não portador de deficiência, porque quem porta (leva), porta algo e quando não quiser mais pode deixar de portar. Exemplo: uma pessoa tem Síndrome de Down, não é portadora de deficiência. Pois esta característica está inata a ela, e é imutável (LEPRI, 2012).

Faz-se mister compreender a pessoa deficiente de uma maneira global, vendo-a primeiramente como pessoa, antes de observar a sua deficiência, que suas potencialidades

sejam sobressalentes e não suas limitações, que a representação social que temos deste indivíduo, não deixe a desejar a nenhum outro cidadão, afinal quem impõe barreiras somos nós.

Nem todas as diferenças necessariamente inferiorizam as pessoas. Há diferenças e há igualdades: nem tudo deve ser igual e nem tudo deve ser diferente (...) É preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes, quando a igualdade nos descaracteriza, e o direito de sermos iguais, quando a diferença nos inferioriza. (MANTOAN, 2004, p. 39)

Inserir o deficiente na sociedade assim como na escola, não é de maneira nenhuma algo simples, pois o mesmo precisa sair da sua zona de conforto e se arriscar seja no mercado de trabalho (sociedade) ou na escola. De qualquer jeito é preciso que haja uma adaptação deste indivíduo às novidades que lhe aparecem. Para Lepri (2012) estas mudanças e adaptações são sobremaneira fundamentais.

Guardados os devidos cuidados, o sentido de uma visão antropológica se encontra também em não isentar as pessoas com deficiência das perdas e das dificuldades de viver que, em alguma medida, todos os homens vivenciam e, ainda, permitir que a dificuldade de cada um encontre sentido e um amplo compartilhar como membro da comunidade humana. (LEPRI, 2012, p. 121-122)

Mediante a inserção deste cidadão à escola assim como à sociedade, ele consiga crescer como pessoa, por intermédio dos desafios enfrentados e das resoluções de problemas, vivendo feliz em uma sociedade tão complexa e caótica.

As condições de que dispomos, hoje, para transformar a escola nos autorizam a propor uma escola única e para todos, em que a cooperação substituirá a competição, pois se pretende que as diferenças se articulem e componham e que os talentos de cada um sobressaiam. (MANTOAN, 2004, p. 41)

Estar incluso no sistema regular de ensino é um direito de todos, e é preciso que se faça valer deste direito. Afinal são nos bancos escolares que se formam os cidadãos, que cada educando adquire uma identidade social e cultural (MANTOAN, 2004).

Conhecemos os argumentos pelos quais a escola tradicional resiste à inclusão. Eles refletem a sua incapacidade de atuar diante da complexidade, da diversidade, da variedade, do que é real nos seres e nos grupos humanos. Os alunos não são virtuais, objetos categorizáveis. Eles existem de fato, são pessoas que provêm de contextos culturais os mais variados; representam diferentes segmentos sociais; produzem e ampliam conhecimentos e têm desejos, aspirações, valores, sentimentos e costumes com os quais se identificam. Em uma palavra, esses grupos de pessoas não são criações da nossa razão, mas existem em lugares e tempos não-ficcionais, evoluem, são compostos de seres vivos, encarnados. (MANTOAN, 2004, p. 40)

A inclusão, por vezes, parece como uma afronta ao sistema regular de ensino, por querer uma escola colaborativa e de todos, provocando o sistema educacional arcaico e atrasado, em muitos casos pela falta de preparo dos professores, ou pelo temor que os pais sentem ao pensar a ideia da diversidade, partilhando o mesmo espaço.

Desconhecimento e interesses corporativistas envolvendo pais, professores, especialistas fazem com que a educação de alunos com deficiências se dê em ambientes segregados, sem se considerarem as novas possibilidades de atendimento a partir de alternativas educacionais incluídas. Muitos outros entraves desrespeitam o direito de ser diferente, nas escolas. (MANTOAN, 2004, p. 37)

Existe a necessidade de se pensar as diferenças culturais, os diversos tipos de inteligência, como a social, afetiva e etc. Para que se possa compreender que o sistema educacional precisa ser reformado, para que acolha a toda a diversidade com sucesso. Gerando assim uma quebra de barreiras, e uma nova ética educacional (MANTOAN, 2004).

Nossa luta pela inclusão escolar tem uma dimensão ética crítica e transformadora (...) Ao entender que as diferenças estão sendo constantemente feitas e refeitas; pois elas vão diferindo, infinitamente. As diferenças são produzidas e não podem ser naturalizadas, como habitualmente pensamos. Essa produção é sustentada por relações de poder e merece ser compreendida, questionada e não apenas respeitada e tolerada. (MANTOAN, 2004, p. 39)

As relações de poder são intrínsecas à escola, por vezes geram a produção das diferenças e relação de segregação com o que não lhes parece familiar, promovendo uma hierarquia, que pode ser gerada por algumas competências como melhores notas, melhor capacidade motora, classificando os educandos em categorias, como: Normais e Deficientes.

É papel do professor promover a Inclusão deste educando deficiente, por ser dele o papel de gerenciar a relação entre o aluno deficiente e os demais colegas e educar este aluno em toda sua potencialidade, para que o mesmo possa concluir com sucesso a etapa escolar. Entretanto, não se pode deixar toda a responsabilidade desta falta de inclusão nas mãos dos professores, existe a necessidade de que sejam idealizadas políticas públicas efetivamente inclusivas e estas sejam postas em prática, que o governo mobilize professores especialistas, que haja incentivo financeiro para os professores e para as escolas, que se invista em infraestrutura para receber e acolher este aluno.

CAPÍTULO V - FORMAÇÃO CONTINUADA: POLÍTICAS DE INCENTIVO MUNICIPAIS, SIGNIFICADOS, CONTRIBUIÇÕES E A INCLUSÃO DO DEFICIENTE NA ÓTICA DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Antes de iniciar as análises que foram feitas mediante a fala de cada professor em seu contexto escolar, sobre a formação continuada e inclusão à luz da literatura, exemplificaremos como as formações têm ocorrido, segundo os documentos e dados que a Secretaria de Educação apresentou. Dados pertencentes aos anos de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012.

A formação continuada oferecida aos professores da Rede Municipal de Ensino da cidade de Rio Claro – SP ocorre no Núcleo de Ensino da Secretaria da Educação, localizado no NAM (Núcleo Administrativo Municipal), um espaço da prefeitura. Os cursos de formação continuada acontecem mensalmente. Quando não ocorre nenhum tipo de formação continuada, este espaço é usado para o HTPC (Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo) dos professores da Rede Municipal. Assim como os cursos de formação continuada, o HTPC ocorre uma vez por mês.

Este espaço de HTPC é proporcionado pela Secretaria da Educação, tendo um controle da frequência dos professores por meio de presença, bem como, há a entrega de um certificado no término do curso, este horário de trabalho pedagógico tem se caracterizado como um curso de formação continuada. Nas reuniões de HTPC, em média, há a presença de 80 professores. Este HTPC é oferecido aos professores de todas as escolas da Rede Municipal de Ensino.

Durante a análise documental, dos documentos cedidos pela Secretaria da Educação da cidade de Rio Claro – SP, juntamente com a prefeitura foi possível quantificar os cursos de Formação Continuada oferecidos pela mesma desde 2007 até 2012. E, de semelhante modo, ter acesso ao número de professores que frequentaram estes cursos. Estes cursos serão explicitados e brevemente comentados nas páginas a seguir, para posteriormente, ocorrer a análise dos cursos de formação continuada ao longo desses 5 (cinco) anos.

O ano de 2007

Em 2007, houve 25 (vinte e cinco) cursos de formação para os professores da Rede Municipal de Ensino. Destes 25 cursos, somente um curso contemplava a área de Educação Física. O curso era sobre Educação Infantil e Ensino Fundamental, ministrado por uma professora docente da Universidade Estadual Paulista (UNESP). O referido curso contou com a presença de 55 (cinquenta e cinco) professores.

Houve também um curso sobre educação especial: TDAH (Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade), porém por intermédio de um relato da coordenadoria da Educação Especial soube-se que esta formação não era específica para a área Educação Física. Apesar de não ser específico para a área de Educação Física, este curso era aberto a todos os professores que manifestassem interesse. Este curso teve a participação de 275 (duzentos e setenta e cinco) professores.

As demais 23 (vinte e três) formações não atenderam ao intuito de nossa pesquisa, pois foram destinadas a monitores, professores de diversas outras matérias, tais como: Português, Matemática e EJA (Educação de jovens Adultos). Logo, tais cursos não eram o foco de nosso estudo.

O ano de 2008

No ano de 2008, constatou-se 25 (vinte e cinco) cursos de formação continuada para o professorado que leciona em Rio Claro –SP. No ano de 2008, houve 1 (uma) formação que foi exclusiva ao professor de Educação Física: **Perspectivas para o desenvolvimento e construção do ser professor: a Educação Física em questão**, ministrada por um professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Houve a adesão de 30 (trinta) professores.

Apesar de apenas 1 (uma) formação visando atender o professor de Educação Física. Existiram outras formações que foram direcionadas a todos os professores, ou seja, qualquer professor da rede municipal poderia participar destas formações. Os cursos de formação continuada do ano de 2008 foram expostos no quadro abaixo:

Quadro 2- CURSOS OFERECIDOS Á TODOS OS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO DE 2008

CURSOS	Nº DE PARTICIPANTES
CURSO DE LIBRAS	30
CURSO DE INFORMÁTICA	30
EDUCAÇÃO INCLUSIVA	50
INTERTEXTUALIDADE	50
JC PRESENTE DA ESCOLA	50
OS GÊNEROS TEXTUAIS A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO EM LINGUA MATERNA	90
REORIENTAÇÃO CURRICULAR	1.200

No ano de 2008, houve um curso relacionado ao tema pesquisado, Inclusão, intitulado: **Educação Inclusiva**. Este curso foi destinado a todos os educadores da rede. Todavia, tal curso mais se direcionava aos profissionais que estão na gestão da área educacional, sendo eles: professores, gestores e professores especialistas (como por exemplo, o professor da sala de recursos). A adesão deste curso foi de 200 (duzentos) participantes.

O ano de 2009

No ano de 2009, houve 22 (vinte e dois) cursos de formação, e somente 1 (um) foi destinado a professores de Educação Física, com o título de: **Novas Propostas para Educação Física**. Este curso contou com um número específico de vagas: total de vagas de 66 (sessenta e seis). dessas, 60 vagas foram preenchidas.

No ano de 2009, não existiu nenhum curso de formação que trabalhasse a inclusão nas escolas. Todavia, a existência de cursos abertos a todo o professorado municipal permaneceu, semelhantemente ao ano de 2008. Os cursos do ano de 2009 podem ser visualizados no quadro abaixo:

Quadro 3- CURSOS OFERECIDOS PARA TODOS OS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO DE 2009

CURSOS	Nº DE PARTICIPANTES
BRINCAR	90
LIBRAS I	30
LIBRAS II (somente para professores que participaram do libras I)	30
EDUCAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA	30
EDUCAÇÃO DA SEGUNDA INFÂNCIA	30
DESENVOLVIMENTO INFANTIL I	43
DESENVOLVIMENTO INFANTIL II	41
INFORMÁTICA	51

O quadro acima contém 9 (nove) cursos dos 22 (vinte e dois) que foram oferecidos pela Prefeitura. Os demais 13 (treze) cursos não foram aqui mencionados, pois eram destinados à coordenação pedagógica, os funcionários da escola e as professoras especialistas.

O ano de 2010

No ano de 2010, foram promovidos 20 (vinte) cursos de formação, dentre os quais: “**Novas Propostas de Educação Física**”, foi o curso destinado à área de atuação estudada nesta dissertação. Entretanto, houve um curso voltado para o trabalho com a diversidade, tendo por nome: “**A Educação para a Diversidade, Etnia e Demandas Legais**”, destinado a apenas 1 (um) representante de cada escola, num total de 51 (cinquenta e uma) vagas.

Quadro 4- CURSOS DESTINADOS A TODO E QUALQUER PROFESSOR DA REDE MUNICIPAL NO ANO DE 2010

CURSOS	Nº DE PARTICIPANTES
LIBRAS II	30
LIBRAS III	30
ECOLOGIA DOS SABERES: EDUCAÇÃO INFANTIL	30
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	40
ARTE E EDUCAÇÃO	40
A ÁGUA E SUAS DIVERSAS UTILIDADES: RIQUEZA DO SÉCULO XXI	40

Os cursos que não foram mencionados no quadro acima, referentes ao ano de 2010, não foram destinados aos professores.

O ano de 2011

Ano de 2011 houve 19 (dezenove) cursos formadores, dentre os quais 1 (um) curso atendeu à área da Educação Física: “**Novas Propostas para Educação Física Escolar**”. 60 (sessenta) professores aderiram ao referido curso.

Quadro 5- CURSOS DESTINADOS A TODO E QUALQUER PROFESSOR DA REDE MUNICIPAL NO ANO DE 2011

CURSOS	Nº DE PARTICIPANTES
EDUCAÇÃO INTEGRAL OPORTUNIDADES EDUCATIVAS DIVERSAS	30
ESTATUTO E PLANO DE CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	40
PROVA BRASIL	40
CAPACITAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ARTE	30
EDUCAÇÃO 0 A 2 ANOS TEORIA E PRÁTICA PEDAGÓGICA	50
LIBRAS III	30
PRÓ-LETRAMENTO ALFABETIZAÇÃO E LINGUAGEM	40
PRÓ-LETRAMENTO MATEMÁTICA	40

Os cursos que não foram relatados no quadro acima, não eram destinados aos professores.

O ano de 2012

No ano de 2012, houve 12 (doze) cursos de formação para os professores da Rede Municipal de Ensino, dos quais apenas 2 (dois) atenderam ao professor de Educação Física. O primeiro curso foi intitulado “**Educação Física Adaptada e inclusão**”, contando com 50 vagas, que foram totalmente preenchidas. O segundo curso, intitulado “**Práticas Contemporâneas de Ginástica na Escola: entrelaçando, ensino, pesquisa e extensão**”, contou com 40 (quarenta) vagas e todas foram preenchidas.

Além desses dois cursos supracitados, específicos para a área, ocorreram outros 3 (três) cursos abertos a todo o professorado paulista. Tais cursos estão na tabela a seguir. Os demais cursos que não foram citados, não estavam destinados aos professores.

Quadro 6- CURSOS DESTINADOS Á TODOS OS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL, NO ANO DE 2012.

CURSOS	Nº DE PARTICIPANTES
CONSUMO SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO DA NOVA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	30
AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES ESPECIALIZADOS COM FOCO NO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO	40
EDUCAÇÃO AMBIENTAL, VALORES E FORMAÇÃO DOCENTE: CONTRUINDO PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES.	25

ANÁLISE DO RETROSPECTO DE 5 ANOS

Analisando este retrospecto de 5 anos dos cursos de formação, pode-se verificar que somente no ano de 2012, houve uma formação que conseguiu unir a área Educação Física à temática da Inclusão. Ou seja, proporcionando ao professor esta experiência e conhecimento a respeito da diversidade.

A formação voltada para Educação Física Inclusiva como vimos nos documentos oferecidos pela Secretaria de Educação, aconteceu apenas em 2012, porém a diversidade em sala de aula não é novidade. Antes de existir qualquer tipo de formação, o professor já era obrigado a proporcionar a inclusão escolar, logo, é algo que vem ocorrendo há um longo tempo, só não tinha essa proporção e destaque.

Mediante a fala de alguns professores, sempre houve a necessidade de um curso a respeito de inclusão, e os mesmos sempre manifestavam esta necessidade, entretanto apenas em 2012 se tornou realidade.

A demanda de alunos, público alvo da Inclusão, vem aumentando desde 2008 por intermédio da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, do decreto de 17 de setembro de 2008 (Número: 6.571), sobre o atendimento educacional especializado que dispõe sobre a inclusão do deficiente no Ensino Regular.

Art. 6º O Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

“Art. 9º-A. Admitir-se-á, a partir de 1º de janeiro de 2010, para efeito da distribuição dos recursos do FUNDEB, o cômputo das matrículas dos alunos da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular.

Parágrafo único. O atendimento educacional especializado poderá ser oferecido pelos sistemas públicos de ensino ou pelas instituições mencionadas no art. 14.(BRASIL, 2008, s/p)

Entretanto aconteceram mínimas mudanças, e o decreto de 2008 foi revogado pelo decreto de 17 de novembro de 2011 (Número: 7.611), mas no que diz respeito à matrícula do educando deficiente. Têm-se no decreto abaixo:

Art. 8º O Decreto nº 6.253, de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 9º-A. Para efeito da distribuição dos recursos do FUNDEB, será admitida a dupla matrícula dos estudantes da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado.

§ 1º A dupla matrícula implica o cômputo do estudante tanto na educação regular da rede pública, quanto no atendimento educacional especializado.

§ 2º O atendimento educacional especializado aos estudantes da rede pública de ensino regular poderá ser oferecido pelos sistemas públicos de ensino ou por instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem

fins lucrativos, com atuação exclusiva na educação especial, conveniadas com o Poder Executivo competente, sem prejuízo do disposto no art. 14. (BRASIL, 2011, s/p)

Devido a esta “legalização” da situação do deficiente no ensino regular, e à sua desmarginalização, e entrada no âmbito escolar, foi que esta pesquisa averiguou o cenário atual desta inclusão e como os professores têm se preparado para atender a este público, por meio das formações.

A prática da desmarginalização de portadores de deficiência deve ser parte integrante de planos nacionais de educação, que objetivem atingir educação para todos. A inclusão social traz no seu bojo a equiparação de oportunidades, a mútua interação de pessoas com e sem deficiência e o pleno acesso aos recursos da sociedade. Cabe lembrar que uma sociedade inclusiva tem o compromisso com as minorias e não apenas com as pessoas portadoras de deficiência (MACIEL, 2010, s/p).

Após esta sucinta explicação sobre como se deu a formação continuada mediante a literatura e os documentos fornecidos por intermédio da Prefeitura, o próximo capítulo detém como a formação continuada pode auxiliar na inclusão do aluno deficiente no Ensino Regular.

Perante este breve panorama, de como os cursos de formação continuada vêm sendo desenvolvidos por intermédio da Prefeitura e realizados pelos professores da rede, inicia-se então a análise dos dados obtidos por meio das entrevistas semiestruturadas, realizadas com os professores que participaram da formação continuada inclusiva, que aconteceu em 2012.

5.1 POLÍTICAS MUNICIPAIS DE INCENTIVO À FORMAÇÃO CONTINUADA, AVALIAÇÃO E PROPOSTAS

Aborda-se a existência ou não de incentivo aos professores da Rede Municipal da cidade de Rio Claro – SP, em participarem dos cursos de formação continuada oferecidos pela Prefeitura, como também a avaliação dos professores sobre a formação continuada e a opinião expressa sobre qual seria a formação continuada ideal.

De acordo com os depoimentos dos professores entrevistados, observam-se as ações da Prefeitura em relação ao oferecimento de cursos e consequente preocupação com a formação continuada. Todos foram unânimes em dizer que a Prefeitura tem facilitado para que o professor possa realizar este tipo de formação, mediante a divulgação e acessibilidade.

P(3) “Ela (prefeitura) tem facilitado, tem oferecido esses cursos em horários que sejam viáveis para o professor como horários de serviço, a prefeitura e essa gestão tem facilitado isso sim.”

P(4) “Tem facilitado sim. Ah não é falta de divulgação não, ela tem facilitado. Tanto é que ela tá tentando fazer parcerias com as universidades, pra tá aproximando os cursos da gente, a prefeitura tem trabalhado pra isso sim”.

Mediante a Lei de Diretrizes e Bases, corroborando com a fala dos professores é dever e função das prefeituras, que estes cursos alcancem todos os professores, por meio de acessibilidade, divulgação e horários fora do período de aula (BRASIL, 1996).

P(1) “Eu acho que a prefeitura tem facilitado e incentivado esse tipo de formação para nós professores, Só que eu acho que deveria ter mais. Por exemplo nós pedimos muito sobre primeiros socorros e até hoje nada.”

P(2) “Ah eles tem ajudado muito,né!? E quem quiser estudar tem acesso. Os cursos de formação acontece sempre, e uma vez por mês a gente faz o HTCP lá na secretaria da educação, né. A nossa coordenadora a [...] , sempre traz curso bom, né?”

P(6) “Sim, tem facilitado, porém a dica que eu daria seria o de ser trabalho mais temas por ano, para ampliar o nosso leque. Mas com certeza a formação é um auxílio que todo o professor precisa e valoriza.”

P(7) “Tem facilitado sim, nós somos liberados do HTPC, e participamos das formações neste horário né? Não precisamos interromper nenhuma atividade para participarmos das atividades de formação.”

P(8) “Sim, a prefeitura tem facilitado através da formação de cursos para que o profissional possa trabalhar com maior eficiência. A prefeitura sempre avisa as escolas sobre as formações, para que possamos estar presentes.”

Almeida et al. (2011), aborda em seus estudos que a formação continuada deve estar centrada no professor, objetivando desta forma, o sentido para a atividade do magistério, incentivando-o a participar de cursos de capacitação, perante as lacunas que foram deixadas durante a formação inicial, promovendo a valorização de se pensar o plano de carreira.

Por vezes, esses professores são dispensados das aulas para participarem dos cursos, como se constatou na fala do professor (3), abaixo:

P(3) “Vamos ter um curso de formação agora que vai ser em São Carlos, o qual nós seremos dispensados dos dias de aula pra estar participando desse curso então eu vejo que isso é um investimento”.

Para P(4) a Prefeitura tem facilitado as formações, porém segundo ele há a necessidade da universidade estar próxima da escola, divulgando e participando desses cursos.

P(4) “Não sei se as universidades têm que dar um incentivo maior, uma motivação maior pros alunos estarem procurando isso”.

É de fundamental importância este incentivo municipal, para que os professores consigam realizar os cursos de Formação Continuada, para melhor desenvolver suas práticas, preencher os déficits que ficaram pendentes na época de graduação. Castro (2012) salienta que existem Prefeituras na região sul do país, que financiam cursos de mestrado, para que os professores possam estudar a temática educacional de uma maneira mais densa.

Por intermédio de práticas como as citadas por Castro (2012), é que se promove a valorização do profissional e de seu conhecimento. Fornecer recursos e incentivar ao professor é uma maneira para a melhoria a prática docente. Por meio de tal ação se valoriza a educação.

A formação continuada deve permitir que se viva, na profissão, uma experiência prazerosa, valorizada por permitir tanto desvendar novas formas de ser, pensar e sentir como a construção de projetos coletivos éticos para o mundo em que se vive. (DAVIS et al. 2011, p. 85).

Desta forma, a formação continuada deve proporcionar uma melhoria aos professores, nos recursos de práticas pedagógicas, tornando-se algo agradável e satisfatório para os que nela estão inseridos.

Em síntese, todas essas abordagens entendem a formação continuada como um processo que salienta a tarefa de oferecer aos professores oportunidades de desenvolvimento profissional e, em especial, no plano pessoal – independentemente de esse desenvolvimento ser definido pelos próprios docentes ou por especialistas contratados pelos sistemas educacionais – e, ainda, de conferir a esse processo um caráter mais estruturado ou mais informal (DAVIS, et al, 2011, p. 88).

Segundo Davis et al. (2011), a formação continuada deve ser um instrumento que auxilie o professor em todos os sentidos, pessoal e profissional. Sendo dever do Estado garantir esta formação continuada. Como se têm no Art. 67 da LDB de 1996:

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

2. Aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
4. Progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
5. Período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
6. Condições adequadas de trabalho (BRASIL, 1996, s/p).

Logo, a partir da LDB de 1996 é função do Estado, assim como das políticas públicas, promover cursos de formação continuada de fácil acesso aos professores, e com

remuneração para tal. Gerando a valorização do profissional, propiciando um plano de carreira no magistério e condições de trabalho dignas.

Este eixo também abordou como os professores avaliam a formação continuada, de que maneira ela auxilia na melhoria de suas aulas, e também dissertaram sobre como seria a formação continuada ideal.

P(4) “Avalio a formação continuada como algo essencial para carreira docente, pois trata de uma constante atualização dos conhecimentos do professor. Claro que há outras questões que influenciam esta formação, mas só o fato de oferecer esse espaço para o professor e um incentivo para que o mesmo participe, já é um grande passo”.

No discurso do professor quatro (4), ao ser proporcionado ao professor este tipo de qualificação, é motivacional e incentiva os professores a participarem.

P(6) “Eu daria nota 8, porque tiveram dias produtivos, mas também tiveram dias muito maçantes.”

P(7) “Se eu fosse dar uma nota eu daria a nota 6 ou 7, porque foi boa, mas poderia ser melhor, mais focada nos professores e mais específica em relação às deficiências.”

P(2) “A foi muito boa essa formação, né? Minha nota é 9, porque sempre pode melhorar né? Ter mais cursos sobre inclusão, falar de outras deficiências que faltaram.”

Mediante a avaliação sobre o curso de formação continuada que visa incluir o educando deficiente tem que P(6) e P(7), a formação continuada foi boa, entretanto como tem-se na fala de P(6) “maçante”, percebe-se que pode se tornar cansativo pela repetição do tema, e em P(7) e P(2), percebe-se que ainda faltam mais informações sobre as deficiências e o tema Inclusão, que ainda é tido como novo.

P(8) “A formação continuada é no momento uma obrigatoriedade na vida de um profissional, porque se você ficar muito defasado, você não terá condições de transmitir ao aluno o conteúdo necessário.”

Para o professor 8 (oito), todos devem realizar uma formação continuada que ao seu ver atualiza os conhecimentos, percebendo-a como uma obrigatoriedade.

P(3) “Eu daria nota 7, pois eu senti muita falta de uma parte prática com crianças, para que se pudesse executar as atividades, uma vez que nem todos os professores tem alunos deficientes em suas salas, as vezes isso acaba ficando apenas na explicação das situações, sem momentos de vivência, e a gente fica sem ver e realizar atividades com uma criança com deficiência passando por aquela situação, realizando uma tarefa.”

P(1) “Foi boa, mas falta uma parte prática, se fosse uma nota seria nota 7, porque foi bom, mas faltou algumas coisas como a prática. Afinal a prática é o fundamental.”

Perante o discurso de P(3) e P(1), a formação continuada deveria oportunizar momentos práticos. O Professor três (3) relata que a parte prática auxilia na realização das atividades que são propostas, porque existem professores que não tem alunos com deficiência, logo não poderiam por em prática o que aprendem nos cursos, podendo cair o assunto no esquecimento.

No que diz respeito à formação continuada idealizada pelos professores tem-se que a formação continuada deve ser aquela que integre a realidade da prática pedagógica, promovendo a troca de experiências e proporcione uma prática reflexiva. Para os professores essa formação continuada deve ocorrer preferencialmente na escola, sendo composta de uma equipe multidisciplinar.

P(4) “A formação continuada ideal seria aquela que os professores conseguissem integrar as realidades da prática pedagógica, o que inclui todas as problemáticas do contexto escolar como indisciplina, comunidade, gestão escolar entre outros; aos conhecimentos tidos na formação inicial, a partir dos principais referenciais teóricos. Juntamente a essa associação, a troca de experiências entre os professores pode proporcionar uma ótima oportunidade de reflexão sobre a prática desses docentes.”

P(3) “Eu partiria de uma equipe multidisciplinar que desse conta das questões envolvidas com as deficiências para estar fazendo esse primeiro contato com os professores, um mapeamento também da quantidade de deficientes a concentração desses alunos deficientes, pensando em escolas mais preparadas, onde você possa centralizar esse tipo de atendimento, até porque fazer ele de uma forma mais dispersa acho que acaba um pouco descentralizando o investimento de uma forma desnecessária, e investindo em material que vai pra escola pra atender uma pessoa, quando você poderia canalizar isso pra um local só, e ser mais eficiente, e realmente que os professores pudessem estar visitando essas escolas, e que os cursos de formação continuada passassem por esses locais, onde há concentração de deficientes, e onde esses professores que atuam com os deficientes pudessem ser co-formadores nesse processo uma vez que eles estão no dia a dia deles trabalhando com esses alunos.”

Mediante o discurso de P(4) e P(3), Canário (1993), corrobora que o professor escolar deve juntamente com a Universidade produzir a formação continuada, refletindo a prática pedagógica em seu contexto, melhorando e inovando cada vez mais a práxis.

Ainda está presente na fala de P(4), a relação entre aprendizado por intermédio da troca de experiência, como salienta Schon (1997; 2000), reconhecendo que os saberes da prática profissional, do dia a dia, devem ser valorizados como um tipo de conhecimento.

Para estes professores, assim como Mandarinino (2004), deve-se existir uma ação conjunta entre escola, professor, gestão, comunidade, para que assim ocorra a inclusão escolar.

Ainda na fala de P(3), existe a necessidade de um mapeamento das escolas, reconhecendo em quais delas existe uma maior concentração de alunos deficientes, e que os professores que lecionam nesses concentrados de alunos, possam relatar suas experiências, assim como realizar a formação continuada com a presença dos educandos, colocando em prática o que se aprende, reflete e realiza.

A formação continuada ideal mediante a concepção do professor seis (6) é:

P(6) “Eu atenderia a parte infantil, que trouxesse algumas estratégias, porque o infantil necessita muito dessa ajuda. Por as crianças serem muito pequenas, já tem a dificuldade de se expressar, então eu acho que deveria ter uma formação visando essa faixa etária.”

Por intermédio da fala do professor 6 (seis), existe a necessidade de colocar a educação infantil no foco do projeto de inclusão, pois para ele essas crianças tem dificuldade de expressar suas vontades, e as crianças com deficiências mais ainda.

P(7) “Na minha concepção, precisamos de professores mais especializados, e que saibam mais sobre deficiências pra nos ajudar né? Precisamos trocar mais experiências também lá no NAM, né? Aonde fazemos a formação. Porque ainda sabemos muito pouco.”

Para P(7), a formação deve ser uma troca de experiências entre professores e profissionais especializados, para que além da existência da troca de saberes possa haver a aquisição de novos saberes e conteúdos. E para o professor 8 (oito), a formação continuada deve ser um curso que dure mais do que 1 (um) semestre, para que se consiga absorver, e entender as deficiências, para assim incluir efetivamente o aluno. Logo, entende-se que a formação continuada deve variar conforme a necessidade dos professores.

P(8) “Seria uma formação de vários anos aonde seria abordado alguns temas especiais para que nós pudéssemos ter o domínio desses conteúdos relacionados á inclusão, e assim passar para os nossos alunos.”

Por intermédio do discurso de P(1), o lócus da formação continuada de professores deve pertencer à escola.

P(1) “Seria dentro das escolas, os professores dando suas opiniões, e os especialistas esclarecendo as dúvidas, explicando aonde nós temos errado no trato com essas crianças e como podemos melhorar a inclusão.”

P(1), corroborando Almeida (2006), revela que a formação continuada deve estar centrada na escola, lócus da prática pedagógica, aonde acontecem as trocas de experiências (aluno/professor), e aonde se apropriam os saberes.

P(2) “Pra mim é que tenham mais cursos, pra gente aprender mais e conseguir incluir mais ainda esse aluno deficiente, que não é fácil, né?”

P(2) relata a necessidade de mais cursos de formação sobre inclusão de pessoas com deficiência.

No seguinte tema de análise são abordados a graduação (formação inicial) os significados e as contribuições da formação continuada.

5.2 GRADUAÇÃO, OS SIGNIFICADOS E CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO CONTINUADA

5.2.1 DA FORMAÇÃO INICIAL

Aborda-se a formação acadêmica inicial e ao questionar os professores sobre as disciplinas que cursaram referente à Educação Especial, têm-se que dos sete (7) entrevistados, quatro (4) manifestaram que não tiveram nenhuma matéria relacionada à deficiência e outros três (3) responderam afirmativamente. Esta divergência talvez ocorra devido à época em que cada um se formou e ao tempo em que estão trabalhando na rede.

Os quatro (4) professores que responderam de maneira negativa. P(1) “Não”, P(2) “Não”, P(7) e P(8) São os professores mais experientes, que se formaram até a década de 80. Já os professores formados mais recentemente, como P(3) em 2005, P(4) em 2011 e P(6) em 2009, relatam que em sua graduação houve matérias que trabalhassem as deficiências. Mediante a estes relatos nota-se que as grades curriculares vêm sendo modificadas para melhor atender à demanda social.

Seguem partes dos depoimentos dos professores que tratam sobre disciplinas relacionadas à temática Inclusão do deficiente na época da graduação, deixando claro que P(1), P(2), P(7) e P(8) se formaram na década de 80 e que P(4), P(3) e P(6) se graduaram após o ano 2000.

P(1) “Não. Naquela época era aquilo, natação, basquete, vôlei e atletismo, ninguém pensava lá na frente era o momento, não me recorde de nada inclusivo naquela época”.

P(2) “Não, na graduação, quando eu fazia faculdade nunca ouvi falar de inclusão, e também não existiam matérias relacionadas a este tipo de aluno, não. Agora de 6 anos pra cá que eu aprendi sobre as deficiências, com o movimento de inclusão, né”.

P(7) “Não, ah... isso a gente não tinha não. Naquela época era muito diferente, era só o básico que a gente tinha né? Futebol, vôlei, basquete, natação e só. Mas sobre deficiente a gente não tinha nada.

P(8) “Não nós não tínhamos disciplinas especializadas nesse tipo de conhecimento”.

Segundo Cruz e Ferreira (2005), os professores que se graduaram até 1989, não tiveram acesso à disciplina de educação física adaptada ou a qualquer outra que tratasse sobre o deficiente, de maneira biológica, psicológica ou social. Não existia tal preocupação na época. Entretanto pode-se perceber nos depoimentos abaixo dos professores 3, 4 e 6 que os mesmos já tiveram a oportunidade de frequentar disciplinas que tratassem sobre a temática inclusão no momento da formação inicial logo, essa mudança na grade curricular pôde dar uma base de conhecimentos sobre este educando deficiente.

P(3) “Sim, o curso de educação física da (...) tem a disciplina educação física adaptada, não sei se permanece essa nomenclatura hoje, e o trabalho desenvolvido pela docente da disciplina é um trabalho que eu considerava muito bom, na forma como ela abordava a temática e tanto no seu lado teórico quanto prático também.”

P(4) “Sim, tinham umas disciplinas que abordavam, umas quatro: Educação física escolar abordava, professora (...) Atividade física adaptada, é...Acredito que fundamentos do lazer chegou a abordar um pouquinho sobre a questão dos deficientes.”

P(6) “Sim, eu tive uma disciplina de educação física adaptada, então nós vivenciamos como que era lidar com a cegueira com a deficiência do cadeirante. Apenas uma disciplina durante todo o curso. E, algumas outras disciplinas o professor auxiliava e procurava nos mostrar como melhor adaptar as atividades relacionando cada disciplina.”

Percebe-se por intermédio dos depoimentos que algumas lacunas que haviam na formação inicial já se findaram, como por exemplo, a existência de matérias vinculadas ao corpo deficiente e sua inserção. Entretanto ainda há muito que se fazer para que tenhamos universidades com uma graduação de qualidade, transformando a visão de que o magistério é algo simplista e de pouco valor (DAVIS, et. al., 2011).

É necessária uma formação inicial de qualidade, para que se possa compreender a importância do exercício do magistério, a valorização deste professor. Somente a partir de uma formação inicial completa e satisfatória, poderemos realizar uma formação continuada

que efetivamente atenda ao professor em sua prática e proponha um aprofundamento dos conhecimentos obtidos na graduação, e não uma formação que venha tentar compensar o que foi falho no momento da graduação. Uma formação inicial boa deve valorizar a construção do saber, logo, valoriza e motiva o professor a realizar essa formação contínua (GATTI, 2008).

5.2.2 FORMAÇÃO CONTINUADA: DOS SIGNIFICADOS ÀS CONTRIBUIÇÕES

Discorre-se sobre os significados e as contribuições da formação continuada para os professores, bem como, averigua-se até que ponto tem correspondido às suas expectativas e necessidades para atuação profissional.

Os professores entrevistados entendem como significados da formação continuada:

P(1) “Um aprendizado.”

P(3) ”Continuação dos estudos.”

P(2) “Trabalhar de maneira didática.”

P(4) “Um processo além da formação... Atualização.”

P(5) “Eu entendo a formação continuada como aquele que o professor, profissional, educador vai buscar de acordo com a demanda que ele está trabalhando.”

P (6) “Uma formação que o professor precisa estar constantemente buscando, renovando pra se atualizar.”

P(7) “Uma forma de você estar mais atualizado, né? Trazer subsídios para elaboração, e melhoria das aulas.”

P(8) “É uma formação que nós devemos elaborá-la todos os dias, de maneira a adaptá-la ao currículo escolar.”

A formação continuada segundo a literatura estudada se caracteriza como uma capacitação, qualificação, aperfeiçoamento, atualização, especialização entre outros (CANDAU, 1999; PRADA, 1997).

Para um dos depoentes, a formação continuada, além de possuir as características, citadas conforme os autores do parágrafo acima, para o professor coordenador, P(5), ela (formação continuada) é de extrema importância por tratar da necessidade do educador no momento vivido.

P(5) “eu vejo uma importância fundamental, porque ele vai em busca do que é a necessidade dele.”

Corroborando a fala de P(5), têm-se na fala de P(8), que a formação continuada o auxilia em como lidar com as diversas situações que ocorrem em sala de aula.

P(8) “A formação continuada faz com que nós possamos administrar melhor as situações de inclusão dentro de uma classe, desenvolvendo um trabalho mais eficiente e inclusivo.”

Tal como as manifestações dos professores em conformidade com a literatura, tem-se que a formação continuada deve proporcionar ao professor, uma reflexividade crítica sobre a temática procurada. Como se percebe por intermédio de Imbernón (2010):

A formação continuada deveria apoiar, criar e potencializar uma reflexão real dos sujeitos sobre sua prática docente nas instituições educacionais e em outras instituições de modo que lhes permitisse examinar suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes, etc... Estabelecendo de forma firme um processo constante de auto-avaliação do que se faz. (IMBERNÓN, 2010, p. 47)

Quando indagados se estes cursos têm auxiliado o educador na prática pedagógica, se obteve por intermédio dos depoimentos as seguintes respostas:

P(3) “Sim, tem o potencial de auxiliar, E para mim de fato auxilia, mas percebo perante alguns colegas de trabalho, que a formação fica muito atrelada á uma função funcionalista até de contagem de pontos para progressão de carreira”.

P(5) “Alguns professores realmente só participam da formação continuada, porque entre aspas se sentem obrigados, porque nós temos dentro da secretaria um programa de formação inclusive em serviço, então ele vem porque tá no horário de trabalho dele, eu acho isso muito ruim.”

Tanto para P(3) e P(5), como para Imbernón (2010) e Rossi (2013), interpretando os depoimentos à luz da literatura foi possível observar que, por vezes, a formação continuada é vista exclusivamente como um produto, o qual promove um aumento de salário. E não como um aprendizado, momento de reflexão juntamente aos colegas professores. “A formação vista unicamente como incentivo salarial ou promocional, e não como melhoria da profissão, fato que pode provocar uma burocratização mercantilista da formação” (IMBERNÓN, 2010, p. 35).

Para os professores dois (2), seis (6), sete (7) e oito (8), a formação continuada tem sido satisfatória, mediante seus depoimentos:

P(2) “Sim, porque a gente tá sempre aprendendo, né? Dando continuidade, não pode ficar parado no tempo”.

P(6) “Sim, porque é uma forma de você estar se especializando cada vez mais na área que a gente trabalha.”

P(7) “Sim, porque traz novos métodos de ensino e ajuda na sequencia do conteúdo, no desenvolver dos conteúdos, porque tira as duvidas, traz novidades e um novo olhar de um mesmo conteúdo, além de trazer as mudanças necessárias aos devidos conteúdos.”

P(8) “Os cursos que nós fazemos nos ajudam a elaborar melhor um plano de aula, a adquirir mais conhecimento sobre as questões de inclusão e das necessidades especiais de cada aluno.”

Por intermédio do depoimento do professor quatro (4), ela tem auxiliado sua prática profissional, entretanto esse auxílio depende de como o professor realiza a formação.

P(4) “Sim, Na minha visão, ela auxilia e muito! Porém acredito que muitos professores encaram como uma obrigação, por conta do acumulo de horas e tal.”

Conforme o depoimento de P(4) pode se observar que por vezes se valoriza mais a quantidade e o acúmulo de horas de curso do que a reflexão e a aprendizagem. “Valoriza-se mais a quantidade de coisas que se faz do que a qualidade da mesma” (IMBERNÓN, 2010, p. 34).

E, apenas o professor 1 (um) disse que a formação não contribui com sua prática docente.

P(1): “Não. Eu acho que a melhor maneira de ensinar é a prática. Eu acho que nada como a prática, porque na teoria você age de um jeito e a prática de outro completamente diferente.”

Candau (1996), em sua análise a qual também utilizou depoimentos como parte da pesquisa, descreve que os depoimentos por ela coletados deixavam claro que a experiência do dia a dia dos professores se transforma em uma formação. “Nesse cotidiano ele aprende, desaprende, reestrutura o apreendido, faz descobertas e, portanto, é nesse lócus que muitas vezes ele vai aprimorando sua formação” (CANDAU, 1996, p. 144).

Schon (1997; 2000) aponta que o dia a dia do professor deve ser valorizado como um tipo de conhecimento.

Como afirma acima Candau (1996) e Schon (1997; 2000), corroborando P(4), tem-se na fala de P(6) que o dia a dia escolar transforma-se em uma formação, por intermédio da troca de experiências, valorizando este saber.

P(6) “O dia a dia, a troca de experiência com os amigos, né? Na escola também com outro professor. Aqui na nossa escola tem a integração das aulas de educação física, quando o maternal I trabalha juntos com o maternal II, e é uma troca de experiência, porque as vezes o professor tem uma outra visão, outra idéia e vamos trocando informações, posso dizer que isso é uma formação diária.”

Apesar de existir uma procura por estes cursos, apenas para o acúmulo de horas, têm-se na concepção do professor cinco, que a maioria que participa dos cursos, o faz porque se interessa pela temática, e para melhorar sua prática docente.

P(5) “Agora uma grande parte também felizmente busca a formação continuada, como eu disse que é pela demanda que ele tá sentindo necessidade, nesses casos é muito nítido o quanto um programa bem organizado de formação que atenda realmente a necessidade daquela população específica rende resultados depois, na prática deste professor.”

Dos oito (8) entrevistados, cinco (5) acreditam na formação continuada como um instrumento que auxilia na prática pedagógica, porém alguns relatos dos professores P(3), P(4) e P(5) dizem que, por vezes, existem professores que participam deste tipo de formação somente pelos certificados. E, o P(1) diz que a formação continuada não auxilia na práxis pedagógica, acreditando ser a teoria diferente da prática. Segundo a percepção deste professor a formação continuada possui um caráter dicotômico, distanciando a teoria da prática.

Entretanto não se deve desvincular a teoria da prática, ambas devem caminhar juntas, pois a teoria sem prática se torna vazia, e a prática sem a teoria se caracteriza com ativismo (FREIRE, 1974).

Logo, para Imbernón (2010), a formação continuada deve ser aquela que gera possibilidades de transformação às práticas pedagógicas, promovendo assim o desenvolvimento desse profissional de maneira: pessoal, profissional e institucional.

A formação continuada deve ser aquela que traz a “problemática” da práxis e procura interpretá-la, compreendê-la e solucioná-la sob a ótica teórica (IMBERNÓN, 2010).

Para o depoente P(3), existe a necessidade de um espaço adaptado nas escolas, assim como materiais específicos. Para o professor essa lacuna ainda deixa a desejar e conforme seu relato:

P(3) “Existe hoje uma série de materiais voltados para os deficientes e esses materiais não estão presentes em escolas que você tem uma grande participação de deficientes. Por conta disso e de toda essa dificuldade e embora você tenha hoje os cursos de formação, uma prática mais intensa disso num contexto apropriado faz com que todo esse conteúdo discutido nos cursos de formação e todo esse questionamento levantado e essa preparação fique sem aplicabilidade.”

Pode-se observar que a escola ainda está se adaptando para receber este aluno deficiente, constata-se isso por intermédio dos depoimentos acima em que os professores citam que não se sabe qual deficiência a criança tem, muitos alunos chegam sem diagnóstico, não existe um espaço adaptado e nem materiais para que se desenvolvam atividades coerentes, logo, as formações não se transformam em práticas, ou não são aplicáveis muitas vezes.

O próximo capítulo abordou a formação continuada e a possibilidade de inclusão do aluno deficiente no Ensino Regular.

5.3 FORMAÇÃO CONTINUADA NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO DO DEFICIENTE NO ENSINO REGULAR

Neste tema de análise foi possível averiguar se a formação continuada auxilia o professor no processo inclusivo, ao receber este educando deficiente, trabalhar com ele, e favorecer sua estada no ensino regular. Afinal não basta inseri-lo na escola, é preciso que ele permaneça, sentindo-se parte integrante da turma (CARDOSO, 2003; CARVALHO, 1997). Sendo assim, mediante esta inclusão, procurou-se saber como o professor desenvolveu uma proposta de aula inclusiva a partir da formação continuada.

Mediante a fala dos professores, no que diz respeito ao auxílio proporcionado pela formação continuada no processo de inclusão em suas aulas, obtivemos as seguintes respostas:

P(3) “Então eu acho que falta um trabalho mais integrado do professor de educação física da equipe gestão escolar, coordenação, direção, professor de sala de recurso junto com os pais, para agilizar a resposta dessas informações que são importantes pra dirigir o trabalho nas aulas de educação física.”

Para o professor coordenador P (5), assim como o professor 3 (três), o ideal escolar é que haja um trabalho conjunto entre professores e gestores, assim como com profissionais da saúde.

P(5) “O sonho é que a gente possa sentar junto, periodicamente: educação, saúde, família e a ação social.”

Para P(3) e P(5), assim como para Imbernón (2010), a família, os pais, a comunidade escolar integrada, são muito importantes neste momento de inserção do educando à escola, favorecendo e facilitando este processo de inclusão e permanência na escola.

Os atuais contextos sociais, familiares e econômicos mostram-nos claramente que, sem a ajuda da comunidade que envolve a instituição educacional, é difícil ensinar as diversas cidadanias necessárias no futuro: democráticas, sociais, interculturais e ambientais, que permitem uma vida em um mundo melhor. (IMBERNÓN, 2010, p. 85)

Segundo a fala dos professores, o que se torna uma barreira e dificulta a inclusão deste educando deficiente é a falta de diagnósticos, percebeu-se isto mediante P(3) e P(1).

P(3) “Até porque você tem hoje uma situação que você precisa de laudos de avaliação desse deficiente e isso muitas vezes demora pra chegar e quando não eles justamente não aparecem”.

P(1) “Quando não tem diagnóstico é mais complicado ainda.”

Por intermédio do depoimento do professor coordenador P(5), a falta de diagnósticos dificulta o trabalho do professor em incluir este aluno, por vezes as deficiências intelectuais são confundidas com distúrbios, tratando-os de maneira inadequada.

P(5) “A deficiência intelectual é na minha opinião é aquela que as vezes passa muito mascarada nesse sentido, né? Porque nós temos uma grande dificuldade, eu percebo isso na rede municipal, em distinguir a deficiência intelectual das dificuldades e dos distúrbios e isso faz com que as vezes esse aluno seja negligenciado.”

Entretanto, quando o educando chega à escola com a devida avaliação e diagnósticos, percebe-se a efetividade da inclusão para ele.

P(5) “Então eu percebo que há inclusão efetiva daqueles casos que tem diagnóstico, então quando o aluno é matriculado, bem encaminhado e com uma avaliação pedagógica coerente e a gente consegue um diagnóstico juntamente com os profissionais da saúde, este aluno tem uma inclusão efetiva, agora, aqueles casos que ainda há dúvida se é ou não é deficiente intelectual... Bom, nesses eu não vejo a inclusão efetiva, infelizmente.”

Porém, por meio dos relatos do professor coordenador P(5), pode-se compreender que existe um esforço por parte dos professores em realizar a inclusão, e ela tem se efetivado quando há os diagnósticos das deficiências.

A inclusão escolar dos alunos com necessidades especiais é um desafio porque confronta o (pretens) sistema escolar homogêneo com uma heterogeneidade inusitada, a heterogeneidade dos alunos com condições de aprendizagem muito diversas. E isto inquieta os professores em geral. (BEYER, 2006, p. 81)

Percebe-se por intermédio dos depoimentos analisados à luz da literatura que o ambiente escolar ainda é um espaço que está se organizando a passos vagarosos ao movimento de Inclusão, entretanto os professores tem se mobilizado para apreender a respeito

deste público e de práticas pedagógicas. Observa-se isso por intermédio da formação continuada inclusiva, a qual é muito requisitada pelos mesmos.

Entretanto existe um acompanhamento de um centro especializado em deficiências, o Instituto Princesa Vitória, que atende as escolas municipais da cidade investigada, onde os professores participam de limitadas reuniões ao longo do ano, como se pode verificar por intermédio da fala de P(5).

P(5) “2 (duas) ou 3 (três) vezes por ano todos os professores da rede municipal, exceto quando tem emergência, eles são dispensados do horário de trabalho deles e vão pra uma reunião no Princesa Vitória, para um momento de troca de experiências.”

Para o professor 1 (um) a prática pedagógica é tão importante quanto os cursos de formação.

P(1) “Então o que eu sei é a prática do dia-a-dia e o auxílio da pós e dos cursos de formação que eu já fiz.”

Os professores 4 (quatro), 2 (dois), 7 (sete) e 8 (oito), afirmam que a formação continuada os auxiliou na desmistificação de deficiências, déficits e ainda como elaborar um plano de aula adaptado a este aluno.

P(4) “Me auxiliou principalmente no trato com o aluno TDAH (transtorno de déficit de atenção e hiperatividade).”

P(2) “Com certeza a gente já tem uma base pra começar a trabalhar com este público.”

P(7) “Sim, toda formação ajuda, esta de inclusão ajudou muito a gente a entender um pouco os alunos e suas deficiências, mas ainda é difícil e trabalhoso.”

Mediante a fala de P(7), percebe-se que apesar dos cursos de formação serem importantes para proporcionar a inclusão escolar, este professor relata que é difícil e trabalhoso efetivar a inclusão.

O mesmo professor relata que a formação ajuda a projetar novas atividades, ou até mesmo realizar as mesmas atividades sobre um novo prisma.

P(7) “A formação sempre ajuda, porque você consegue obter subsídios para temas diferenciados como jogos e brincadeiras novos, repaginados, saindo da rotina da aula padrão.”

P(8) “E a formação continuada ajudou muito nesse processo, nos deu vários subsídios para trabalhar com esses alunos que necessitam de uma aula especial, uma aula adaptada diante do currículo.”

Ainda para o professor 8 (oito), a formação é de extrema importância porque hoje os educandos com deficiências têm procurado escolas regulares para estudarem como pode-se ver por intermédio de sua fala.

P(8) “quando eu comecei a minha carreira 26 (vinte e seis) anos atrás, os alunos eram discriminados com classes especiais e hoje não, hoje nós trabalhamos com uma classe, aonde nós possuímos uma classe totalmente heterogênea, aonde nós temos o objetivo principal de inserir aqueles alunos que tem algum problema.”

Para o professor 6 (seis) a formação continuada auxiliou no trabalho com a diversidade, e além disso, este professor relata a importância do atendimento desse aluno deficiente em salas de recursos

P(6) “Sim, com certeza a formação continuada ajudou a desenvolver o trabalho com este aluno. Tanto a formação continuada, como o atendimento que esse aluno tem em sala de recursos, fono. E aí com a troca de informações com esses profissionais, a gente consegue montar uma aula melhor, facilita pra nós também.”

P(6) relata que a troca de experiências, e o diálogo entre os diversos profissionais que atendem este educando, tem o auxiliado em como programar e executar suas aulas.

Constatou-se por intermédio dos depoimentos destes professores três (3) e cinco (5) que a formação continuada deixa a desejar por falta de um trabalho multidisciplinar constante, e P(1) por entender ser a prática de fundamental importância. Em contra ponto temos P(2) e P(4) que relataram que a formação os ajudou em conhecer as problemáticas e explicá-las. Assim como para P(6), a formação continuada o ajudou a trabalhar com este aluno deficiente, as trocas de experiências com alguns profissionais da saúde foram de muita importância. P (7) diz que a formação lhe proporcionou subsídios para repaginar, renovar, certas atividades para torna-la inclusiva e P(8) relata que com o crescente movimento de inclusão escolar, a formação continuada é indispensável.

Durante a entrevista os sujeitos foram questionados se também já haviam realizado algum tipo de formação continuada, anteriormente ao curso de formação continuada inclusivo.

P(1) “Já fiz outros cursos sim. Desde quando eu fiz a faculdade eu já venho fazendo esses cursos... A de libras por exemplo eu fiz na rede e foram 3 anos.”

P (2) “Sim, eu participei de quase todas. Os cursos que teve eu fiz, e achei interessante e tive muito proveito. Educação física escolar por exemplo, que eu fiz.”

P(3) “Sim participei de outras formações mas sem um caráter específico para o público com deficiência, mas um curso como esse (educação física inclusiva) era sempre pedido para estar fazendo esse tipo de discussão mais aprofundada.”

P(6) “Eu fiz alguns cursos sobre educação infantil, e a educação física na educação infantil, mas relacionado.”

P(7) “Sim, formações para ensino infantil, e educação física escolar.”

Os professores, 1 (um), 2 (dois), 3 (três), 6 (seis) e 7 (sete) mencionaram que já haviam participado de outras formações promovidas pela Prefeitura, como por exemplo o de Educação Física escolar, citado por P(2) e P(7).

P(8) “Eu participei, de outros cursos sobre educação física escolar, e também fiz uma pós graduação em psicopedagogia, aonde nós estudamos bastante a inclusão, e uma formação continuada faz com que o profissional possa atender melhor esses alunos com deficiência.”

Têm-se mediante a fala de P(8), que além dos cursos de formação, este professor realizou também um curso de pós graduação em psicopedagogia.

P(4) “Não, Nunca participei. È... Deixa eu pensar aqui, É, não... Nunca participei mesmo, Até pelo meu tempo de formado, né.”

Tendo P(4) se formado em 2011, não houve tempo do mesmo realizar outro curso de formação, pois a coleta de dados realizou-se em 2012, seu primeiro ano como professor.

Ainda os professores foram indagados de que maneira a formação continuada inclusiva estaria facilitando o trabalho com a classe heterogênea e os diversos temas.

P(1) ”Eu acho assim que é muito interessante essas formações. O que eu acho que podia acontecer na formação continuada é as pessoas, nós que trabalhamos no dia a dia passar as informações que a gente tem, as dificuldades que a gente tem e isso não acontece...”

P(7) “Ah, auxilia muito né, porque a gente aprende sobre a deficiência e como se projetar em relação a ela, como ajudar este aluno a aprender e se desenvolver através da nossa aula, né?”

O professor 1 (um) acredita que a formação continuada deveria ser uma troca de experiências entre professores. Para que assim as dúvidas fossem findadas. Já para o professor 7 (sete), a formação continuada o auxiliou em como proceder em relação aos alunos, para que o conteúdo fosse passado a eles.

P(2) “A gente procura trabalhar com respeito, não exclui nada. É preto, branco, gordo, magro, a gente inclui todos. E tem aqueles que não gostam de fazer educação física, daí a gente tem que arrumar outra coisa pra ele fazer, entendeu? Pode jogar dama, xadrez. Mas no geral as formações só têm contribuído para uma melhora nas minhas aulas.”

P (6) “Uma questão que eu sempre trabalho com os alunos é que cada um tem o seu jeito, a sua individualidade, que um é moreno o outro é loiro, e que cada um tem seu jeito de ser, que um pode realizar o exercício mais rápido e outro mais lento e que nós devemos respeitar uns aos outros e respeitarmos o nosso limite. Na educação infantil eu percebo que a partir do momento que eu dou a atividade, você não precisa ficar impondo que a criança realize do modo que deve ser realizado, ele faz dentro do seu limite, então eu procuro trabalhar desse modo.”

Na fala do professor 2 (dois) e do professor 6 (seis), a formação continuada os auxiliou no trato com a classe heterogênea, proporcionando uma aula que incluía todos os educandos, respeitando a individualidade de cada um.

P(3) “Essa sondagem, esse primeiro momento com os alunos fica mais tranquilo, você sente um pouco mais de segurança, do que numa situação onde esses assuntos não fossem discutidos... A formação continuada municia o professor de informações para cobrar de médio e longo prazo, todo esse conteúdo, essa preocupação que mostra-se ter com o deficiente, de fato aconteça na escola, mas aconteça não aos trancos e barrancos, aconteça da forma como deveria acontecer, porém isso de nada adiantará se os próprios professores não se organizarem para cobrar essa situação ideal ou mais próximo do ideal pra escola.”

O professor 3 (três), percebe a formação continuada na perspectiva da inclusão do aluno deficiente no ensino regular como algo que gera segurança aos educadores.

P(4) “Sim, acho que a formação continuada tem muito valor. Eu digo isso porque eu tenho 1 ano de formado e eu não cansei de dar aula ainda, só que tem professores que estão há 15 anos na rede, acredito que principalmente para esses a formação continuada é sempre bom tá reciclando, novos temas, os professores discutindo, acrescentando, a troca de informações entre nós (recém formados) com eles experientes, acho que é importante.”

Para o professor 4 (quatro), o valor da formação continuada está na troca de conhecimentos. O professor 8 (oito), a formação continuada é um instrumento que auxilia no processo de inclusão.

P(8) “Bom, essa formação continuada nos mostra alguns métodos de trabalho para que nós possamos trabalhar com a minoria essa minoria que era excluída antigamente, e hoje é incluída dentro do sistema educacional.”

Observou-se nestes relatos que a formação continuada como meio para inclusão, tem algumas características, como se tem na fala dos professores abaixo, que a formação continuada para cada professor, tem o caráter de municiar o professor sobre as deficiências, reciclagem do conhecimento e troca de informações.

P(3) “Municia o professor.”

P(4) “É sempre bom tá reciclando.”

P(2) “Troca de informações.”

Houve também críticas a respeito da formação, como sendo algo fechado e restrito,

P(1) “Nós que trabalhamos no dia-a-dia passar as informações que a gente tem, as dificuldades que a gente tem e isso não acontece...”

Mediante aos depoimentos analisados à luz da literatura, pode-se perceber que as formações tem sido favoráveis para que se trabalhe a inclusão nos bancos escolares, porque acontece juntamente com o exercício do trabalho e ainda é um instrumento de reconstrução do conhecimento, partindo do pressuposto que a formação é ínfima (ALARCÃO, 2001). Porém ainda é preciso um repensar o curso de formação para que se torne mais atraente ao professor e seja efetivo em atingir seu objetivo proposto.

No que se refere ao papel da formação continuada como o lócus que aprimore o conhecimento do professor acerca do indivíduo deficiente para aplicação do trabalho inclusivo nas escolas, os professores têm diversas opiniões.

P(1) “Teria que ter cada capacitação um foco em um tipo de problema, e não deixar em aberto do jeito que tá e deixar a gente na dúvida... Eu acho que hoje as formações são meio superficiais.”

Para P(1), as formações não contemplam toda a complexidade das deficiências e suas especificidades.

P(2) “Antigamente a gente não sabia nada, nada era passado pra gente professor, né? Mas com os cursos de formação agora a gente tem conhecido melhor as deficiências, como poder trabalhar e ajudar este aluno, e estamos aprendendo ainda, né!”

P(2), fazendo uma comparação entre o início do seu magistério e atualmente, com estes cursos de formação continuada para auxiliar a prática, o mesmo tem se beneficiado muito.

P(3) “que eles (OS FORMADORES) conhecessem esses espaços escolares, essa realidade, porque falar de possibilidades de trabalho de uma forma geral é uma coisa, agora se esses profissionais tivessem a oportunidade de conhecer essa realidade estrutural da escola, vamos ver como que é, esse dia a dia da escola. E a partir daí pensar em propostas para viabilizar um melhor trabalho com essas crianças, eu acho que isso atingiria de uma forma mais eficiente esses profissionais de educação física que estão atuando nas escolas hoje... “Porque eles são estudiosos do assunto e tiveram em algum momento, ou tem em algum momento determinadas vivências, mas em um local determinado deles, né?”

Para Nóvoa (1991), corroborando o professor 3 (três) a formação continuada deve reconhecer o ambiente escolar como lócus referencial de si, para que a mesma proporcione o

melhor desenvolvimento profissional dos professores em seus ambientes escolares, afinal, deve atender às demandas escolares.

P(4) “Eu acho que o cunho teórico é essencial pra gente conhecer as patologias, necessidades e especificidades de cada indivíduo, mas eu acho que um certo teor mais prático de como trabalhar com isso, eu acho que facilitaria pra gente.”

A partir da fala do professor 4 (quatro), percebe-se a necessidade de que os cursos de formação continuada, tivessem um momento de parte prática, para que se pudesse por em prática os conhecimentos ali adquiridos. O professor coordenador P(5), acredita que além da formação continuada para se conhecer sobre as deficiências, há o professor da sala de recursos, que é um especialista da Educação Especial.

P(5) “Pra quebrar esses mitos eu aposto muito no professor da sala de recursos, porque á medida em que é um profissional de boa formação com conhecimentos que lhe dêem conta de avaliar este aluno e mostrar pro professor a capacidade deste aluno de outras maneiras, recursos, linguagem e possibilidades, então a gente quebra esses mitos, né?! Só que é difícil, porque leva tempo, então é importante falar sobre isso com os professores.”

Por intermédio dos relatos acima as formações precisam se aprofundar mais em temas específicos, como cada deficiência. Os professores formadores precisam sair do cunho teórico da universidade e conhecer as realidades escolares para que a formação atinja seu objetivo dentro das escolas. A presença de um professor especialista (professor da sala de recursos) dentro da escola facilita muito na desmistificação do corpo deficiente, o que se pode dizer que é a formação continuada de todo dia. Percebe-se que há uma carência de momentos práticos nestas formações, mas apesar de algumas defasagens um dos sujeitos entrevistados diz que a formação o ajudou muito.

A prática deve se articular com o conhecimento teórico gerando uma ação, tudo isso buscando a transformação do ser professor a todo o momento. Desta maneira a formação continuada relacionando desempenho profissional com a prática do dia-a-dia (SACRISTÁN, 1992; IMBERNÓN, 2010).

Se, são realizados cursos de formação, estes não deveriam ficar apenas na teoria explicativa sobre a questão ou na superficialidade do estado da mesma, senão realizar demonstrações e simulações, para depois levar as questões para a prática real e desenvolver sessões de retorno dos professores e discussão, em que se analise a concretização da prática nas diversas situações problemáticas e possam observar-se as diversas complexidades que forem surgindo. (IMBERNÓN, 2010, p. 37)

Através dos relatos de experiência dos professores entrevistados e dos autores estudados, existe uma semelhança nas falas quando os professores citam que os intelectuais

que estudam o assunto precisam se aproximar do ambiente estudado, logo, das escolas. E de semelhante modo a prática deve caminhar juntamente com a teoria (SACRISTÁN, 1992).

Observou-se isso na fala dos professores, coincidentemente com a literatura aqui estudada, quando salienta que na formação continuada não pode haver a dicotomia entre teoria e prática. Mas deve sim proporcionar que ambas caminhem juntas para a melhor formação do docente.

Como última parte deste tema, destacamos como indagação, se a formação continuada inclusiva atendeu aos objetivos de cada professor que se propôs a fazê-la, e como eles propõem a partir desta formação continuada inclusiva uma aula de semelhante modo que atenda a todos no âmbito escolar.

P(1) “Sim, porque eu soube de outras síndromes, e eu pude perceber algumas crianças com deficiência devido á formação, fui percebendo no detalhe as dificuldades delas . Então eu acho assim as capacitações são ótimas, mas falta focar em cada deficiência.”

P(2) ”Sim, mas eu quero aprender mais sobre inclusão, fazer mais cursos. E a proposta tem auxiliado cada vez mais pra gente melhorar o ensino, né?!”

P(6) “Atendeu sim, foi uma formação muito interessante, e se eu pudesse dar uma dica seria a de que eles não fiquem parados em apenas um tema, mas que seja algo diferenciado. Porque esse tema de adaptada tá no auge, e o professor precisa se informar, conhecer e ter uma formação, porque agora cada vez mais, eu acredito que nós vamos ter alunos deficientes dentro da escola.

P(7) “Atendeu em partes, né? Porque foi bom a gente aprender, mas também falta muita coisa ainda, né? Falta mais tempo de formação, mais diálogo com nós que estamos ouvindo e assistindo a formação. Pra ter uma troca de experiências maior né?”

P(8) “Sim, porque a formação continuada sempre mostra algum quesito que nós temos que aprimorar e isso vai melhorando cada vez mais a nossa formação profissional.”

Para os professores 1 (um), 2 (dois) e 6 (seis), a formação continuada inclusiva foi de grande proveito, entretanto para o professor 1 (um), existe a necessidade de se trabalhar de maneira mais densa as deficiências e que se explique mais as deficiências com diversos temas.

P(3) “Mas ainda assim, até como foi proposto numa ultima situação que esses cursos tenham momentos práticos. Que a gente imaginasse uma situação cotidiana, e como a gente resolveria? Como uma dinâmica. Só que eu ainda assim acredito que seria interessante que esses cursos tivessem módulos onde tratassem as deficiências...” “E que no momento das formações houvesse uma hora de trabalho com os deficientes. Então o deficiente está aqui, e a atividade que vocês vão ter que preparar pra ele, depois de toda discussão e questão teórica, uma atividade que tenha que trabalhar tais conteúdos da educação física tá? Então vocês vão ter um

momento de planejamento, ou que se faça esse planejamento antes e depois vocês vão aplicar o que vocês planejaram, para ver se dá certo.”

P(4) “Talvez, porque eu acho que foi bacana, interessante o trabalho que eles fizeram durante o ano. Trouxeram alguns especialistas na área... . Que alguém organizasse algumas dinâmicas com a gente eu acho que se tornaria mais interessante, até porque nós somos professores de educação física, né? Tem muito corpo.”

Houve 4 (quatro) professores que responderam afirmativamente, 1 (um) que respondeu talvez e outro que respondeu que atendeu no sentido de rever alguns conceitos. Para os professores 3 (três) e 4 (quatro) que mencionaram que a formação deixou a desejar em alguns aspectos, estes relatam a falta de momentos práticos no decorrer dos cursos, para se pensar o planejamento de maneira inclusiva.

De acordo com as respostas dos sujeitos entrevistados e as leituras realizadas, observou-se uma falta de atividades práticas nos cursos de formação. Para Sacristán, existe a necessidade de articulação de antigos e novos conhecimentos da prática pedagógica (SACRISTÁN, 1992).

Como proposta de aula os professores entrevistados apresentaram as seguintes ideias que já foram realizadas em sala de aula, todas advindas por intermédio do curso de formação continuada inclusivo.

P(4) “Durante minha jornada propus algumas atividades que tinham um viés voltado para inclusão. Numa delas após os alunos estarem dispostos em duplas, um deles era vendado. Foi feito um percurso com diferentes obstáculos em que um aluno era o guia (condutor) e o outro passava o percurso (guiado). Todos os alunos passaram pelas experiências guiar o colega e passar vendado pelo circuito. Terminada a tarefa, discutimos sobre as impressões tidas pelos alunos e a dificuldade de locomoção quando se está sem visão.”

Mediante o discurso de P(4), quando relata sua atividade, pode-se perceber que o professor visou proporcionar ao aluno a experiência, a vivência de como é ser um deficiente visual, proporcionando aos demais educandos uma aproximação das diferentes realidades (alunos com e sem deficiência).

P(3) “Dentro da escola eu fiz uma atividade com cadeirante pra fazer cambalhota utilizando colchonete, colchonetes mais grossos para as crianças caderantes, e mais finos para os não caderantes, e todos fizeram a atividade.”

P(6) “Esse ano eu tive um aluno que tinha uma lesão cerebral e um lado do corpo dele é atrofiado. Então eu desenvolvi uma atividade com corda, então eu adaptei a corda na mão dele e ele conseguiu pular esta corda, no seu tempo e do seu jeito e fazer todos os movimentos com a corda.”

P(7) “Bom... Eu fiz uma brincadeira de esgrima com jornal que eu aprendi lá na formação e foi bem bacana... todos os alunos brincaram, interagiram, e os

que tinham dificuldade foram auxiliados pelos mais habilidosos, foi uma atividade bem colaborativa.”

P(2) “Eu fiz uma brincadeira, como uma gincana. E todos os alunos tinham que se ajudar, porque a equipe precisava chegar junto pra pegar as pistas, então se um aluno tinha dificuldade no andar, os outros precisavam ajuda-lo, e todos participaram juntos, foi muito bom.”

P(7) e P(2) optaram por realizar uma proposta de aula no sentido de jogos cooperativos, como têm-se em Brotto (2001) , que afirma que a cooperação ocorre quando todos os integrantes do jogo ou brincadeira agem juntos para alcançar um mesmo objetivo, e que possuam valores humanizadores como compreensão, compaixão, amor, amizade e etc.

P(1) “Os alunos sempre realizam todas as atividades propostas, algumas vezes os autistas dispersam um pouco daí a monitora ajuda nesse caso, as vezes os autistas participam de alguns pedaços da aula, mas de uma maneira geral a gente consegue manter todos numa mesma atividade, como base quatro por exemplo.”

P(8) “Sim, eu desenvolvi um trabalho com alguns alunos cegos, realizei atividades com bolas com guizo, fizemos corridas amarrando cordinha na mão deles, e isso fez com que eles pudessem se incluir dentro do contexto da escola.”

Por intermédio da fala dos professores percebe-se que todos procuram incluir o aluno deficiente em suas aulas, seja adaptando uma brincadeira, seja utilizando um elemento facilitador para o aluno deficiente visual como citou o professor oito (8), a bola com guizo, ou até mesmo utilizando materiais de fácil acesso, como jornal, proporcionando uma atividade colaborativa, promovendo o auxílio mútuo entre todos. Proporcionando-se a mesma atividade para todos os educandos, sejam deficientes ou não, estavam todos inclusos realizando uma mesma tarefa.

5.4 A INCLUSÃO DO DEFICIENTE NO ENSINO REGULAR

Cabe ressaltar a diferenciação entre integrar e incluir, a qual aponta Mantoan (2011). Para a autora integrar significa colocar o aluno deficiente junto com seus semelhantes. Enquanto, incluir significa colocar este mesmo aluno deficiente inserido na sociedade, neste caso, no ensino regular. “O paradigma vigente de atendimento especializado e segregativo é extremamente forte e enraizado no ideário das instituições e na prática dos profissionais que atuam no ensino especial” (MANTOAN, 2011, s/p).

De acordo com a Declaração Mundial de Educação Para Todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem (1990):

ARTIGO 3 Universalizar o Acesso À Educação e Promover a Equidade.

1. A educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades.
5. As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo. (UNESCO, 1990, s/p)

Discorre-se nesta seção questões relacionadas à inclusão do deficiente nas escolas em seu momento atual, se a matrícula dos mesmos no ensino regular tem ocorrido, e de que maneira o professor de educação física o inclui nas aulas, proporcionando uma aula inclusiva, que consiga acolher a todos os públicos presentes no âmbito escolar.

Quando questionados sobre a existência ou não de alunos com deficiência matriculados nas escolas em que os respectivos professores lecionam, os mesmos responderam:

P(6) “Não, o único aluno que eu tive com necessidades especiais foi este aluno que tinha uma lesão cerebral.

P(4) “Bom... Eu tenho um aluno que é considerado hiperativo, embora não tenha nenhum diagnóstico, eu acredito que ele seja por conta das características.”

P(1) “Sim, tenho Deficiente auditivo, autistas e cadeirantes, mas os cadeirantes não estão nas classes que eu dou aula.”

P(2) “Nós temos 2 cadeirantes e um menino síndrome de down. Ah, e tem aqueles que são TDAH (transtorno de déficit de atenção e hiperatividade), hiperativos, né?”

P(3) “Existem sim, mas são poucos alunos por sala, pela quantidade de salas que eu leciono. Não são deficiências consideradas graves, porém eu assumo que faltaria tanto da minha parte como professor ou mesmo de um trabalho da equipe escolar junto e um trabalho mais próximo desse aluno. Momentos que nós pudéssemos pegar cada caso em particular e discutir um plano de atuação para esses alunos.”

P(7) “Sim, um aluno surdo. Apenas esse tipo de deficiência.”

P(8) “Sim, eu trabalho com dois alunos que são surdos, um aluno com síndrome de down e vários outros alunos com déficit de atenção.”

De acordo com todos os professores existem alunos deficientes matriculados no Ensino Regular, inseridos nas classes em que eles lecionam, ou que já lecionaram. P (4) relata que existe apenas um aluno que possui TDAH (transtorno de déficit de atenção e hiperatividade), porém esse transtorno não se caracteriza como deficiência; o mesmo relata

que este educando não tem diagnóstico, e P(6) relata que atualmente não possui nenhum educando deficiente.

Pode-se perceber certo desconhecimento por parte dos professores sobre o que são as deficiências e o que são transtornos de aprendizagem, como se tem no relato acima.

Nos relatos do professor coordenador P(5), os educandos deficientes começaram a ser inseridos no Ensino Regular a partir da década de 90.

P(5) “A década de 90 foi o “bum” da entrada de todos na escola e depois com o FUNDEF (O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), FUNDEB (O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério), então já começaram a aparecer algumas crianças.”

Apesar de em 1990 já existirem educandos deficientes regularmente matriculados no Ensino Regular, na prática foi apenas em meados dos anos 2000 que a inclusão efetivamente se iniciou.

P(5) “Início de 2000 até a política de 2008 eu acho que foi um momento que a educação começou a se organizar um pouco melhor pra oferecer alguma coisa que é o que a gente tem hoje, então anterior a 2008 existiam alguns municípios/ escolas, numa tentativa de um atendimento especial pro aluno do ensino regular, de 2008 pra cá eu acho que quem não faz isso, está na contramão da história.”

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), vem firmar o compromisso de incluir o aluno deficiente no Ensino Regular.

Na educação superior, a transversalidade da educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão. (BRASIL, 2008, p. 17)

No depoimento de P(5), em conformidade com a literatura, fica claro que a inclusão no âmbito escolar é um direito reservado por Lei a este educando deficiente.

P(5) “Porque amparo pra isso (inclusão) a gente tem, tanto em legislação quanto em recursos mesmo, porque á medida que você matricula o aluno, faz parceria com o MEC, você recebe equipamento, então você tem incentivo financeiro também, e a questão do financiamento (fundeb) o aluno que é reconhecido com deficiência o município recebe duplamente por ele, então existe incentivo para que isso ocorra.”

Para este professor a escola deve possuir abertura para o público alvo da inclusão, e como seu dever se preparar para recebê-lo. Entretanto, por vezes isto não ocorre, conforme a citação abaixo, Carvalho (1997, p. 61):

Enquanto o acesso á educação for seletivo, tanto para o ingresso como para a permanência de milhares de alunos na escola não podemos falar em igualdade de oportunidades, nem em pleno exercício da cidadania.

Na presente pesquisa indagou-se sobre o caráter inclusivo das aulas de Educação Física, se as mesmas têm acolhido o educando deficiente, e oportunizado a prática de atividades para os mesmos, e de que maneira isso acontece.

P(1) “Até certo ponto sim, porque minhas atividades eu dou de acordo com a faixa etária né e dependendo da deficiência, como eu tenho o D.A. (deficiente auditivo), eles são crianças normais só não ouvem.”

Neste depoimento o professor 1 (um), declara que procura desenvolver atividades que incluam a todos os alunos.

P(2) “Sim, inclusive é... Quando a gente vai jogar queimada ou futebol, que sempre tem aqueles “gordinho” ruim de bola, com alguma deficiência, ou aqueles que nunca são escolhidos, daí eu escolho eles pra tirar par ou ímpar daí pelo menos eles não vão ficar de fora, né? Agora se colocar os melhores pra escolher cê já viu, né. E exclui esses alunos.”

P(3) “Sim, pelo fato de que esses alunos deficientes não ficam marginalizados durante a aula, não ficam apenas de espectadores daqueles que estão praticando a aula.”

P(4) “Sim, acredito que minha aula tenha atendido á todos sim. Eu tento trabalhar diversos assuntos, converso com eles sobre a diversidade, converso com eles sobre deficiência.”

P(6) “Sim, porque eu procuro sempre respeitar a individualidade de cada um, adaptando a aula para que todos possam participar dela.”

P(7) “Sim, adaptando certas atividades à este aluno, existe também uma menina que interpreta sinais (libras), e o aluno também entende leitura labial. No momento da aula, ele interage bem com os colegas, e a aula sempre atende á toda diversidade, respeitando sempre a individualidade de cada aluno.”

P(8) “Sim, isso ocorre de uma maneira que nós desenvolvemos um currículo adaptado para esses alunos que precisam de uma atenção especial devido á suas deficiências. Nós realizamos um plano de aula individual de acordo com a necessidade e a individualidade de cada aluno.”

De acordo com os relatos dos professores suas aulas de educação física possuem um caráter inclusivo, por intermédio da tentativa de não marginalização/ exclusão dos educandos deficientes.

Porém nota-se que esse universo inclusivo ainda é algo novo para a realidade desses professores, observa-se na fala do professor 1 (um):

P(1) “Então eu consigo fazer a aula correr normal, agora o autista já é mais difícil, porque ele não foca em nada, você tem que ficar olhando, ficar atrás,

segurar na mão. Então eu sofro com isso, e outras crianças que estão sem diagnóstico, já estamos em abril e elas estão sem diagnóstico e daí é horrível de trabalhar, eu tenho uma sala com quatro crianças problemáticas inclusive eu não sei pra qual deles que eu olho, e tem um que com o meu tempo de trabalho eu acho que ele é autista, mas não tem diagnóstico.”

P(1) relata ter dificuldade em lidar com o educando autista por não conhecer a deficiência, e também por lecionar em salas onde existe a falta de diagnóstico destes alunos. Em suma, este Capítulo mostra que, na realidade escolar existem alunos com deficiência matriculados em escolas regulares, isso é um fato. Entretanto, os professores nem sempre sabem como trabalhar com este educando.

Percebeu-se nas falas acima que a tentativa de inclusão por parte do professor acontece, entretanto será que esta tentativa tem sido suficiente? Quando tem-se na fala de P(6) que existe a inclusão por intermédio do respeito das individualidades de cada educando, isto é coerente, entretanto na prática pedagógica não basta respeitar as individualidades, é preciso desenvolver um plano de aula que atenda à necessidade deste educando deficiente, e envolva a turma em geral, transformando a realidade escolar de todos, dia a dia, beneficiando assim com a inclusão, os alunos deficientes e os não deficientes, mediante o convívio e aceitação das diferenças.

Ao finalizar este capítulo foi possível entender que os alunos deficientes estão presentes no ensino regular, e que o trabalho com a diversidade é uma realidade. Entretanto, os professores ainda estão se acostumando com esta escola que atende a todos. As formações têm contribuído para a desmistificação deste aluno deficiente, porém é apenas o começo.

Na sequência são apresentadas as considerações finais desta dissertação. Enfim, “a inclusão escolar exige o conviver, exige amor, porque somos, na condição de seres humanos, profundamente dependentes do amor, e o amor é o domínio das ações que constituem o outro como um legítimo outro em convivência com o uno” (MATURANA, 1999, p. 46).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para dar início a esta sessão retoma-se os objetivos que se formaram tendo seu viés na formação continuada e na inclusão escolar de educandos deficientes. O presente estudo teve como indagação central a formação continuada em Educação Física e sua relação com a inclusão. Neste sentido, o estudo analisou, também, os cursos de formação continuada realizados em um município do interior paulista como possíveis promotores da inclusão do educando deficiente.

Com base na revisão de literatura, leis e a análise das informações geradas por meio de entrevista semiestruturada têm-se um entrelaçar entre bibliografia e realidade docente, tornando possível concluir esta pesquisa, aqui proposta.

No que diz respeito à oferta de cursos de formação continuada aos professores de Educação Física, a Prefeitura Municipal tem oferecido tais cursos. No período analisado (2007-2012) existiram 145 cursos de formação continuada, entretanto, somente 8 cursos específicos para a Educação Física. Destes 8 cursos específicos para a área de Educação Física, somente um atendeu tanto à Educação Física, quanto à inclusão, sendo intitulado “Educação Física Adaptada e Inclusão”.

A partir destes dados percebe-se a necessidade da realização de mais cursos de formação voltados para os professores de Educação Física, especificamente, no que concerne à inclusão do educando deficiente no ensino regular. Ainda no que tange a oferta de cursos de formação continuada, percebe-se que a Prefeitura Municipal tem facilitado e incentivado a participação dos professores nos referidos cursos.

Esta afirmação se sustenta nos fatos de que os cursos são realizados em horários acessíveis, fora do horário de trabalho do professor. Inclusive, por vezes, ocorre dispensa dos docentes de suas aulas, para que estes possam participar dos cursos. Logo, a Prefeitura Municipal age em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases do ano de 1996, que prevê a responsabilidade do Estado na garantia e manutenção de cursos de formação continuada e capacitação para o professorado sob sua tutela (BRASIL, 1996).

No entanto, por mais que haja um incentivo municipal para a realização de cursos de formação continuada deve-se atentar às condições objetivas desses cursos. Elementos como a dicotomia teoria e prática, bem como, a formação profissional dos ministrantes podem interferir na qualidade e efetividade dos cursos. Acerca da dicotomia teoria e prática, deve-se atentar ao estigma comum que pré julga a escola, que é considerada como um depósito

prático da teoria, e supervaloriza a universidade, que se constituiria como a detentora do saber. Logo, a universidade deveria impor seus modelos teóricos à uma realidade prática escolar (IMBERNÓN, 2010).

A formação continuada deve dar voz ativa ao professor, ou seja, estes devem participar do planejamento, elaboração e execução destas formações, pois o principal ator destas iniciativas é o próprio professor. Nada melhor do que serem programadas conjuntamente e para eles. Como já relatado pelos participantes do presente estudo, a universidade deveria acompanhar, estar próxima da escola. Esta prática poderia despertar uma reflexividade crítica (IMBERNÓN, 2010) nestes professores do Ensino Regular, unindo então os conhecimentos teóricos da universidade os conhecimentos tácitos da prática profissional advindos da realidade escolar (CANDAU, 1996; SCHON, 1997; 2000). Afinal, o trabalho com formação continuada inclusiva deve ser encarado pelos professores da rede municipal de ensino como uma atualização constante, mostrando compromisso e interesse profissional (NÓVOA, 1992; 1995; IMBERNÓN, 2010).

Posteriormente, pediu-se para que os mesmos discorressem sobre como seria a formação continuada ideal. Os professores apontaram uma proposta que integrasse conhecimentos teóricos à prática pedagógica, unificando as realidades (escola e universidade), propondo assim a superação da dicotomia teoria e prática aqui já mencionada (SCHON, 1997; IMBERNÓN, 2010).

A formação ideal segundo os sujeitos também deveria realizar trocas de experiências. Surgiu a proposta de que os alunos deficientes realizassem as atividades juntamente à formação continuada, no sentido de ser possível visualizar as ações propostas pela própria formação continuada. Esta formação também deveria ser realizada na escola com a participação ativa do professor (IMBERNÓN, 2010).

A existência de disciplinas relacionadas à inclusão, no âmbito dos cursos de graduação dos professores da Rede Municipal de Ensino, também foi averiguada com o propósito de verificar a inserção do tema “inclusão” nos currículos de cursos de Educação Física no Ensino Superior. Como discutimos a partir da década de 1990, houve a consolidação de cursos de formação continuada em países Latino Americanos, bem como, na Espanha. Esta iniciativa tentou romper com o modelo tecnicista, fato que marcou uma renovação pedagógica. Tal fato, conseqüentemente, passou a exigir dos professores nos anos 2000, uma formação mais ampla e participativa, não sendo tão restrita ao âmbito científico-acadêmico (IMBERNÓN, 2010).

Dos 7 (sete) professores participantes do estudo, 4 professores relataram não terem tido nenhuma disciplinas relacionada à inclusão em sua grade curricular, ao passo que, 3 (três) professores relataram ter esta oportunidade de discussão sobre a temática em disciplinas de graduação. Co-relação, os 4 (quatro) professores que apontaram não terem tido disciplinas relacionadas à inclusão são os que se formaram antes da década de 80, enquanto os que tiveram disciplinas, são formados após a década de 80. Este dado reflete a inserção do tema “inclusão” nas universidades.

O terceiro tema de análise foi a contribuição dos cursos de formação continuada na inclusão real, efetiva do aluno deficiente no âmbito do Ensino Regular. Parte dos sujeitos deste estudo acredita que a formação continuada seria algo estritamente positivo, como evidenciado nas respostas: “essencial à carreira por atualizar os conhecimentos”, “produtiva”. Estes sujeitos relataram que as formações se tornam muito importantes, atendendo às expectativas propostas. Estas expectativas contemplam: o esclarecimento sobre síndromes, más formações genéticas e o aprimoramento da própria prática profissional.

Todavia, outro grupo de sujeitos aponta algumas lacunas e limites nestas formações, o que pode ser visto nas falas: boa, porém muito curta e com pouca profundidade, possuindo muitos momentos teóricos e pouca parte prática. Um sujeito chega até a colocar a formação continuada como algo obrigatório, entendendo-a como algo de caráter funcionalista. Ou seja, a formação continuada serviria somente para acumular horas trabalhadas e certificados.

Os sujeitos atribuem algumas destas lacunas às suas próprias formações iniciais terem sido precárias. Graduações que não atenderam ao objetivo proposto, especialmente, no que tange à inclusão escolar. Entretanto, deve-se ficar claro que a formação continuada não tem por objetivo sanar as lacunas deixadas na graduação, mas sim, aprimorar o conhecimento nela obtido (PRADA, 1997; CANDAU, 1996).

Cabe salientar que, apesar dos limites apresentados por alguns sujeitos, de maneira geral, a formação continuada tem atendido às expectativas de quem a realiza. Os cursos auxiliam em relação ao esclarecimento sobre as deficiências, bem como, oferecem subsídios para melhoria da prática pedagógica, e proporciona uma nova perspectiva de como abordar e trabalhar com este público. Além disto, proporcionam esclarecimento de muitas dúvidas e a possibilidade de trocas de experiências.

Como último tema de análise, investigou-se a real inclusão dos alunos com deficiência no Ensino regular. Todos os 7 (sete) professores do presente estudo já tiveram contato com alunos com deficiência em suas salas de aula. Apesar de toda formação profissional, bem

como, dos conhecimentos adquiridos ao longo da prática docente, percebeu-se um receio muito grande por parte dos docentes em lidar com este público. Os relatos dos sujeitos apontam que, atualmente, os alunos deficientes encontram-se inseridos no âmbito escolar, e existe uma tentativa do professor em incluí-los. Sendo assim, não se pode afirmar que os alunos deficientes estão incluídos no Ensino Regular, pois há uma distinção entre integração e inclusão. Afinal integrar significa estar junto e incluir significa pertencer, fazer parte (MANTOAN, 2000; 2003; 2004; 2010; 2013).

A formação continuada inclusiva surge como um meio, um caminho para a inclusão escolar, pois municia o professor, proporciona troca de experiências, propõe uma reflexão sobre o tema. Entretanto, percebeu-se que além da formação continuada, a presença do professor da sala de recursos no ambiente escolar é de extrema importância, pois, por vezes, este profissional consegue sanar as dúvidas dos demais professores sobre deficiências.

Além de ser um meio para a inclusão, a formação continuada se mostrou positiva no sentido de ser refletida e ressignificada por seus participantes, quando estes admitem que já elaboraram alguma proposta de aula de temáticas tratadas no curso de formação continuada na perspectiva da inclusão do educando deficiente. Todas estas propostas visavam a inclusão do aluno deficiente no ambiente escolar, seja ele deficiente auditivo, visual, intelectual ou múltiplo, por intermédio de atividades colaborativas.

A título de conclusão, e como parte final desta dissertação tecem-se os argumentos e propostas sobre como deveria ser planejada e executada a formação continuada inclusiva. Estes comentários unem a realidade apresentada pelos professores participantes da pesquisa e as concepções e análises da pesquisadora.

Inicialmente, destaca-se que é primordial que o curso de formação continuada atenda ao professor de Educação Física, unindo a teoria à prática. Logo este curso deve proporcionar ao professor momentos teóricos e práticos para que o mesmo possa desenvolver aquilo que foi exposto na teoria, perceber se é funcional e como melhor adaptá-lo a sua realidade escolar. O curso de formação continuada “ideal” é aquele que ouve a necessidade do professor e consegue auxiliá-lo a refletir para melhorar sua prática, o curso deve enfatizar a prática profissional, e dar voz ativa ao professor, proporcionando um trabalho em conjunto entre agentes formadores e professores.

Este curso contaria com profissionais especializados e experientes no que diz respeito à deficiência, e em como lidar com cada educando do melhor modo. Logo, para que a formação continuada inclusiva seja positiva, existe a necessidade de um grupo multidisciplinar de profissionais (professores, professores da educação especial,

coordenadores, psicólogos, médicos, terapeutas ocupacionais), para que a partir da união destes conhecimentos se consiga proporcionar a melhor formação continuada aos professores, e o melhor atendimento aos alunos.

Por fim, pode-se concluir que os alunos com deficiência cada vez mais têm sido matriculados no Ensino Regular, pois as leis garantem o acesso destes alunos, a este âmbito. Os professores percebendo esta demanda em sala de aula começaram a se preparar para recebê-los, entretanto, estes cursos de formação continuada, que fornecem subsídios para que o professor compreenda o deficiente, ainda são recentes e não conseguem atender a todas as especificidades destes alunos.

O que tem se observado é a tentativa de inclusão destes alunos deficientes pelos professores, porém ainda faltam diversos subsídios para que o professor possa conter condições de realizar tal ação. Faltam desde materiais didáticos adaptados, que respeitem as diversas deficiências, infraestrutura escolar (falta de rampas e acessos adaptados) até políticas públicas que valorizem o professor, sua prática docente e a ação educativa.

Somente com o atendimento a estas demandas educacionais brasileiras pode-se avançar no quesito da inclusão do aluno deficiente no Ensino Regular. Proporcionando assim, que o atual cenário de integração se potencialize e transforme na real inclusão, ou melhor, como evidenciam Mantoan e Prieto (2006, p. 84):

Assim, compreender inclusão escolar não somente como acesso a escola, mas como a conquista da educação como direito de todos pressupõe assegurar maior investimento financeiro nessa área, implementar uma plataforma brasileira para a educação amplamente discutida com a sociedade, e implantar uma política de contínua formação de professores, como exemplos de demandas para melhoria da sua qualidade.

Por fim, aponta-se a necessidade de outros estudos sobre a temática da educação inclusiva, bem como, sua relação com a formação continuada para que este elemento seja melhor compreendido e assimilado no campo da formação profissional.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. C. S. **Formação Continuada**: uma reflexão sobre a resignificação da prática docente. Dissertação (mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade federal do rio de janeiro, 2006. Disponível Em: <<http://www.educacao.ufrj.br/ppge/dissertacoes/monicaabreu.pdf>>. Acesso em: 15 maio. 2013.
- AGUIAR, J. S. **O Jogo no Ensino de Conceitos a Pessoas com Problemas de Aprendizagem**: Uma Proposta Metodológica de Ensino. 2002. 71f. (Pesquisa de Pós-Doutorado em Educação Especial) - Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- AGUIAR, J. S. **Educação Inclusiva**: Jogos para o Ensino de Conceitos. 1ª. ed. Campinas: Papirus Editora, 2004.
- ALARCÃO, I. (Org.). **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
- ALFERES, M. A. e MAINARDES, J. **Formação continuada de professores no Brasil**. Seminário de Pesquisa (PPF).2011. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2011/pdf/1/001.pdf>.Acesso em: 10 maio. 2013.
- ALMEIDA, L. R. de. A dimensão relacional no processo de formação docente: uma abordagem possível. In: BRUNO, E. B. G.; ALMEIDA, L. R. de. CHRISTOV, L. H. da S. (Orgs.). **O coordenador pedagógico e a formação docente**. São Paulo: Loyola, 2006.
- ALMEIDA, P. C. A., et.al. Secretarias de Educação e as práticas de formação continuada de professores. Trabalho publicado nos Anais da 34ª Reunião Anual da Anped, Educação e Justiça Social. Natal, RN, 2011.
- ALMEIDA, M. A. Apresentação e análise das definições de deficiência mental propostas pela AAMR - Associação Americana de Retardo Mental de 1908 a 2002. **Revista de Educação PUC-Campinas**. Campinas, v.16, p 33-48. 2004.
- AMIRALIAN, M. L. T.; PINTO, E. B.; GHIRARDI, M.I.G.; LICHTIG,I.; ELCIE,.F.S.M; e PASQUALIN, L. Conceituando Deficiência. **Rev. Saúde Pública** - USP,São Paulo, v1, p. 97-103, 2000.
- ALVES-MAZZOTI, A. J. ; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.
- ANDRÉ,M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.
- ARAÚJO, J. L. (Org.) **Pesquisa Qualitativa em Educação Matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

BAPTISTA, C. R. Sobre as diferenças e desvantagens: fala-se de qual educação especial? In. : MARASCHIN, C; FREITAS, L. B. L; CARVALHO, D.C. **Psicologia da educação: multiversos sentidos, olhares e experiências**. Porto alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**: Edição Revista e Atualizada. Lisboa– Portugal: Edições 70 Ltda., 2009.

BEYER, H. O. Da Integração Escolar à Educação Inclusiva: implicações pedagógicas. In: BAPTISTA, C. R. (Org.). **Inclusão e Escolarização: Múltiplas Perspectivas**. Porto alegre: Mediação, 2006.

BOOTH, T.; AISNCOW, M. Index para a inclusão: Desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas. 3º Ed. Reino Unido: CSIE.2011.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira**: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1993.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** – LDB Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília-DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf/>>. Acesso em: 12 maio.2012.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDBEN nº9394/96. Brasília: MEC/SEF, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física/ Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF,1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro07.pdf/>>. Acesso em 20.maio.2013

BRASIL. **Constituição federal**. Art. 206. 1988. Disponível em:< http://www.dji.com.br/constituicao_federal/cf205a214.htm >.Acesso em: 20 maio.2013.

BRASIL. MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Decreto N: 7611, de 17 de novembro de 2011, **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**.Brasília-DF, 17 dez. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 19 abr.2012.

BRASIL. Resolução, Nº 2, de 11 de Setembro de 2001. **Conselho Nacional de Educação/Câmara de educação Básica**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília- DF, 11 set. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 20 maio . 2012.

BRASIL. Decreto Legislativo de 11 de junho de 2008. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência/ ONU 2006**. Brasília – DF, 11 de jun. 2008. Disponível em:<<http://www.inr.pt/uploads/docs/direitosfundamentais/convencao/ConvTxtOfPort.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

BROTTO, F. O. **Jogos cooperativos**: o jogo e o esporte como um exercício de convivência. Santos: Projeto Cooperação, 2001.

CANADÁ. Declaração de Montreal sobre Deficiência intelectual, 6 de outubro de 2004. Disponível em: < http://www.defnet.org.br/decl_montreal.htm > Acesso em: 03 mar.2013.

CANÁRIO, R. **O professor e a produção de inovações**. Colóquio Educação e Sociedade, Lisboa, n. 4, 1993.

CANÁRIO, R. A Escola: o lugar onde os professores aprendem. Psicologia da Educação, São Paulo, n.6, p.9-27, 1998.

CANDAU, V. M. F. Formação continuada de professores: Tendências atuais. In: REALI, A. M. M. R. E MIZUKAMI, M. G. N. **Formação de professores**: Tendências Atuais. São Carlos: Edufscar, 1996.

CARDOSO, C. S. **Aspectos Históricos da Educação Especial**: da exclusão a inclusão uma longa caminhada. Educação, n. 49, p. 137-144, 2003.

CARVALHO, R. E. **Temas em Educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

CARVALHO, R. E. A nova LDB e educação especial. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

CARRASCOSA, J. Análise da Formação Continuada e permanente dos professores de Ciências. IN: MENEZES, L. C. (org.). **Formação Continuada de professores de ciências no contexto Ibero-americano**. Campinas/SP: Autores Associados, 1996.

CASTRO, M. L. S. **Formação continuada de Professores Municipais**: Análise da experiência do Rio Grande do Sul. IX ANPED SUL – Seminário de pesquisa em educação da região sul. 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1731/597> > Acesso em: 24. mai.2013.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**: para uso dos estudantes universitários. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CRUZ, G. C; FERREIRA, J. R. Processo de formação continuada de professores de Educação Física em contexto educacional inclusivo. **Revista Brasileira Educação Física Especial**. São Paulo, v.19, p.163-179, abr./jun. 2005.

DAVIS, C.L.F. et. al. Formação continuada de professores: uma análise das modalidades e das práticas em estados e municípios brasileiros. In: **Estudos e Pesquisas Educacionais** – Fundação Victor Civita. São Paulo, 2011. Disponível em: < <http://www.fvc.org.br/pdf/livro2-estudos.pdf> > Acesso em: 26. jun.2013.

FALSARELLA, A. M. **Formação continuada e prática de sala de aula**: os efeitos da formação continuada na atuação do professor. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004.

FERREIRA, M. M. **História do tempo presente e história oral**. Rio de Janeiro: Topoi, dezembro 2002, p. 314-332.

FERREIRA, N. S. C.(Org.) **Formação Continuada e Gestão da Educação**. São Paulo: Cortez, 2003.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FREITAS, H. C. L. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. **Educação e Sociedade**. Campinas, n.80, set. 2002. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008000009&lng=pt&nrm=isso&userID=-2 > Acesso em: 08 mai. 2013.

GAIO, R. **Para além do corpo deficiente**: histórias de vida, Jundiaí- Sp: Fontoura, 2006.

GATTI, B. A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação** v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.

GUHUR, M. De L. P.A representação da deficiência mental numa perspectiva histórica. **Revista brasileira de ed. Especial**. São Paulo, n.2, p.75-83, 1994.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre. Artmed. 2010.

KASSAR, M. C. Deficiência múltipla e educação no Brasil: **discurso e silêncio na história de sujeitos**. Campinas: Autores Associados, 1999.

LACERDA, C. B. F. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Caderno Cedes**, Campinas, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006.

LEPRI, C. **Viajantes inesperados**: notas sobre a inclusão social de pessoas com deficiência. Campinas – SP: Saberes Editora, 2012.

LE GOFF, J. **História e memória**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

MACIEL, M. R. C. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, n.2, Apr./June 2000. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-88392000000200008&script=sci_arttext>. Acesso em: 03.maio.2013

MANDARINO, C. M. A Educação Física e a questão da inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. **Revista da SOBAMA**, Rio Claro, v.9, n.1, p.35-38, 2004.

MAGALHÃES, R de C. B. P.(Org.) **Educação Inclusiva**: Escolarização, política e formação docente. Brasília-DF: Líber Livro, 2011.

MANTOAN, M. T. E. **Ser ou Estar, Eis a questão**: Explicando o déficit intelectual. Rio de janeiro: WVA, 2 edição, 2000.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 1 edição, 2003.

MANTOAN, M. T. E. **O Direito de ser, sendo diferente na escola** – O direito da educação. Conferência proferida no “Seminário sobre Direito da Educação”, realizado pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, de 23 a 25 de junho de 2004, no auditório do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília-DF. R. CEJ, Brasília, n. 26, p. 36-44, jul./set. 2004. Disponível em:<
<http://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/view/622/802>>. Acesso: 21.jun.2013.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão. **Revista de educação especial**. Brasília, n1, p.12-15.jan/jul.2010.

MANTOAN, M. T. E. **Integrar não é incluir**. 17 de novembro de 2011. Disponível em: <
<http://integrarnaoeincluir.blogspot.com.br/2011/11/integrar-x-incluir.html>> Acesso: 05 maio. 2013.

MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G. **Inclusão escolar**: Pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

MARIN, A. J. Educação Continuada: Introdução a uma análise de termos e concepções. **Cadernos Cedes**. Campinas: Papirus, n. 36, p. 13-20, 1995.

MARTINS, L. A. R. Formação de professores numa perspectiva inclusiva: algumas constatações. IN: MANZINI, E.J. **Inclusão e acessibilidade**. Marília: ABPEE, 2006.

MATTOS, G. M. ROSETTO Jr, J. A. e outros. **Teoria e prática da metodologia da pesquisa em educação física**: construindo sua monografia, artigo científico e projeto de ação. São Paulo: Phorte, 2004.

MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MONTE, F. R. F, SIQUEIRA, I. & MIRANDA, J.R (Orgs). **Direito à educação – necessidades educacionais especiais**: subsídios para atuação do ministério público brasileiro. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**. São Paulo, n.3, 2º sem./1996. Disponível em:<
<http://www.regeusp.com.br/arquivos/C03-art06.pdf>> Acesso em: 03 jun.2013.

NÓVOA, A. Concepções e práticas da formação contínua de professores. In: NÓVOA, A. (Org.) **Formação contínua de professores**: realidades e perspectivas. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: Nóvoa, A. (coord.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

NÓVO, A. Os professores e as histórias de sua vida. In: Nóvoa A. (Org.). **Vidas de professores**. Porto: Editora Porto, 1995.

OLIVEIRA, A. A. S.; POKER, R. B. Educação inclusiva e municipalização: a experiência em educação especial de Paraguaçu Paulista. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, n.2, p. 233-244, jul-dez. 2002. Disponível em:<http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista8numero2pdf/7oliveira_poker.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2013

OLIVEIRA, C. Inclusão de fato. **Sentidos**. São Paulo, n.29, p.36-39, 2005.
PAIM, M.C.C., LORO A.P., TONETTO G. A formação contínua dos professores de educação física escolar. **E. F. Deportes - Revista Digital** - Buenos Aires, n.119, abril, 2008. Disponível em:<<http://www.efdeportes.com/efd119/a-formacao-continua-dos-professores-de-educacao-fisica-escolar.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

PRADA, L. E. A. **Formação participativa de docentes em serviço**. Taubaté. Cabral Editora Universitária, 1997.

PEDROSO, R. de J. **Perspectiva crítico-reflexiva na formação continuada de professores da Educação Básica**: trabalho de formação continuada realizado no município de Telêmaco Borba-PR. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1998.

QUARESMA, S. J.; BONI, V. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevista em ciências sociais. **Revista eletrônica de pós graduandos em sociologia política da UFSC**. Santa Catarina, n.1, p. 68-80, jan-jul. 2005. Disponível em:< www.emtese.ufsc.br> Acesso em: 27 ago. 2012.

RODRIGUES, D. A Educação Física perante a Educação Inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. **Publicado no Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física**. Portugal, p. 73-81. s/a. Disponível em:<<http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/EFeInclusaoDavidRodrigues.pdf>>. Acesso em: 05 mar.2013.

ROSSI, F. **Formação continuada em educação física escolar**: concepções e perspectivas de professores. Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2010.

ROSSI, F. **Implicações da formação continuada na prática pedagógica do(a) professor(a) no âmbito da cultura corporal do movimento**. Tese (Doutorado em Ciências da Motricidade) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013.

SACRISTÁN, J.G. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre, Artmed. 1999.

SÁNCHEZ, P. A. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **INCLUSÃO - Revista da Educação Especial**, p. 7-17. Out/2005. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2013.

SASSAKI, R. D. **Inclusão**: Construindo uma Sociedade para Todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SANT'ANA, I. M. Educação Inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em Estudo**. Maringá, n.2, p. 227-234, mai./ago. 2005.

SCHÖN, D. Formar professores como profissionais reflexivos. In: Nóvoa, A. (Org.). **Os professores e a sua formação**. 3ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

SCHÖN, D. **Educando o profissional reflexivo**: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SILVA, C. S. **A Educação Física Adaptada no contexto da formação profissional**: implicações curriculares para os cursos de Educação Física. Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2011.

STANISLAU, K. et al. **Deficiência Mental**. Rio de Janeiro: Atheneu, 1969.

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura). **Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Política e Práticas na área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994. Disponível em:<<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>>. Acesso em: 22 maio. 2012.

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, ciência e Cultura). **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien, 1990. Disponível em:<<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em : 03 maio. 2013.

VITALINO, C. R. **Formação de professores para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. Londrina: EDUEL, 2010.

WINNICK, J. **Educação Física e Esportes Adaptados**. Barueri: Manole. 2004.

APÊNDICE A – CARTA DE APROVAÇÃO DE PESQUISA PELO COMITÊ DE ÉTICA



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Bauru



52

O Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP, em sua 69ª Reunião Ordinária realizada no dia 22 de novembro de 2012, na sala de reuniões do Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências - UNESP, Campus de Bauru, às 09h00, após análise do parecer emitido pelo relator **APROVA** o projeto "Formação continuada em educação física escolar na perspectiva inclusão", Processo nº 13031/46/01/12, sob responsabilidade da Profª Drª Dagmar Ap. Cynthia França Hunger.

Bauru (SP), 22 de novembro de 2012

PROF. DR. ARI FERNANDO MAIA
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Av. Engº Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01 - Vargem Limpa - Bauru-SP - CEP: 17.033-360
Fone: (14) 3103-6187 - e-mail: celart@fc.unesp.br

APENDICÊ B - TERMO DE CONSENTIMENTO

Rio Claro,____, de _____ de_____

Prezado (a) Professor (a),

Estamos desenvolvendo uma investigação referente aos Cursos de Formação Continuada que visam à inclusão do aluno deficiente intelectual no ensino regular, tendo como objetivo principal analisar as implicações desses cursos na atuação profissional dos professores da Rede Municipal da cidade de Rio Claro-SP.

Sendo assim, solicitamos sua colaboração por intermédio de seu depoimento com referência à problemática em questão. Sua participação é de suma importância para a concretização deste estudo. Deixando claro que o senhor poderá retirar seu consentimento e deixar de participar deste estudo no momento que desejar.

Dessa maneira, precisamos do seu consentimento para gravar o depoimento, analisar e posteriormente publicar os dados desta investigação.

Agradecemos sua participação e contribuição.

Atenciosamente,

Profa. Marina Tebaldi

Profa. Dra. Dagmar Hunger

Aluna

Orientadora

DECLARAÇÃO

Eu,_____, RG:_____, declaro estar ciente dos objetivos da pesquisa intitulada “Formação Continuada em Educação Física Escolar na Perspectiva da Inclusão”, de autoria de Marina Tebaldi e orientação da Profa. Dra. Dagmar Hunger, manifestando meu consentimento da análise e publicação do depoimento oral, assim como, de outras informações pessoais por mim fornecidas.

Assinatura_____local e Data

APENDICÊ C- ROTEIROS DE QUESTÕES DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS E TRANSCRIÇÃO DOS DEPOIMENTOS.

GRUPO DE PROFESSORES

Nome:

Idade:

Formação:

Ano de formação:

A quanto tempo leciona na rede municipal:

Gênero: Feminino () Masculino ()

Classes em que leciona:

1 - Professor, o que você entende por formação continuada? Qual a função desta para sua atuação como docente?

2 - Para você a formação continuada é um instrumento que auxilia na maneira de ensinar? Sim? Não? Porque?

3- Relate uma atividade (proposta) de aula elaborada a partir do curso de formação continuada.

4 - Na sua sala existem alunos que possuem algum tipo de deficiência, ou múltiplas deficiências? Quais?

5 - Você considera que suas aulas possuem um caráter inclusivo? Sim? Não? De maneira que atenda á todos os educandos de maneira indiscriminada? Como isso ocorre?

6 - Professor, antes de realizar este tipo de formação que atenda o deficiente de maneira á incluí-lo no ensino regular, você já participou de outros tipos de formação continuada? Quais?

7 - Na graduação você se recorda de ter participado de disciplinas as quais possuíam o objetivo de desmistificar o corpo deficiente? Sendo estas disciplinas humanistas ou biologicistas.

8 - Você sente-se preparado, para trabalhar com este público (aluno) deficiente? De maneira á integrá-lo á turma a qual ele está inserido/? A formação continuada ajudou nesse processo de inclusão em suas aulas? Relate como sua carreira como docente tem se modificado após as formações.

9 - De que maneira você acredita que a formação continuada inclusiva te auxilie no trato com a classe heterogênea? Porque a gente sabe que a inclusão social não pertence só ao deficiente, nela estão inseridos o índio, o negro, o aluno da classe social menos favorecida. E como você consegue trabalhar os diversos valores como: gênero, sustentabilidade com esta diversidade cultural? Acredita ser importante este tipo de formação?

10 - Você percebe que a prefeitura tem facilitado este tipo de formação pós graduação? Como isso tem ocorrido?

11 - Em que aspecto você acredita que as formações que trabalhem com a desmistificação do corpo deficiente, podem se aprimorar para melhor corresponder com a necessidade das escolas?

12 - De modo geral, a formação continuada oferecida através da prefeitura, atendeu seu objetivo? Sim? Não? Porque?

13 – Qual sua avaliação sobre a formação continuada?

14- Qual seria a formação continuada ideal em sua concepção?

PROFESSOR COORDENADOR DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

1 - Como coordenadora do núcleo de formação de professores, como você entende que a formação continuada auxilie na trajetória docente deste professor que nela está inserido?

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino (Brasil, 2008)

2 - A partir do objetivo da política de educação inclusiva, como você percebe que tem se aplicado na escola o parágrafo acima sobre educação especial. Ocorre inclusão? Os alunos com deficiência intelectual conseguem apreender juntamente com a classe? Da sua experiência, o que você tem visto?

3 - Como tem sido a adesão dos professores á este tipo de formação? Formação inclusiva. Existe muita procura? Há alguma preocupação em realizar este tipo de formação por parte dos professores?

4 - Você como uma das coordenadoras da área pedagógica como vê a inserção do aluno deficiente no ensino regular? Á contento? tardia? Porque?

5 - Quantos professores da rede estão inseridos no contexto inclusivo? Quantos professores existem em sala de aula para que faça-se possível a inclusão? Assim como sala de recursos, e etc.

6 - De acordo com o seu modo de pensar, a educação inclusiva tem sido de maneira efetiva ou possui caráter assistencialista?

7 - Você como professora e agora como coordenadora da educação especial, pode nos contar sua percepção de inclusão desde a época em que lecionava até os dias hoje, e como você tem sentido esse processo que vem ocorrendo através de novas leis e diretrizes para atender este público deficiente.

8 - Conte-nos como tem funcionado na secretaria da educação este processo de conscientização através das formações sobre a desmistificação da deficiência para os professores atuantes na rede.

9 - Ocorre um trabalho multidisciplinar nas escolas? Área da saúde, educacional e família, caminhando juntos para o melhor desenvolvimento deste aluno?

10 - Como você acredita que seja a escola inclusiva ideal? Recursos, profissionais, acessórias e etc.

PROFESSOR 1

Idade: 49 anos

Formação: Educação Física - Unimep e pós graduação em psicopedagogia

Ano de formação: 1984 e 2005

A quanto tempo leciona na rede municipal: 28 anos

Gênero: Feminino (X) Masculino ()

Classes em que leciona: infantil I , II e maternal

1 -) Professor, o que você entende por formação continuada? Qual a função desta para sua atuação como docente?

Formação continuada pra mim seria um aprendizado a mais pro professor, como eu posso dizer? É uma capacitação pro professor onde ele vai aprender mais do que ele já sabe, vamos dizer assim. Pra ter uma troca de experiência também.

Você acha que a experiência do dia-a-dia, já é uma formação?

Acho que é a melhor que tem, a mais válida na minha opinião.

È eu acho assim, a formação continuada tem que ser dentro da área que você escolhe, por exemplo eu gosto muito da parte da inclusão, eu faço a pós em libras, porque eu quero trabalhar com libras depois. Então eu fiz um curso de capacitação de 3 anos em libras porque é uma coisa que eu gosto, entendeu? Eu não vou partir pro lado de inclusão geral, porque eu gosto do surdo. Então pra mim o importante seria isso, você fazer uma coisa que goste e que tenha continuidade.

2 -) Para você a formação continuada é um instrumento que auxilia na maneira de ensinar? Sim? Não? Porque?

Não. Eu acho que a melhor maneira de ensinar é a prática. Eu acho que nada como a prática, porque na teoria você age de um jeito e a prática de outro completamente diferente. Então eu acho que ajuda sim você ler, ter um caminho onde seguir, mas eu acho que a prática é a melhor coisa que tem. Eu acho que a prática me ajudou muito mais que a teoria, muito mais.

3 -) Na sua sala existem alunos que possuem algum tipo de deficiência, ou múltiplas deficiências? Quais?

Sim, tenho Deficiente auditivo, autistas e caderantes, mas os caderantes não estão nas classes que eu dou aula.

4 -)Você considera que suas aulas possuem um caráter inclusivo? Sim? Não? De maneira que atenda á todos os educandos de maneira indiscriminada? Como isso ocorre?

Até certo ponto sim, porque minhas atividades eu dou de acordo com a faixa etária né e dependendo da deficiência, como eu tenho o D.A. (deficiente auditivo), eles são crianças normais só não ouvem. Então eu consigo fazer a aula correr normal, agora o autista já é mais difícil, porque ele não foca em nada, você tem que ficar olhando, ficar atrás segurar na mão. Entao eu sofro com isso, e outras ciranças que estão sem diagnóstico, já estamos em abril e elas estão sem diagnostico e daí é horrível de trabalhar, eu tenho uma sala com quatro crianças problemáticas inclusive eu não sei pra qual deles que eu olho, e tem um que com o meu tempo de trabalho eu acho que ele é autista, mas não tem diagnostico.

E as mães quando você passa que a criança tem um problema mais sério elas não aceitam, então o que acontece, quando você pega a ficha da matrícula, muitas mães não escrevem que a criança tem problemas a gente é que tem que descobrir com o decorrer do tempo, então eu acho assim, que nós que estamos no dia-a-dia do alunos a gente sabe mais do que um profissional, porque o profissional vê uma vez por semana a gente vê todo dia.

Eu tive um aluno o ano passado que pra mim ele tinha um grau de autismo fraco, e quando tocou no assunto de autismo com a mãe, ela levou um choque, a família não aceita, e quer esconder o problema e isso é ruim pra gente trabalhar, né?

5 -) Professor, antes de realizar este tipo de formação que atenda o deficiente de maneira á incluí-lo no ensino regular, você já participou de outros tipos de formação continuada? Quais?

Já! Desde quando eu fiz a faculdade eu já venho fazendo esses cursos, fiz no rio de janeiro, fiz em Ubatuba, então a gente aprende sim, mas o que me ajudou foi o dia-a-dia. Não tem experiência melhor.

E você lembra alguma outra formação que você fez na rede?

A de libras por exemplo eu fiz na rede e foram 3 anos, mas um libra básico, né? Agora eu to fazendo a pós e vou sair como tradutora e intérprete.

6 -) Na graduação você se recorda de ter participado de disciplinas as quais possuíam o objetivo de desmistificar o corpo deficiente ? Sendo estas disciplinas humanistas ou biologicistas.

Não. Naquela época era aquilo, natação, basquete, vôlei e atletismo, ninguém pensava lá na frente era o momento, não me recordo de nada inclusivo naquela época.

7-) Você sente-se preparado, para trabalhar com este público (aluno) deficiente? De maneira á integrá-lo á turma a qual ele está inserido/? A formação continuada ajudou nesse processo de inclusão em suas aulas? Relate como sua carreira como docente tem se modificado após as formações.

Em termos, com o D.A. deficiente auditivo sim, com os demais não. Eles caem como um paraquedas e a gente tem que se virar. Entendeu?

A formação continuada foi muito importante porque eu fiquei sabendo de coisas de síndromes que eu não conhecia. Só que eu ainda não sei como trabalhar com aquele aluno autista que eu te falei. E quando não tem diagnóstico é mais complicado ainda.

È eu penso assim, antigamente a gente não tinha esse tipo de matéria de inclusão, não tinha uma amplitude, a gente se formava e ia trabalhar não pensava em fazer pós essas coisas. Entendeu?

No meu dia-a-dia o que me ajuda é a prática, se você me perguntar se eu gostaria de fazer outra pós ou outra capacitação eu só pensa na inclusão porque eu gosto, mas eu gosto da parte de deficiência auditiva, entendeu? Assim outros caminhos eu não percorreria não.

Então o que eu sei é a prática do dia-a-dia e o auxílio da pós e dos cursos de formação que eu já fiz.

8-) De que maneira você acredita que a formação continuada inclusiva te auxilie no trato com a classe heterogênea? Porque a gente sabe que a inclusão social não pertence só ao deficiente, nela estão inseridos o índio, o negro, o aluno da classe social menos favorecida. E como você consegue trabalhar os diversos valores como: gênero, sustentabilidade com esta diversidade cultural? Acredita ser importante este tipo de formação?

Eu acho assim que é muito interessante. O que eu acho que podia acontecer na formação continuada é as pessoas, nós que trabalhamos no dia-a-dia passar as informações que a gente tem, as dificuldades que a gente tem e isso não acontece. A gente vai em uma capacitação um curso, a gente só ouve o palestrante falar, ninguém fala: quem tem uma dúvida vem aqui explica. Pra gente ter uma troca. Eu acho que o que precisa é troca de informação. Por exemplo se você trabalhou com autista me ensina, porque eu não sei o que eu faço, entendeu? Eu posso te ensinar libras. Eu acho que pode ter troca em tudo.

Nas formações eram explicadas as deficiências? O modo como abordar este aluno?

Não. Não, um dia só foi falado de todas as deficiências e explicado de maneira bem geral, nunca existiu uma capacitação voltada só para o público down ou surdo ou autista. As formações foram bem gerais até hoje. Pra mim fica meio em aberto, né? Porque não foca em nada.

Meu trabalho é assim a gente tem um planejamento e a gente segue o planejamento. Por exemplo este mês eu to trabalhando índio, então essas aulas eu comecei a falar sobre o índio. contei história, cantei música, expliquei como eles eram porque agora eles usam roupa, né? Mês passado a gente trabalhou páscoa, então quando eu posso eu coloco um tema pra poder ter foco, sabendo que a professora da classe vai trabalhar isso. Eu acho legal trabalhar em conjunto, para uma troca né? Troca de experiências. É muito legal.

E com tudo isso nós abordamos diversas temáticas.

9-) Você percebe que a prefeitura tem facilitado este tipo de formação pós graduação? Como isso tem ocorrido?

Eu acho que a prefeitura tem facilitado e incentivado esse tipo de formação para nós professores, Só que eu acho que deveria ter mais. Por exemplo nós pedimos muito sobre primeiros socorros e até hoje nada. A criança cai a gente não pode por mão, no máximo um gelo. Então eu acho que deveria focar mais nessas dificuldades da gente e primeiros socorros eu garanto que todo mundo já pediu e a inclusão também que é muito interessante.

10-) Em que aspecto você acredita que as formações que trabalhem com a desmistificação do corpo deficiente, podem se aprimorar para melhor corresponder com a necessidade das escolas?

Teria que ter cada capacitação um foco em um tipo de problema, e não deixar em aberto do jeito que tá e deixar a gente na dúvida. Por exemplo hoje eu quero saber sobre autismo, vamos lá, explicar tudo sobre o autismo. Eu acho que hoje as formações são meio superficiais.

Porque quando começou essa inclusão foi caindo de paraquedas a criançada e a gente não sabia como atender, daí foi surgindo esse tipo de curso como o de libras que eu já falei para ajudar a gente a lidar com esses alunos da inclusão.

Além da formação você acha que falta um trabalho multidisciplinar entre a família e a escola a coordenação?

Muitas vezes a família tem contato com a escola, mas não com a gente professor. Por exemplo esse aluno autista eu não sei nada dele. Como ele é em casa, ou em sala de aula, só sei que eu tenho que dar aula pra ele. Por isso que eu falo o D.A. (deficiente auditivo) é uma coisa mais fácil de você trabalhar, porque a criança é normal, só não ouve. E o caderante? Como foi? Que ele ficou assim? Foi no parto? Foi depois? A gente não sabe. Então esse trabalho multidisciplinar fica a desejar.

11-) De modo geral, a formação continuada oferecida através da prefeitura, atendeu seu objetivo? Sim? Não? Porque?

Sim, porque eu soube de outras síndromes, e eu pude perceber algumas crianças com deficiência devido a formação, fui percebendo no detalhe as dificuldades delas . Então eu acho assim as capacitações são ótimas, mas falta focar em cada deficiência.

12 - Relate uma atividade (proposta) de aula elaborada a partir do curso de formação continuada.

Bom, os alunos sempre realizam todas as atividades propostas, algumas vezes os autistas dispersam um pouco daí a monitora ajuda nesse caso, as vezes os autistas participam de alguns pedaços da aula, mas de uma maneira geral a gente consegue manter todos numa mesma atividade, como base quatro por exemplo.

13 – Qual sua avaliação sobre a formação continuada?

Foi boa, mas falta uma parte prática, se fosse uma nota seria nota 7, porque foi bom, mas faltou algumas coisas como a prática. Afinal a prática é o fundamental.

14- Qual seria a formação continuada ideal em sua concepção?

Seria dentro das escolas, os professores dando suas opiniões, e os especialistas esclarecendo as dúvidas, explicando aonde nós temos errado no trato com essas crianças e como podemos melhorar a inclusão.

PROFESSOR 2

Idade: 57 anos

Formação: Licenciatura plena em educação física- UFSCAR

Ano de formação: 1988

A quanto tempo leciona na rede municipal: 7 anos

Gênero: Feminino () Masculino (X)

Classes em que leciona: Do primeiro ano ao quinto ano

1-) Professor, o que você entende por formação continuada? Qual a função desta para sua atuação como docente?

Pra mim formação continuada em educação física é você trabalhar com as crianças de maneira mais didática, dar seqüência nos estudos (eu como professor) e seqüência na aula, trabalhar com eles (alunos) a coordenação motora essas coisas, mas assim, a gente não trabalha de maneira teórica, porque a gente só dá aula na prática. Eu gostaria de dar aula teórica, por exemplo, quando eu lecionava na escola agrícola, a gente dava aula teórica toda semana, aí a gente contava as regras, né? Do voleibol, do basquete.

Professor, essas formações que você tem feito através da rede municipal de ensino, tem auxiliado na prática?

Ah, com certeza, muito bom. Igual, eu fiz esse curso lá com a Patrícia(coordenadora da educação especial – prefeitura) ajudou muito, né.... A gente era meio leigo no assunto (sobre deficiências) porque, igual a inclusão vem de cima pra baixo (lei-coordenação – professor), a gente não tinha formação nenhuma, né, daí a gente cai de paraquedas, né?

Então a formação inclusiva com a ... ajudou muito né.

Veio pra esclarecer a deficiência?

Ah, veio pra esclarecer bastante, porque a gente não sabia de nada, né? Inclusive agora eu to com dois cadeirantes e um menino síndrome de down, então... a gente agora tem mais ou menos a prática de lidar com eles

2-) Para você a formação continuada é um instrumento que auxilia na maneira de ensinar? Sim? Não? Porque?

Sim, porque a gente tá sempre aprendendo, né? Dando continuidade, não pode ficar parado no tempo, então a gente vai aprendendo e vai passando para as crianças, né!

3-) Na sua sala existem alunos que possuem algum tipo de deficiência, ou múltiplas deficiências? Quais?

É como eu já falei, nós temos 2 cadeirantes e um menino síndrome de down. Ah, e tem aqueles que são tdah (transtorno de déficit de atenção e hiperatividade), hiperativos, né? Mas esses a gente dá um canseira neles e já melhora um pouco, né? (risos) Desliga da tomada 220, né? (risos)

4-)Você considera que suas aulas possuem um caráter inclusivo? Sim? Não? De maneira que atenda á todos os educandos de maneira indiscriminada? Como isso ocorre?

Sim, inclusive é... Quando a gente vai jogar queimada ou futebol, que sempre tem aqueles “gordinho” ruim de bola, com alguma deficiência, ou aqueles que nunca são escolhidos, daí eu escolho eles pra tirar par ou ímpar daí pelo menos eles não vão ficar de fora, né? Agora se colocar os melhores pra escolher cê já viu, né. E exclui esses alunos.

5-) Professor, antes de realizar este tipo de formação que atenda o deficiente de maneira á incluí-lo no ensino regular, você já participou de outros tipos de formação continuada? Quais?

Sim, eu participei de quase todas, apesar que a minha especialização é natação, né. Que não tinha nada a ver com escola, mas todos os cursos que teve eu fiz, e achei interessante e tive muito proveito. Educação física escolar por exmplo, que eu fiz.

6-) Na graduação você se recorda de ter participado de disciplinas as quais possuíam o objetivo de desmistificar o corpo deficiente ? Sendo estas disciplinas humanistas ou biologicistas.

Não, na graduação, quando eu fazia faculdade nunca ouvi falar de inclusão, e também não existiam matérias relacionadas a este tipo de aluno, não. Agora de 6 anos pra cá que eu aprendi sobre as deficiências, com o movimento de inclusão, né. Então a gente teve um pouquinho de formação com esses cursos que a rede tem oferecido, sobre a inclusão, né?!

7-) Você sente-se preparado, para trabalhar com este público (aluno) deficiente? De maneira a integrá-lo á turma a qual ele está inserido/? A formação continuada ajudou nesse processo de inclusão em suas aulas? Relate como sua carreira como docente tem se modificado após as formações.

Sim, Antes a gente não tinha esses cursos, essas formações, nem sabia sobre o assunto inclusão, agora tem melhorado o processo de inclusão das escolas, a gente vem realizando os cursos, né? Inclusive vai ter um em são Carlos agora, eu não vou participar, mas é uma coisa muito boa, você entrar, trabalhar com essa inclusão com as crianças, né.

A gente vê que antes, a gente não tinha essa formação, então a gente ficava meio perdido, mas agora a gente pode dar continuidade com esses cursos da rede, então a gente já tem uma noção de como fazer, né? Não digo assim tudo, né. Mas com certeza a gente já tem uma base pra começar a trabalhar com este público

8-) De que maneira você acredita que a formação continuada inclusiva te auxilie no trato com a classe heterogênea? porque a gente sabe que a inclusão social não pertence só ao deficiente, nela estão inseridos o índio, o negro, o aluno da classe social menos favorecida. E como você consegue trabalhar os diversos valores como: gênero, sustentabilidade com esta diversidade cultural? Acredita ser importante este tipo de formação?

A gente procura trabalhar com respeito, não exclui nada. É preto, branco, gordo, magro, a gente inclui todos. E tem aqueles que não gostam de fazer educação física, daí a gente tem que arrumar outra coisa pra ele fazer, entendeu? Pode jogar dama, xadrez.

Mas no geral as formações só tem contribuído para uma melhora nas minhas aulas.

Trabalhar com as questões de gênero e sustentabilidade é mais difícil. Só que no geral a gente procura trabalhar para formar um cidadão uma cidadã completos, uma pessoa melhor, preparar o aluno para a vida, né? E a gente sempre fala, que tem que estudar pra ser uma pessoa melhor

Porque daí quando a gente encontra os alunos já crescido, formados e percebe que um é dentista o outro veterinário e lembram da gente, falam: ô professor.

Poxa é muito bom ver isso.

9-) Você percebe que a prefeitura tem facilitado este tipo de formação pós graduação? Como isso tem ocorrido?

Ah eles tem ajudado muito,né!? E quem quiser estudar tem acesso. Os cursos de formação acontece sempre, e uma vez por mês a gente faz o htcp lá na secretaria da educação, né. A nossa coordenadora a ... , sempre traz curso bom, né?

O HTPC na secretaria da educação conta como um curso de formação?

Não. Só quando tem professor com mestrado, doutorado que vale como formação.

10-) Em que aspecto você acredita que as formações que trabalhem com a desmistificação do corpo deficiente, podem se aprimorar para melhor corresponder com a necessidade das escolas?

Antigamente a gente não sabia nada, nada era passado pra gente professor né? Mas com os cursos de formação agora a gente tem conhecido melhor as deficiências, como poder trabalhar e ajudar este aluno, e estamos aprendendo ainda, né!

Mas eu gosto porque você vê a criança evoluindo, você vê que elas estão prestando atenção, melhorando. Inclusive nós temos um aluno lá que gosta de pagode, só quer batucar, então eu arrumei um pandeiro pra ele, pra ele poder brincar também. Ele gosta, canta e também aprende.

Na sua escola tem sala de recursos?

Tem sim, com 1 professora especialista. E 2 monitoras que acompanham os alunos, mas não participam de nenhuma atividade. A monitora só assiste as aulas e se preciso ela

ajuda aquele aluno com algum tipo de deficiência e dificuldade, porque como tem muitas crianças não tem como a gente (professor) acompanhar esse aluno em todos os momentos da aula.

Quantos alunos tem em média nas salas de aula da sua escola?

Ah, lá tem 35 alunos por sala tem bastante e os alunos deficientes estão no meio.

11-) De modo geral, a formação continuada oferecida através da prefeitura, atendeu seu objetivo? Sim? Não? Porque?

Sim, mas eu quero aprender mais sobre inclusão, fazer mais cursos. E a proposta tem auxiliado cada vez mais pra gente melhorar o ensino, né?

12 - Relate uma atividade (proposta) de aula elaborada a partir do curso de formação continuada.

Eu fiz uma brincadeira, como uma gincana. E todos os alunos tinham que se ajudar, porque a equipe precisava chegar junto pra pegar as pistas, então se um aluno tinha dificuldade no andar, os outros precisavam ajuda-lo, e todos participaram juntos, foi muito bom.

13 – Qual sua avaliação sobre a formação continuada?

A foi muito boa essa formação, né? Minha nota é 9, porque sempre pode melhorar né? Ter mais cursos sobre inclusão, falar de outras deficiências que faltaram.

14- Qual seria a formação continuada ideal em sua concepção?

A pra mim é que tenham mais cursos, pra gente aprender mais e conseguir incluir mais ainda esse aluno deficiente, que não é fácil, né?

PROFESSOR 3

Idade: 34 anos

Formação: Licenciatura em Educação Física (Unesp rio claro)

Ano de formação: 2005

A quanto tempo leciona na rede municipal: 5 anos

Gênero: Feminino () Masculino (X)

Classes em que leciona: Do primeiro ao quinto ano

1-) Professor, o que você entende por formação continuada? Qual a função desta para sua atuação como docente?

A continuação de estudos de forma aprofundada, com relação às atividades pedagógicas e ao trabalho desenvolvido na escola, no campo de atuação.

A partir do momento de atuação profissional que determinadas situações são vistas e acredito que só seriam vistas unicamente na escola e... essas situações acabam não sendo contempladas na universidade, então é um momento de trazer para o debate, á discussão essas situações que aparecem única e exclusivamente no cotidiano no dia-a-dia escolar.

2-) Para você a formação continuada é um instrumento que auxilia na maneira de ensinar? Sim? Não? Porque?

Sim, tem o potencial de auxiliar, E para mim de fato auxilia, mas percebo perante alguns colegas de trabalho, que a formação fica muito atrelada á uma função funcionalista até de contagem de pontos para progressão de carreira ou até mesmo para questão de preenchimento de tempo como HTPC e tudo o mais.

3-) Na sua sala existem alunos que possuem algum tipo de deficiência, ou múltiplas deficiências? Quais?

Existem sim, mas são poucos alunos por sala, pela quantidade de salas que eu leciono. Não são deficiências consideradas graves, porém eu assumo que faltaria tanto da minha

parte como professor ou mesmo de um trabalho da equipe escolar junto e um trabalho mais próximo desse aluno. Momentos que nós pudéssemos pegar cada caso em particular e discutir um plano de atuação para esses alunos

4-)Você considera que suas aulas possuem um caráter inclusivo? Sim? Não? De maneira que atenda á todos os educandos de maneira indiscriminada? Como isso ocorre?

Sim, pelo fato de que esses alunos deficientes não ficam marginalizados durante a aula,não ficam apenas de espectadores daqueles que estão praticando a aula, procuro encontrar atividade em que esses deficientes possam estar fazendo junto com o grupo, ou até mesmo em situações menos específicas realizando tarefas com um grupo reduzido de pessoas.

5-) Professor, antes de realizar este tipo de formação que atenda o deficiente de maneira á incluí-lo no ensino regular, você já participou de outros tipos de formação continuada? Quais?

Sim participei de outras formações mas sem um caráter específico para o público com deficiência, mas um curso como esse (educação física inclusiva) era sempre pedido para estar fazendo esse tipo de discussão mais aprofundada .

6-) Na graduação você se recorda de ter participado de disciplinas as quais possuíam o objetivo de desmistificar o corpo deficiente ? Sendo estas disciplinas humanistas ou biologicistas.

Sim, o curso de educação física da (...), tem a disciplina educação física adaptada, não sei se permanece essa nomenclatura hoje, e o trabalho desenvolvido pela docente da disciplina é um trabalho que eu considerava muito bom, na forma como ela abordava a temática e tanto no seu lado teórico quanto prático também. Na realização de eventos, na variedade de atividades que nos era solicitado á desempenhar papéis com relação á deficiência justamente pra tentar aproximar esse ponto de vista do deficiente. Então eu acredito que essa disciplina na universidade acaba tendo um caráter muito importante, só que eu vejo que na própria universidade existem uma série de problemas, não só para essa disciplina, mas também com esta disciplina por conta de outras matérias que

muitas vezes não fazem um trabalho multidisciplinar e fica muito, é aquela disciplina que trata disso em particular, e você dificilmente vê outros professores abordando ou fazendo ligações com a disciplina dessa docente.

7-) Você sente-se preparado, para trabalhar com este público (aluno) deficiente? De maneira á integrá-lo á turma a qual ele está inserido/? A formação continuada ajudou nesse processo de inclusão em suas aulas? Relate como sua carreira como docente tem se modificado após as formações.

Não, eu não me sinto preparado, justamente pelo fato que as demandas para um trabalho de qualidade, como é apresentado nos cursos de formações ela não existe hoje no contexto escolar , seja por uma questão estrutural, arquitetônica de prédios antigos, onde você não tinha uma legislação que naquele período tratasse de acessibilidade e hoje a adaptação disso é muito lenta e em alguns locais ela praticamente não ocorre e fica por conta do professor fazer essas adaptações, o que muitas vezes fica aquém do que poderia ser. E eu vejo que acaba não sendo o papel dele , pelo menos a principio não seria o papel dele e por questões materiais também. Existe hoje uma série de materiais voltados para os deficientes e esses materiais não estão presentes em escolas que você tem uma grande participação de deficientes. Por conta disso e de toda essa dificuldade e embora você tenha hoje os cursos de formação, uma prática mais intensa disso num contexto apropriado faz com que todo esse conteúdo discutido nos cursos de formação e todo esse questionamento levantado e essa preparação fique sem aplicabilidade. Até porque você tem hoje uma situação que você precisa de laudos de avaliação desse deficiente e isso muitas vezes demora pra chegar e quando não eles justamente não aparecem. Tudo depende da aceitação dos pais de levar essas crianças para serem avaliadas e você não poder ter esse retorno de avaliação, pra a partir dessa avaliação diagnóstica , poder fazer seu plano de ação com esse aluno. Então por muitas vezes você fica aguardando isso, até conversando com professoras de salas de recursos, onde em alguns lugares elas já vem e te dão prontamente uma avaliação da escola em relação aos deficientes em especial aqueles que estão na minha sala, mas existem outras unidades onde isso não ocorre e você tem que correr atrás e ir perguntando caso á caso. Então eu acho que falta um trabalho mais integrado do professor de educação física da equipe gestão escolar, coordenação, direção, professor de sala de recurso junto com os pais, para agilizar a

resposta dessas informações que são importantes pra dirigir o trabalho nas aulas de educação física.

8-) De que maneira você acredita que a formação continuada inclusiva te auxilie no trato com a classe heterogênea? porque a gente sabe que a inclusão social não pertence só ao deficiente, nela estão inseridos o índio, o negro, o aluno da classe social menos favorecida. E como você consegue trabalhar os diversos valores como: gênero, sustentabilidade com esta diversidade cultural? Acredita ser importante este tipo de formação?

Essa sondagem esse primeiro momento com os alunos fica mais tranquilo, você sente um pouco mais de segurança, do que numa situação onde esses assuntos não fossem discutidos. Embora houvesse esse debate na graduação, houve em um momento da graduação um terceiro ano, pra depois de algum tempo eu chegar na escola e ver que aquilo se dá com o deficiente mesmo, então assim, é algo que no uso, no dia-a-dia as demandas começam a surgir e a importância do conteúdo começa a aparecer e se torna mais relevante e a questão dos cursos de formação nesse momento, ou seja, em exercício, durante o momento do trabalho, ela ajuda porque as coisas estão acontecendo, então os casos estão acontecendo na escola, as situações da escola estão aparecendo todo momento, o questionamento é direto, o profissional que vem dar esse curso pra gente atende ao questionamento direto de questões nossas do dia-a-dia, como no caso de não ter acessibilidade, não ter material, não existe um trabalho junto com os pais, não existe uma especialista direto na escola durante o turno da manhã ou o turno da tarde, que possa dar a qualquer momento um retorno pra gente, como existe em algumas escolas, tanto é que existe uma preocupação do município em concentrar determinadas deficiências em algumas escolas justamente porque tem o profissional especializado lá por mais tempo. Então é feito uma triagem, mas deveria ter mais desses profissionais nas escolas pra te dar esse retorno e ter momentos específicos para fazer esse trabalho com os alunos, e não chegar na aula de educação física retirar o aluno pra ele fazer um trabalho à parte, nesse momento o que eu vejo é dizer para o professor ele não é um problema seu, então pra que o curso de formação se ele não é um problema meu? Ele é um problema meu sim, mas como abordar esse aluno pra tornar a presença dele na aula uma coisa segura, sabendo quais são os riscos até onde que eu posso ir como que eu

posso perceber alguns sinais. Esse tipo de trabalho mais dedicado é o que eu acho que falta.

A formação continuada municia o professor de informações para cobrar de médio e longo prazo, todo esse conteúdo, essa preocupação que mostra-se ter com o deficiente de fato aconteça na escola, mas aconteça não aos trancos e barrancos, aconteça da forma como deveria acontecer, porém isso de nada adiantará se os próprios professores não se organizarem para cobrar essa situação ideal ou mais próximo do ideal pra escola, não adiantaram N formações continuadas, N profissionais na escola, se os principais problemas que a escola tem que enfrentar de questão estrutural material, financeira porque isso demanda investimento, não forem também cobrados de uma forma intensa, participativa dos professores, onde quer que seja então não vai bastar só as informações para auxiliar no dia-a-dia de resolver os problemas, mas e os problemas da rede toda? Das escolas periféricas? E o problema dos novos professores que vão entrar? Porque a cada nova turma de professores que ingressa, passamos pra eles a herança de coisas que a gente não resolveu. Então ao invés da gente avançar em outras áreas que demandam tanta atenção quanto ficamos sempre patinando em cima das mesmas coisas.

9-) Você percebe que a prefeitura tem facilitado este tipo de formação pós graduação? Como isso tem ocorrido?

Sim, ela tem facilitado, tem oferecido esses cursos em horários que sejam viáveis para o professor como horários de serviço, a Prefeitura e essa gestão tem facilitado isso sim. Vamos ter um curso de formação agora que vai ser em São Carlos, o qual nós seremos dispensados dos dias de aula pra estar participando desse curso então eu vejo que isso é um investimento. Esses cursos são pedidos, este de inclusão no caso foi pedido por uma especialista professora de sala de recursos, pedido pra coordenadora da formação e pedido pra ser estendido pra educação física, e foi feito uma consulta aos professores de educação física de quem teria interesse em estar participando , aqui da escola dos 3 professores que tem, só eu me interessei, não sei quais os motivos apresentados pelos outros professores porque isso não foi conversado coletivamente, mas sei que em outras escolas que tem mais de um professor, mais de um aceitou e conseguiu vaga, e esse curso em são Carlos sobre educação inclusiva é o primeiro externo que eu vou participar, que não vai ser realizado na secretaria da educação aqui de rio claro, nós é

que estamos saindo de rio claro pra ir atrás do curso. Existe um incentivo da secretaria de educação para que os professores realizem o curso de formação.

Agora como professor eu vejo que grande parte dos colegas, mas não todos, e dependendo do momento da vida do profissional existe um interesse maior ou menor em tá assumindo um compromisso. As vezes não é visto como algo pra melhorar a qualidade de trabalho, é um tempo a mais do meu dia, um compromisso a mais na semana depois do dia todo de trabalho. Então isso aí acaba as vezes pesando contra, a não ser que isso esteja trelado á um certificado de 30 horas, se eu vou precisar disso pra progredir na carreira, ou uma avaliação funcional, se isso vai contar ponto e esse ponto me ajuda a progredir e a progressão acaba em aumento de salário, então aí acredito que esse docente acaba avaliando um pouco mais o curso, mas creio que não devia ser esta a via de avaliação. Enquanto qualificação para o trabalho devia-se aproveitar ao máximo esses cursos que são oferecidos.

10-) Em que aspecto você acredita que as formações que trabalhem com a desmistificação do corpo deficiente, podem se aprimorar para melhor corresponder com a necessidade das escolas?

Eu acredito que falte da escola para essas formações, o que seria muito interessante que esses profissionais que vem ministrar essas formações, dar aula dessas formações, que eles conhecessem esses espaços escolares, essa realidade, porque falar de possibilidades de trabalho de uma forma geral é uma coisa, agora se esses profissionais tivessem a oportunidade de conhecer essa realidade estrutural da escola, vamos ver como que é, esse dia-a-dia da escola. E a partir daí pensar em propostas para viabilizar um melhor trabalho com essas crianças, eu acho que isso atingiria de uma forma mais eficiente esses profissionais de educação física que estão atuando nas escolas hoje.

Porque eles são estudiosos do assunto e tiveram em algum momento, ou tem em algum momento determinadas vivências, mas em um local determinado deles, né? Ou tiveram há algum tempo atrás quando eram professores, mas naquele local aonde eles trabalham, as vezes alguma instituição em que eles trabalhem especificamente com isso, então assim imagino que seja um local especializado que tenha uma estrutura para se trabalhar, diferente do espaço escolar.

Eu Acho muito interessante que essas pessoas ao ministrarem essas formações, que antes elas pudessem ter contato com as escolas, das quais esses professores á quem se destinam os cursos estão atuando hoje. Porque as questões que os professores apresentam nesses cursos são relativas aos seus espaços. Então eu acho que atingiria muito de uma forma mais forte se esse formadores estivessem presentes na realidade das escolas

11-) De modo geral, a formação continuada oferecida através da prefeitura, atendeu seu objetivo? Sim? Não? Porque?

Atendeu nesse sentido de rever alguns conceitos, nem toda realidade e nem tudo o que é falado está presente na nossa realidade quanto professor. Não são todas as deficiências que nós temos contato no dia-a-dia escolar, são algumas, e trabalhar com algumas, essas que a gente não enfrenta no dia-a-dia, fica como você não mobiliza esse conhecimento, acaba caindo em esquecimento. Então ajuda á estar refrescando essas coisas. Mas ainda assim, até como foi proposto numa ultima situação que esses cursam tenham momentos práticos. Que a gente imaginasse uma situação cotidiana, e como a gente resolveria? Como uma dinâmica. Só que eu ainda assim acredito que seria interessante que esses cursos tivessem módulos onde tratassem as deficiências, ou, a partir de uma avaliação da rede qual a deficiência predominante e qual o leque de conhecimento que nós precisamos ter. E a partir daí você estar fazendo o módulo específico para trabalhar com determinada deficiência. E que no momento das formações houvesse uma hora de trabalho com os deficientes. Então o deficiente está aqui, e a atividade que vocês vão ter que preparar pra ele, depois de toda discussão e questão teórica, uma atividade que tenha que trabalhar tais conteúdos da educação física tá? Então vocês vão ter um momento de planejamento, ou que se faça esse planejamento antes e depois vocês vão aplicar o que vocês planejaram, para ver se dá certo. Qualquer coisa fora disso vai cair no esquecimento por não ser um conteúdo que eu mobilizo na escola, ela não conhece minha realidade escolar, eu não sei como pegar a criança, eu não sei se vai quebrar se eu apertar aqui, se não vai. Todas essas questões envolvidas do momento prático mesmo. Que nos cursos houvessem uma dinâmica como essa, e depois de aplicada reavaliar, se deu certo, o que precisa melhorar, o que está faltando. Inclusive no ultimo curso de formação eu coloquei que seria interessante estar conseguindo esses alunos deficientes

pra gente fazer o momento prático com eles. Fizemos a parte teórica, elaboramos a proposta de trabalho de alguns conteúdos pedidos, só que eai? Será que dá certo? Nós não colocamos em prática, e a gente ficou no mundo das idéias, pensando como poderia ser, mas não aplicamos.

12 - Relate uma atividade (proposta) de aula elaborada a partir do curso de formação continuada.

Atividade para cegos, utilizando materiais como corda, para orientação no espaço, cordas fixas em pontos determinados, para que a pessoa pudesse se conduzir através dela, essa foi uma atividade feita em curso de formação continuada.

Dentro da escola eu fiz uma atividade com cadeirante pra fazer cambalhota utilizando colchonete, colchonetes mais grossos para as crianças caderantes, e mais finos para os não caderantes, e todos fizeram a atividade.

13 – Qual sua avaliação sobre a formação continuada?

Eu daria nota 7, pois eu senti muita falta de uma parte prática com crianças, para que se pudesse executar as atividades, uma vez que nem todos os professores tem alunos deficientes em suas salas, as vezes isso acaba ficando apenas na explicação das situações, sem momentos de vivência, e a gente fica sem ver e realizar atividades com uma criança com deficiência passando por aquela situação, realizando uma tarefa.

14- Qual seria a formação continuada ideal em sua concepção?

Eu partiria de uma equipe multidisciplinar que desse conta das questões envolvidas com as deficiências para esta fazendo esse primeiro contato com os professores, um mapeamento também da quantidade de deficientes a concentração desses alunos deficientes , pensando em escolas mais preparadas, onde você possa centralizar esse tipo de atendimento, até porque fazer ele de uma forma mais dispersa acho que acaba um pouco descentralizando o investimento de uma forma desnecessária, e investindo em material que vai pra escola pra atender uma pessoa, quando você poderia canalizar isso pra um local só, e ser mais eficiente, e realmente que os professores pudessem estar visitando essas escolas, e que os cursos de formação continuada passassem por esses locais, onde há concentração de deficientes, e onde esses professores que atuam com os

deficientes pudessem ser co-formadores nesse processo uma vez que eles estão no dia a dia deles trabalhando com esses alunos

PROFESSOR 4

Idade: 23

Formação: Licenciatura em Educação Física (UNESP Rio Claro)

Ano de formação: 2011

A quanto tempo leciona na rede municipal: 10 meses como professor contratado.

Gênero: Feminino () Masculino (X)

Classes em que leciona: Maternal e Infantil II

1-) Professor, o que você entende por formação continuada? Qual a função desta para sua atuação como docente?

Bom... Entendo formação continuada como um processo além da graduação, um processo que sempre continua, o professor sai formado e continua estudando, não abandona todo o estudo.

Bom... Acho que a função dela é manter o professor sempre atualizado para ele não se perder, sempre tem várias temáticas que aparecem, antigamente por exemplo não era trabalhado a questão de orientação sexual ou até mesmo de alunos especiais na escola, e as vezes a formação continuada pode auxiliar nesse contexto.

2-) Para você a formação continuada é um instrumento que auxilia na maneira de ensinar, ou percebe-se como uma obrigação?

Bom... Na minha visão, ela auxilia e muito! Porém acredito que muitos professores encaram como uma obrigação, por conta do acumulo de horas e tal, principalmente professores efetivos, mas eu acredito que seja uma grande contribuição para nossa área.

3-) Na sua sala existem alunos que possuem algum tipo de deficiência, ou múltiplas deficiências? Quais?

Bom... Eu tenho um aluno que é considerado hiperativo, embora não tenha nenhum diagnóstico, eu acredito que ele seja por conta das características.

Somente um aluno hiperativo? Sim.

Sendo que na verdade, a hiperatividade é um transtorno, né? Deficit, não existe nenhum? Exatamente.

4-)Você considera que suas aulas possuem um caráter inclusivo? De maneira que atenda á todos os educandos de maneira indiscriminada? Como isso ocorre?

Sim, acredito que minha aula tenha atendido á todos sim. Eu tento trabalhar diversos assuntos, converso com eles sobre a diversidade, converso com eles sobre deficiência, eles conhecem... Embora sejam pequenos na idade de 5 e 6 anos, as vezes eles conhecem alguém, algum primo que tenha alguma deficiência, mas eu tento trabalhar com eles sim. Acho que eu consegui incluí-los, e incluí a temática tammbém.

Todos os aluno participam da aula? Sim, todo mundo participa da aula.

5-) Professor, antes de realizar este tipo de formação que atenda o deficiente de maneira á incluí-lo no ensino regular, você já participou de outros tipos de formação continuada?

Não, Nunca participei. È... Deixa eu pensar aqui, É, não... Nunca participei mesmo, Até pelo meu tempo de formado, né

6-) Na graduação você se recorda de ter participado de disciplinas as quais possuíam o objetivo de desmistificar o corpo deficiente ? Sendo estas disciplinas humanistas ou biologicistas.

Sim, tinham umas disciplinas que abordavam, umas quatro: Educação física escolar abordava, é... professora (...) Atividade física adaptada, é...Acredito que fundamentos do lazer chegou a a abordar um pouquinho sobre a questão dos deficientes

Todas disciplinas práticas? SIM

Existia alguma disciplina na área de humanas, por exemplo que falava do corpo deficiente? SIM, sociologia falou um pouco, Filosofia, psicologia: principalmente a questão do corpo deformado, mutilado, estes professores abordavam o assunto com uma visão mais histórica do corpo

7-) Você sente-se preparado, para trabalhar com este público (aluno) deficiente? De maneira á integrá-lo á turma a qual ele está inserido/? A formação continuada ajudou nesse processo de inclusão em suas aulas?

Não, apesar de toda a formação é muito difícil, são múltiplas deficiências, eu não me sinto tão preparado para trabalhar com esses alunos.

Bom... Eu vou procurar me informar, através de livros e tal, junto com os professores e tentar incluí-lo, né! Como eu posso dizer... Sei que é um processo difícil, mas vou ter que partir da teoria, ou de vivencias práticas junto com outros professores pra... Tentar incluí-lo, né.

Voce tem essa visão de incluir ? Porque a gente sabe que tem professor que fala pro alunor ficar sentado ao invés de participar da aula, para não” atrapalhar”. Você acha que é importante esse aluno estar fazendo a aula?

Claro! Até para mostrar para os outros alunos que ele não é tão diferente assim, quanto eles pensam, eles (deficientes) também conseguem fazer a atividade, apesar das restrições deles, eles também conseguem participar da aula.

É, porque se formos levar em consideração, todos nós temos um déficit, né? Se uma pessoa usa óculos, é porque ela tem um déficit de visão. Se alguém escuta um pouco mais baixo que o normal, ele tem um déficit de audição, então na verdade todos temos. Acredito que isso que é o legal, somos todos diferentes.

Me auxiliou principalmente no trato com o aluno TDAH (transtorno de déficit de atenção e hiperatividade). No ultimo encontro com os professores, abordou esse tema e me ajudou bastante, porque eu tinha uma visão sobre o assunto, porém era totalmente equivocada, eu achei que a gente tinha que dar bastante atividade pro aluno cansar, porém não é isso que a gente deve fazer né. Segundo o que disseram na formação continuada. Eu to procurando agora melhora um pouco minhas aulas, sentir a diferença entre o aluno. Depois eu pergunto pra professora como ele se comportou na sala de aula. Bom... incluir é um processo, né. Mas em um mês ela (professora de sala) nota essa diferença no comportamento dele para melhor, o aluno presta mais atenção.

Eu lembro que nesta formação a palestrante falou que o tdah tem a questão do hiper foco, acredito que se o professor cativar o aluno, e ele tiver prazer naquela aula ele vai ter um hiper foco pra se concentrar e participar da aula.

Sim, sem dúvida. É preciso conquistar o aluno.

8-) De que maneira você acredita que a formação continuada inclusiva te auxilie no trato com a classe heterogênea? porque a gente sabe que a inclusão social não pertence só ao deficiente, nela estão inseridos o índio, o negro, o aluno da classe social menos favorecida. E como você consegue trabalhar os diversos valores como: gênero, sustentabilidade com esta diversidade cultural? Acredita ser importante este tipo de formação?

Bom, eu... É, no estágio abordou um pouquinho dessa questão de inclusão, né. Eu sempre gosto de partir do que os alunos tem, do que eles mostram pra mim, então eu vou trabalhar na questão da sustentabilidade, a partir do que eles conhecem sobre o assunto, como é abordado na casa deles, pra daí eu poder trazer para a realidade da escola. Eu acho que essa heterogeneidade só vem a acrescentar, porque cada criança, cada pessoa tem um estilo de vida, uma cultura familiar diferente. Acho que só tem a acrescentar, parto bastante das vivencias deles, e a formação continuada vem sempre a contribuir com a gente em como abordar determinados temas e tal.

Sim, acho que a formação continuada tem muito valor. Eu digo isso porque eu tenho 1 ano de formado e eu não cansei de dar aula ainda, só que tem professores que estão á 15 anos na rede, acredito que principalmente para esses a formação continuada é sempre bom tá reciclando, novos temas, os professores discutindo, acrescentando, a troca de informações entre nós (recém formados) com eles experientes, acho que é importante.

9-) Você percebe que a prefeitura tem facilitado este tipo de formação pós graduação? Como isso tem ocorrido?

Tem facilitado sim... Ah, não é falta de divulgação não, ela tem facilitado. Tanto é que ela tá tentando fazer parcerias com as universidades, pra tá aproximando os cursos da gente, a prefeitura tem trabalhado pra isso sim. Não sei se as universidades têm que dar um incentivo maior, uma motivação maior pros alunos estarem procurando isso.

Como você ficou sabendo dessa formação?

Bom eu fiquei sabendo por conta primeiramente da escola, a coordenadora me falou verbalmente que tinha um curso e tal, ou melhor vários cursos, daí ela me cadastrou na rede, eu entrei vi e escolhi. E tem uma segunda forma também que foram através de panfletos distribuídos aqui na faculdade mesmo, falando dos cursos de agosto á novembro de 2012, então muita gente tava sabendo, mas nem todos se interessam.

10-) Em que aspecto você acredita que as formações que trabalhem com a desmistificação do corpo deficiente, podem se aprimorar para melhor corresponder com a necessidade das escolas?

Bom eu participo atualmente de uma formação, que é um HTPC coletivo. E no ano passado a gente teve um trabalho interessante sobre a inclusão do deficiente na escola. Eu acho que o cunho teórico é essencial pra gente conhecer as patologias, necessidades e especificidades de cada indivíduo, mas eu acho que um certo teor mais prático de como trabalhar com isso, eu acho que facilitaria pra gente. Eu também acho difícil trazer um exemplo, não sei se a gente fosse á um centro especializado e observando essas crianças, se a gente teria uma visão melhor, mas eu acho que a gente necessita de uma aplicação mais prática desses conceitos.

11-) De modo geral, a formação continuada oferecida através da prefeitura, atendeu seu objetivo? Sim? Não? Porque?

Talvez, porque eu acho que foi bacana, interessante o trabalho que eles fizeram durante o ano. Trouxeram alguns especialistas na área. Recentemente trouxeram alguém que trabalha efetivamente com essa questão, mas eu acho que o ponto negativo foi justamente essa visão mais prática. È lógico que se a gente aprender por meio de um slide determinada patologia a gente vai ter uma visão, mas uma vivência experiência do aluno em si ali com a gente, mas nós simulando determinada deficiência eu acho que seria algo bacana. Como se a gente se colocasse no papel do deficiente. Que alguém organizasse algumas dinâmicas com a gente eu acho que se tornaria mais interessante, até porque nós somos professores de educação física, né? Tem muito corpo.

12 - Relate uma atividade (proposta) de aula elaborada a partir do curso de formação continuada.

Durante minha jornada propus algumas atividades que tinham um viés voltado para inclusão. Numa delas após os alunos estarem dispostos em duplas, um deles era vendado. Foi feito um percurso com diferentes obstáculos em que um aluno era o guia (condutor) e o outro passava o percurso (guiado). Todos os alunos passaram pelas experiências guiar o colega e passar vendado pelo circuito. Terminada a tarefa, discutimos sobre as impressões tidas pelos alunos e a dificuldade de locomoção quando se está sem visão.

13 – Qual sua avaliação sobre a formação continuada?

Avalio a formação continuada como algo essencial para carreira docente, pois trata de uma constante atualização dos conhecimentos do professor. Claro que há outras questões que influenciam esta formação, mas só o fato de oferecer esse espaço para o professor e um incentivo para que o mesmo participe, já é um grande passo.

14- Qual seria a formação continuada ideal em sua concepção?

A formação continuada ideal seria aquela que os professores conseguissem integrar as realidades da prática pedagógica, o que inclui todas as problemáticas do contexto escolar como indisciplina, comunidade, gestão escolar entre outros; aos conhecimentos tidos na formação inicial, a partir dos principais referenciais teóricos. Juntamente a essa associação, a troca de experiências entre os professores pode proporcionar uma ótima oportunidade de reflexão sobre a prática desses docentes.

PROFESSOR 5: PROFESSOR COORDENADOR DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Formação: Pedagogia (UNESP-RC) 2001, Atendimento educacional especializado(UNESP MARÍLIA – 2012), Pós gestão educacional (Faculdades Claretianas – RC)

Função/ Cargo: Coordenadora da educação especial

A quanto tempo exerce essa função: Desde 2009

1-) Como coordenadora do núcleo de formação de professores, como você entende que a formação continuada auxilie na trajetória docente deste professor que nela está inserido?

R: eu não sou coordenadora de núcleo, dentro da secretaria da educação tem o centro de aperfeiçoamento pedagógico, que é o que eu faço parte e sou de uma área, a educação especial, então a gente trabalha com a formação.

Eu entendo a formação continuada como aquela que o professor, profissional educador vai buscar de acordo com a demanda que ele está trabalhando, eu vejo uma importância fundamental, porque ele vai em busca do que é a necessidade dele.

Eu acredito mesmo na continuada, numa formação presencial, existem algumas à distância, né? Que são boas e valem a pena, mas eu acho que a formação realmente boa é a presencial mesmo a continuada.

E pra esse professor que participa da formação, você que faz parte das formações, o que você acha que tem contribuído pra vida deles como professores?

R: De um modo geral acho assim, pela minha experiência aqui na secretaria da educação. Alguns professores realmente só participam da formação continuada, porque entre aspas se sentem obrigados, porque nós temos dentro da secretaria um programa de formação inclusive em serviço, então ele vem porque tá no horário de trabalho dele, eu acho isso muito ruim. Agora uma grande parte também felizmente busca a formação continuada, como eu disse que é pela demanda que ele tá sentindo necessidade, nesses casos é muito nítido o quanto um programa bem organizado de formação que atenda

realmente a necessidade daquela população específica rende resultados depois, na prática deste professor.

Então agora especificamente os de educação especial a gente tem tentado oferecer aquilo que é específico porque os professores se queixam que é necessidade de formação, e temos vistos alguns resultados bons.

Dentro das escolas você diz?

R: direto das escolas.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino (Brasil, 2008)

2-)A partir do objetivo da política de educação inclusiva, como você percebe que tem se aplicado na escola o parágrafo acima sobre educação especial. Ocorre inclusão? Os alunos com deficiência intelectual conseguem apreender juntamente com a classe? Da sua experiência, o que você tem visto?

R: Bom... A política ela é de 2008, mas na prática foi em 2009 que as coisas mudaram. E isso caminhou junto com a minha trajetória profissional que foi quando eu assumi a coordenação na secretaria da educação. Então o que eu percebo... Foi acontecendo, né. De 2009 pra cá houve um aumento de alunos que é público alvo da educação especial matriculado no ensino regular, não significa que fecharam escolas especiais, mas houve... Eu estou vendo um aumento gradativo de procura pelo ensino regular, então alunos que antes estavam só em instituições. A deficiência intelectual é na minha opinião é aquela que as vezes passa muito mascarada nesse sentido, né? Porque nós temos uma grande dificuldade, eu percebo isso na rede municipal, em distinguir a deficiência intelectual das dificuldades e dos distúrbios e isso faz com que as vezes esse aluno seja negligenciado. Então eu percebo que há inclusão efetiva daqueles casos que tem diagnóstico, então quando o aluno é matriculado, bem encaminhado e com uma

avaliação pedagógica coerente e a gente consegue um diagnóstico juntamente com os profissionais da saúde, este aluno tem uma inclusão efetiva, agora, aqueles casos que ainda há dúvida se é ou não é deficiente intelectual... Bom, nesses eu não vejo a inclusão efetiva, infelizmente.

Você acha que a família tem influencia sobre isso? Quando você fala que o aluno não tem diagnostico, e a área pedagógica não pode diagnosticá-lo.

R: o que eu percebo na prática é que as vezes algumas famílias se quer percebem, porque tem o histórico dos adultos da casa, as vezes a mãe é deficiente, o pai é deficiente, ou bastante limitado na compreensão de algumas coisas, então não consegue perceber que o filho tem alguma coisa. Então quando essa criança entra na escola, a própria escola percebe alguma coisa, se é uma família que apesar da simplicidade, mas que ela compreende a importância que a escola tá dando para um possível encaminhamento e vai atrás junto com a escola, dá até pra conseguir um tratamento adequado junto com o diagnostico, daí a gente tem muito mais sucesso, é óbvio, né... até depois que já está detectada a deficiência, e há um plano de atividades, um plano de ter autonomia independência para esse aluno, para que isso também ocorra fora da escola. Então, se a família tá trabalhando junto com a escola o progresso desse aluno é muito melhor em tudo, e não apenas no âmbito escolar. Família é fundamental.

3-) Como tem sido a adesão dos professores á este tipo de formação? Formação inclusiva. Existe muita procura? Há alguma preocupação em realizar este tipo de formação por parte dos professores?

R: sim, a gente primeiro aqui na secretaria da educação a gente aposta primeiro na valorização do professor, que é o da sala de recursos, do atendimento educacional especializado que ele tem como uma das suas funções, dar o apoio ao professor do ensino regular que recebe esse ano com deficiência e ao meu entendimento isso já uma formação continuada. Agora... Além disso a gente tenta oferecer cursos, oficinas, cursos rápidos... Dependendo da demanda, por exemplo agora a gente vai ter o simpósio, este simpósio tem como temática a humanização da escola, e entre as oficinas 5 entre 26 são exclusivas sobre a temática da educação especial e mais 3 que tentam associar práticas de educação física com inclusão, então na verdade de 26 oficinas, 8 são da temática da

educação especial, então a gente tenta, né oferecer, e a procura vem na mesma contra partida, a procura é grande.

O que eu percebo a vezes é que pela dificuldade de compreensão entre deficiência e distúrbios, transtornos que não são da educação especial, os professores as vezes procuram achando que vão ter respostas pra questões comportamentais e isso é um grande problema, mais a maioria realmente que vai pro curso uma formação de educação especial é porque ele é professor de um aluno com deficiência, então ele tira proveito disso.

4-) Você como uma das coordenadoras da área pedagógica como vê a inserção do aluno deficiente no ensino regular? Á contento? tardia? Porque?

R: o que eu percebo principalmente nesses 4 anos meus aqui na secretaria da educação. De 2009 pra 2010, nós tínhamos uma entrada na escola de crianças com deficiência tardiamente, então fora da idade, entrava na educação infantil, mas não na idade de entrar na educação infantil, mais velha. Alguns até entravam na primeira série antigamente, né no primeiro ano. Não entravam com 6 anos, entravam com 8 ou 9, principalmente os deficientes múltiplos, eu acho que devagarzinho a própria rede municipal foi se organizando e mostrando que tem tido um trabalho comprometido e isso se refletiu tanto nos encaminhamentos das intuições de saúde, né... que atendem os bebes já com deficiência, que tem encaminhado para inserção na escola, quanto na confiança que os pais estão nos dando, então hoje a gente já tem bebes matriculados com deficiências, inclusive muito graves. Desde o ano passado 2011, 2012, 2013 vamos ter mais bebes

E essa proposta de matricular o aluno que é mais velho numa série que é abaixo da idade dele?

R: quando o aluno ingressa no ensino fundamental principalmente, ele não pode ingressar fora de ser no primeiro ano, independente da sua idade ele tem que entrar no primeiro ano, depois ele pode ter a aceleração desse estudo, né? Que é a reclassificação, que você vai adequar a relação idade/série, no entanto o ingresso tem que ser no primeiro ano.

Quando um aluno não fez a educação infantil, e a gente consegue entre aspas burlar o sistema que é assim se o aluno tem 6 anos, deveria entrar no primeiro ano, mas não fez a educação infantil particularmente eu vejo benefício de ele entrar na educação infantil porque ele perdeu a oportunidade de experienciar coisas que a educação infantil deveria oferecer, não é o ideal... Ele deveria estar exatamente na idade, mas a hora que a gente tenta avaliar positivos e negativos ele perde muito mais ao se matricular em turmas da idade dele do que ficar 1 ano ou 2 em atraso na idade, mas tendo essas experiências que vão ser fundamentais para aprendizagem, então a gente tem crianças sim com diferença na idade, agora levando em conta de 2011 pra cá eu acho que isso está se corrigindo, com a entrada dos bebês já na série correta, berçário 1,2/ maternal e vão prosseguindo.

Quando o aluno entra mais velho numa série que é abaixo da sua idade, você percebe que ele se sente valorizado? Auto-estima entre outros.

R: a gente não tem percebido isso, talvez na faixa estaria que não é a que a gente atende, que são os mais velhos, talvez isso ocorra, mas entre os pequenos a gente não percebe isso. É uma preocupação nossa mesmo principalmente no ensino fundamental porque entre os pequenos é tão natural algumas coisas, e eles não tem maturidade pra perceber isso, agora no fundamental pensando no quarto, quinto ano que é o final, ele já estariam muito atentos á isso, e a gente não percebe esse problema de auto-estima, ao contrário, o aluno que vai prosseguindo e tem consciência da sua dificuldade independente da deficiência ou não eu volto a dizer que a dificuldade de aprendizagem é um grande problema e acho que temos de pensar sobre isso, a hora que ele adquire consciência da sua dificuldade e ele olha pros colegas que as vezes tem a mesma idade, ou até 1 ano menos e que supera e ele não tem essa possibilidade aí sim ele tem um problema com a questão de estima.

5-) Quantos professores da rede estão inseridos no contexto inclusivo? Quantos professores existem em sala de aula para que faça-se possível a inclusão? Assim como sala de recursos, e etc.

R: na rede municipal a gente se organiza dessa forma na educação infantil: berçário 1 e 2, não tem professor só monitor e dependendo do número de alunos é o número de monitores tem um critério. Já no maternal 1 tem professor e monitor, maternal 2 em

diante professor, isso pra sempre daí... no ensino fundamental professor, quando tem um aluno com deficiência matriculado, transtorno ou altas habilidades e que seja da educação especial, eu tenho a possibilidade á depender da necessidade deste aluno, á incluir mais um monitor independente da escolaridade dele seja do berçário ou seja do quinto ano do fundamental, e constatada a deficiência, constatado que ele é aluno da educação especial, ou na suspeita... Entra o professor do atendimento educacional, então minimamente existem 3 pessoas: o professor da sala, o monitor e professor do atendimento educacional, fora isso a gente tenta que todos compreendam, né, que é realmente um convencimento que toda equipe da escola deve fazer parte disso, porque se é uma criança que tem limitação alimentar, por exemplo, se a pessoa da cozinha não tiver envolvida afeta inclusive no desenvolvimento pedagógico desse aluno que ele não pode tomar merenda com os outros, então aí é um trabalho de gestão da escola, seria o ideal, em alguns lugares funciona melhor, mas minimamente 3 pessoas envolvidas.

E tem sala de recursos a partir de que série?

R: entrou na escola tá na sala de recursos. Desde o berçário.

Ela funciona paralela á classe?

R: Por lei é contra turno, então o aluno está matriculado em um período e no período inverso participa do atendimento educacional na sala de recursos, mas na prática alguns casos acontecem no próprio período, porque as crianças da creche são período integral, então não existe contra turno pra quem é período integral, porque se não seria noturno, então a gente já tem o atendimento no próprio horário, algumas crianças os múltiplos tem uma gravidade de saúde maior e muita dificuldade com o transporte, se for caderante, se a família não tem carro eles dependem de uma van adaptada, então nesses casos, seja na gravidade da saúde, ou pela dificuldade de transporte a gente faz extra-oficialmente o atendimento no próprio período, mas o cadastro só é no contra turno.

O que seria a sala de recursos? Uma sala de reforço escolar?

R: não, porém se a gente olhar historicamente a sala de recursos começou como um reforço sim. Para os alunos que eram diferentes na escola, aí elas viraram salas especiais e das salas especiais á uma proposta inclusiva se transformaram em sala de recursos.

Como o nome diz é um espaço que tem um professor que vai adequar ou inventar recursos que dêem acesso á conhecimentos do ensino regular. Fica claro um exemplo: eu tenho um aluno com deficiência múltipla que tem limitação motora, baixa visão e que não consegue oralizar e ele tá matriculado na educação infantil, lá na sala de aula por exemplo a professora conta história né! E as crianças recontam essa história , logo esse aluno não consegue recontar, porque ele não fala e não tem movimento coordenado, então lá na sala de recursos a professora fez uma avaliação adequada pra saber qual a forma de resposta deste aluno e ela vai possibilitar o recurso, através de uma adequação metodológica orienta a professora do ensino regular e a monitora se for o caso para que esse aluno possa dar a resposta pra ela. É o lugar de estudar como essa criança funciona. Por isso eu acredito numa formação continuada dada por este professor da sala de recursos, porque a medida que ele estuda sobre essa criança ele tá aprofundando o conhecimento sobre aquela deficiência. E ele vai para o professor do ensino regular que recebe essa criança, ele vai dar pra ele orientações pedagógicas , nada mais é que pra mim uma formação continuada, e todo o dia.

6-) De acordo com o seu modo de pensar, a educação inclusiva tem sido de maneira efetiva ou possui caráter assistencialista?

R: Não, eu acho que a gente já caminhou muito, já quebramos muito dessa barreira assistencialista eu acho SIM!

E como se deu isso? Você acompanhou esse processo? O que pode nos contar a respeito.

R: Bom eu estou na educação especial não faz tanto tempo assim, né! Eu sei te dizer por leituras por amigos que trabalham na educação especial há vinte anos, porque eu vim pra secretaria da educação em 2009, então de 2005 até 2009 eu estava na coordenação pedagógica de uma escola e essa escola começou a receber muitos alunos com deficiência, então a minha aproximação da educação especial é recente é de 2005 pra cá, anteriormente eu estava na sala de aula regular, tive alunos com deficiência, mas sempre com essa proposta mais inclusiva, né!? Porque eu estava no ensino regular e já recebia alunos com deficiência, quando eu fui pra coordenação a mesma coisa.

E quando você estava em sala de aula, você percebia a inclusão efetiva?

Não, não era não. Eu tive 3 experiências com alunos deficientes quando eu estava lecionando em sala de aula , num caso específico eu tinha uma aluninha que era atendida na AACD em São Paulo, então eu ficava me questionando muito com relação á algumas coisas porque eu também não compreendia, foi meu primeiro caso de inclusão, essa aluna tinha um bom desempenho, mas com dificuldade motora e com uma baixa visão que possuía uma lesão cerebral e ela ia uma vez por semana pra São Paulo na AACD pra fazer o atendimento, e aqui em Rio claro não tinha absolutamente nada na escola. Eu me sentia muito desesperada com coisas que eu não sabia fazer, e quando eu ia falar com a direção da escola, eu ouvia:

- ah, deixa ela é diferente.

Para mim isso é assistencialismo e era o que me incomodava, mas por outro lado, eu não tinha outra idéia. Hoje eu já tenho uma idéia melhor concebida até pela experiência, mas eu não acho que aquele era o caminho, então nesse sentido de assistencialismo eu percebi um amadurecimento e melhora, acho que a gente cresceu muito.

7-) Você como professora e agora como coordenadora da educação especial, pode nos contar sua percepção de inclusão desde a época em que lecionava até os dias hoje, e como você tem sentido esse processo que vem ocorrendo através de novas leis e diretrizes para atender este público deficiente.

R: Bom... No caminhar histórico nós tivemos algumas mudanças, primeiro: a entrada de todo mundo na escola, independente de ter deficiência ou não, né?! A década de 90 foi o "bum" da entrada de todos na escola e depois com o Fundef, fundeb, então já começaram a aparecer algumas crianças, só que tudo que era diferente naquela época era da educação especial, existiam salas de reforço, houve uma época que no estado tinha um programa que chamava aceleração, enfim de 2001 pra frente saiu uma resolução federal falando sobre a educação especial, eu acho que foi uma tentativa de delinear um pouco melhor, mas ainda assim muito aberto, sem especificidades. Paralelo á isso mundialmente a gente via movimentos das pessoas com deficiência tentando exigir os direitos deles mesmos, né?! Porque quando você põe todo mundo no mesmo "saco" alguns saem em prejuízo e aí desse época do inicio de 2000 até a política de 2008 eu acho que foi um momento que a educação começou a se organizar um pouco melhor pra

oferecer alguma coisa que é o que a gente tem hoje, então anterior a 2008 existiam alguns municípios/ escolas, numa tentativa de um atendimento especial pro aluno do ensino regular, de 2008 pra cá eu acho que quem não faz isso, está na contramão da história, Porque amparo pra isso (inclusão) a gente tem, tanto em legislação quanto em recursos mesmo, porque á medida que você matricula o aluno, faz parceria com o MEC, você recebe equipamento, então você tem incentivo financeiro também, e a questão do financiamento (fundeb) o aluno que é reconhecido com deficiência o município recebe duplamente por ele, então existe incentivo para que isso ocorra, agora eu não sou radical, pela a minha experiência eu acho que a gente tem que ter muito bom senso de ouvir a opinião dessa família que conhece essa pessoa, esse aluno com deficiência e pesar o que é produtivo pra ele, porque tem casos que eu acho que são beneficiados com as escolas especiais. Apesar da orientação ser de uma política inclusiva, ela não é taxativa, e ela nos permite direito de escolha, porém este direito é da pessoa e da família, e não da escola, a escola/ educação pública deve estar á serviço dessas pessoas.

Quando nós falamos que os deficientes lutaram por seus direitos me parece estranho, porque você não deveria precisar exigir/ lutar pelos seus direitos, afinal eles estão lá na constituição federal, mas na questão do deficiente se observa essa dificuldade de garantia de direitos.

R: eu percebo na prática que quando a gente fala algumas coisas para algumas mães que elas falam assim:

- Ah, muito obrigada e tal. Então eu vou fazer isto.

Parece que a gente tá fazendo um favor, nós não estamos fazendo um favor, a gente não é bonzinho, é questão de direito, de humanidade com qualquer ser humano, e alguns necessitam sim de um tratamento melhor, né? Porque eles tem que ter algumas compensações e que as pessoas acham que não é direito, não tem cabimento.

São os direitos básicos que já estão garantidos. Eu brinco que me incomoda muito é aquela história que me incomoda muito de que isso é novidade, a inclusão é de agora. A constituição do nosso país é de 1988, então não é novidade , o aumento de alunos com deficiência no ensino regular, sim, é novidade. Mas é novidade porque a medicina e a tecnologia evoluíram para que eles tivessem sobre vida .

8-) Conte-nos como tem funcionado na secretaria da educação este processo de conscientização através das formações sobre a desmistificação da deficiência para os professores atuantes na rede.

R: È eu volto á aquele exemplo que eu falei, você acaba de receber um aluno na sua sala, ele é um aluno com deficiência múltipla, está na cadeira de rodas, baba, não tem movimento coordenado, não enxerga direito e não fala. A primeira coisa que a gente pensa é: que ele não tem capacidade, que ele não compreende o que eu falo. Por isso as vezes ele (professor) nem fala com essa criança, ele fala com alguém que tá do lado, né, não se refere ao indivíduo com deficiência. ISSO é um mito, porque ele tem um corpo que o prende, mas ele pode estar compreendendo tudo, ele pode tá ouvindo e enxergando tudo, então pra quebrar esses mitos eu aposto muito no professor da sala de recursos, porque á medida em que é um profissional de boa formação com conhecimentos que lhe dêem conta de avaliar este aluno e mostrar pro professor a capacidade deste aluno de outras maneiras, recursos, linguagem e possibilidades, então a gente quebra esses mitos, né?! Só que é difícil, porque leva tempo, então é importante falar sobre isso com os professores.

9-) Ocorre um trabalho multidisciplinar nas escolas? Área da saúde, educacional e família, caminhando juntos para o melhor desenvolvimento deste aluno?

R: esse é o sonho. Efetivamente aqui em rio claro temos uma parceria muito boa com o centro de reabilitação infantil princesa vitória que atende as deficiências físicas e sensoriais e também alguns transtornos.

O sonho é que a gente possa sentar junto, periodicamente: educação, saúde, família e a ação social, agora na prática: 2 ou 3 vezes por ano todos os professores da rede municipal, exceto quando tem emergência , eles são dispensados do horário de trabalho deles e vão pra uma reunião no Princesa Vitória, para um momento de troca de experiências. Nós na rede Municipal estabelecemos um documento (PDI) Plano de desenvolvimento individual, o qual a gente tenta pensar integralmente neste aluno estabelecendo um plano de trabalho que integre essas áreas, este documento todas as crianças e jovens (EJA) com deficiência tem e ele é elaborado coletivamente: professor da sala de recursos, professor do ensino regular, professor de educação física, monitor,

equipe gestora, 1 profissional da saúde e a família se ela quiser. Quando a família ou o profissional da saúde não participam tem um registro sobre isso.

10-) Como você acredita que seja a escola inclusiva ideal? Recursos, profissionais, acessórias e etc.

R: Eu não acho que a gente tem q tornar a escola um ambiente médico, saúde é saúde... Escola é escola. Mas eu acho que essa parceria de você ter a liberdade do ir e vir nesses dois espaços, fono, fisio. Acho que se a gente conseguisse uma parceria mais estreita entre profissionais que visitassem mais a escola até pra fazer a orientação de acessibilidade seria o ideal. Seria melhor ainda se houvesse uma equipe específica para fazer essas orientações dentro da educação né, mas não é a realidade.

PROFESSOR 6

Idade: 25 anos

Formação: Licenciatura e bacharelado em educação física e Pedagogia

Ano de formação: 2009

A quanto tempo leciona na rede municipal: 3 anos

Gênero: Feminino (X) Masculino ()

Classes em que leciona: Maternal I ao Infantil I

1 - Professor, o que você entende por formação continuada? Qual a função desta para sua atuação como docente?

Uma formação que o professor precisa estar constantemente buscando, renovando pra se atualizar. Ninguém é pronto todo mundo precisa estudar e se atualizar.

A formação continuada tem uma função de auxílio, porque quanto mais formação nós temos, melhor a nossa prática docente do dia-a-dia

2 - Para você a formação continuada é um instrumento que auxilia na maneira de ensinar? Sim? Não? Porque?

Sim, porque é uma forma de você estar se especializando cada vez mais na área que a gente trabalha.

3 - Na sua sala existem alunos que possuem algum tipo de deficiência, ou múltiplas deficiências? Quais?

Não, o único aluno que eu tive com necessidades especiais foi este aluno que tinha uma lesão cerebral.

4 - Você considera que suas aulas possuem um caráter inclusivo? Sim? Não? De maneira que atenda á todos os educandos de maneira indiscriminada? Como isso ocorre?

Sim, porque eu procuro sempre respeitar a individualidade de cada um, adaptando a aula para que todos possam participar dela.

5 - Professor, antes de realizar este tipo de formação que atenda o deficiente de maneira á incluí-lo no ensino regular, você já participou de outros tipos de formação continuada? Quais?

Eu fiz alguns cursos sobre educação infantil, e a educação física na educação infantil, mas relacionado.

6 - Na graduação você se recorda de ter participado de disciplinas as quais possuíam o objetivo de desmistificar o corpo deficiente? Sendo estas disciplinas humanistas ou biologicistas.

Sim, eu tive uma disciplina de educação física adaptada, então nós vivenciamos como que era lidar com a cegueira com a deficiência do cadeirante. Apenas uma disciplina durante todo o curso. E, algumas outras disciplinas o professor auxiliava e procurava nos mostrar como melhor adaptar as atividades relacionando cada disciplina.

7 - Você sente-se preparado, para trabalhar com este público (aluno) deficiente? De maneira á integrá-lo á turma a qual ele está inserido/? A formação continuada ajudou nesse processo de inclusão em suas aulas? Relate como sua carreira como docente tem se modificado após as formações.

Eu acredito assim, que é sempre um desafio e a partir do momento que você encontra este aluno inserido em sua turma, você precisa buscar os recursos pra você trabalhar com ele. Eu tenho alguns subsídios, mas eu acredito que quando eu pego esse aluno eu preciso estudar mais.

Sim, com certeza a formação continuada ajudou a desenvolver o trabalho com este aluno. Tanto a formação continuada, como o atendimento que esse aluno tem em sala de recursos, fono. E aí com a troca de informações com esses profissionais, a gente consegue montar uma aula melhor, facilita pra nós também.

Eu já trabalha em escola antes de fazer faculdade, eu trabalhava como monitora, então eu já tinha uma base, por já conhecer o cotidiano da escola, mas com a graduação

melhorou a minha maneira de perceber a escola e os alunos, aumentando a experiência, e com as formações a gente vai cada vez mais nos aprimorando e nos adaptando aos alunos que são diferentes a cada ano. Eu acredito que no decorrer da carreira você vai aprendendo mais a como lidar com esse aluno, as dificuldades que ele tem, porque não é só o aluno com necessidade especial que apresenta algum tipo de dificuldade, né? Algum outro aluno considerado normal também pode ter algum tipo de dificuldade. Através dos anos eu observo isso, que a cada ano a gente tem mais estratégias pra trabalhar com eles (alunos)

PESQUISADOR: Voce acha que o dia-a-dia é uma formação?

Sim, o dia a dia, a troca de experiência com os amigos, né? Na escola também com outro professor. Aqui na nossa escola tem a integração das aulas de educação física, quando o maternal I trabalha juntos com o maternal II, e é uma troca de experiência, porque as vezes o professor tem uma outra visão, outra idéia e vamos trocando informações, posso dizer que isso é uma formação diária.

8 - De que maneira você acredita que a formação continuada inclusiva te auxilie no trato com a classe heterogênea? Porque a gente sabe que a inclusão social não pertence só ao deficiente, nela estão inseridos o índio, o negro, o aluno da classe social menos favorecida. E como você consegue trabalhar os diversos valores como: gênero, sustentabilidade com esta diversidade cultural? Acredita ser importante este tipo de formação?

Uma questão que eu sempre trabalho com os alunos é que cada um tem o seu jeito, a sua individualidade, que um é moreno o outro é loiro, e que cada um tem seu jeito de ser, que um pode realizar o exercício mais rápido e outro mais lento e que nós devemos respeitar uns aos outros e respeitarmos o nosso limite. Na educação infantil eu percebo que a partir do momento que eu dou a atividade, você não precisa ficar impondo que a criança realize do modo que deve ser realizado, ele faz dentro do seu limite, então eu procuro trabalhar desse modo.

Eu procuro trabalhar com os diversos temas, mas não é uma coisa muito profunda, até pela idade dos alunos de 3 á 5 anos.

Sim eu acredito ser importante esse tipo de formação, mas eu acho que não há necessidade de ser apenas 1 tema trabalhado por ano, que nem este ano foi trabalhado só adaptada (educação física adaptada), acho que poderia ter trabalhado outros temas também, porque a gente precisa dessa formação, e no HTPC de educação física é um ótimo tempo para se trabalhar isso.

9 - Você percebe que a prefeitura tem facilitado este tipo de formação pós graduação? Como isso tem ocorrido?

Sim, tem facilitado, porém a dica que eu daria seria o de ser trabalho mais temas por ano, para ampliar o nosso leque. Mas com certeza a formação é um auxílio que todo o professor precisa e valoriza.

Nós professores, temos o HTPC que é onde as formações estão sendo realizadas, daí a secretaria da educação envia pra escola o dia que será p HTPC, e a escola nos avisa os dias que as formações iram ocorrer.

10 - Em que aspecto você acredita que as formações que trabalhem com a desmistificação do corpo deficiente, podem se aprimorar para melhor corresponder com a necessidade das escolas?

Eu acredito que tem algumas escolas que precisem melhorar o aspecto arquitetônico da escola e em questões de estrutura, porque tem aluno que sente dificuldade, não tem muito acesso, alguns lugares se tornam perigosos pra essas crianças que podem cair e se machucar. Porque na questão do material, a gente tem.

PESQUISADOR: O que é falado no curso de formação é aplicável á realidade da escola, ou é muito utópico?

Algumas coisas se aplicam a realidade escolar sim, mas outras já fogem do contexto.

11 - De modo geral, a formação continuada oferecida através da prefeitura, atendeu seu objetivo? Sim? Não? Porque?

Atendeu sim, foi uma formação muito interessante, e se eu pudesse dar uma dica seria a de que eles não fiquem parados em apenas um tema, mas que seja algo diferenciado. Porque esse tema de adaptada tá no auge, e o professor precisa se informar, conhecer e

ter uma formação, porque agora cada vez mais, eu acredito que nós vamos ter alunos deficientes dentro da escola.

12 - Relate uma atividade (proposta) de aula elaborada a partir do curso de formação continuada.

Atividades adaptadas, onde o aluno tem alguma necessidade especial, então através de algumas formações foi possível eu adaptar algumas aulas.

Esse ano eu tive um aluno que tinha uma lesão cerebral e um lado do corpo dele é atrofiado. Então eu desenvolvi uma atividade com corda, então eu adaptei a corda na mão dele e ele conseguiu pular esta corda, no seu tempo e do seu jeito e fazer todos os movimentos com a corda.

13 – Qual sua avaliação sobre a formação continuada?

Eu daria nota 8, porque tiveram dias produtivos, mas também tiveram dias muito maçantes.

14- Qual seria a formação continuada ideal em sua concepção?

Eu atenderia a parte infantil, que trouxesse algumas estratégias, porque o infantil necessita muito dessa ajuda. Por as crianças serem muito pequenas, já tem a dificuldade de se expressar, então eu acho que deveria ter uma formação visando essa faixa etária.

PROFESSOR 7

Idade: 62

Formação: Educação Física (Pucc)

Ano de formação: 1979

A quanto tempo leciona na rede municipal: 24 anos

Gênero: Feminino (X) Masculino ()

Classes em que leciona: Infantil I e II

1 - Professor, o que você entende por formação continuada? Qual a função desta para sua atuação como docente?

Uma forma de você estar mais atualizado, né?

Trazar subsídios para elaboração, e melhoria das aulas.

2 - Para você a formação continuada é um instrumento que auxilia na maneira de ensinar? Sim? Não? Porque?

Sim, porque traz novos métodos de ensino e ajuda na sequencia do conteúdo, no desenvolver dos conteúdos, porque tira as duvidas, traz novidades e um novo olhar de um mesmo conteúdo, além de trazer as mudanças necessárias aos devidos conteúdos.

3 - Na sua sala existem alunos que possuem algum tipo de deficiência, ou múltiplas deficiências? Quais?

Sim, um aluno surdo. Apenas esse tipo de deficiência.

4 - Você considera que suas aulas possuem um caráter inclusivo? Sim? Não? De maneira que atenda á todos os educandos de maneira indiscriminada? Como isso ocorre?

Sim, adaptando certas atividades á este aluno, existe também uma menina que interpreta sinais (libras), e o aluno também entende leitura labial. No momento da aula, ele

interage bem com os colegas, e a aula sempre atende á toda diversidade, respeitando sempre a individualidade de cada aluno.

5 - Professor, antes de realizar este tipo de formação que atenda o deficiente de maneira á incluí-lo no ensino regular, você já participou de outros tipos de formação continuada? Quais?

Sim, formações para ensino infantil, e educação física escolar.

6 - Na graduação você se recorda de ter participado de disciplinas as quais possuíam o objetivo de desmistificar o corpo deficiente? Sendo estas disciplinas humanistas ou biologicistas.

Não, ah... isso a gente não tinha não.

Naquela época era muito diferente, era só o básico que a gente tinha né? Futebol, vôlei, basquete, natação e só. Mas sobre deficiente a gente não tinha nada.

7 - Você sente-se preparado, para trabalhar com este público (aluno) deficiente? De maneira á integrá-lo á turma a qual ele está inserido/? A formação continuada ajudou nesse processo de inclusão em suas aulas? Relate como sua carreira como docente tem se modificado após as formações.

Sim, tentando não discriminar nenhum aluno por causa de sua deficiência ou diferença. Tentando ajudar a me compreender, no caso do aluno surdo, né?

Sim, toda formação ajuda, esta de inclusão ajudou muito a gente a entender um pouco os alunos e suas deficiências, mas ainda é difícil e trabalhoso.

A formação sempre ajuda, porque você consegue obter subsídios para temas diferenciados como jogos e brincadeiras novos, repaginados, saindo da rotina da aula padrão.

8 - De que maneira você acredita que a formação continuada inclusiva te auxilie no trato com a classe heterogênea? Porque a gente sabe que a inclusão social não pertence só ao deficiente, nela estão inseridos o índio, o negro, o aluno da classe social menos favorecida. E como você consegue trabalhar os diversos valores

como: gênero, sustentabilidade com esta diversidade cultural? Acredita ser importante este tipo de formação?

Ah, auxilia muito né, porque a gente aprende sobre a deficiência e como se projetar em relação á ela, como ajudar este aluno a aprender e se desenvolver através da nossa aula, né?

A formação continuada inclusiva foi na minha opnião muito importante sim, porque me deu uma base de como proceder em algumas situações com este aluno em relação á mim e em relação á classe também, né? Então foi muito proveitosa

9 - Você percebe que a prefeitura tem facilitado este tipo de formação pós graduação? Como isso tem ocorrido?

Tem facilitado sim, nós somos liberados do HTPC, e participamos das formações neste horário né? Não precisamos interromper nenhuma atividade para participarmos das atividades de formação.

10 - Em que aspecto você acredita que as formações que trabalhem com a desmistificação do corpo deficiente, podem se aprimorar para melhor corresponder com a necessidade das escolas?

Bom, Em relação as deficiências de uma maneira biológica é bem pouco falado, porque a maioria das pessoas que vão dar as formações são da área educacional, então elas geralmente falam das suas experiências e alguns estudos que já participaram, é algo meio por cima, sem muita ênfase, sabe?

11 - De modo geral, a formação continuada oferecida através da prefeitura, atendeu seu objetivo? Sim? Não? Porque?

Atendeu em partes, né? Porque foi bom a gente aprender, mas também falta muita coisa ainda, né? Falta mais tempo de formação, mais diálogo com nós que estamos ouvindo e assistindo a formação. Pra ter uma troca de experiências maior né?

12 - Relate uma atividade (proposta) de aula elaborada a partir do curso de formação continuada.

Bom... Eu fiz uma brincadeira de esgrima com jornal que eu aprendi lá na formação e foi bem bacana... todos os alunos brincaram, interagiram, e os que tinham dificuldade foram auxiliados pelos mais habilidosos, foi uma atividade bem colaborativa.

13 – Qual sua avaliação sobre a formação continuada?

Se eu fosse dar uma nota eu daria a nota 6 ou 7, porque foi boa, mas poderia ser melhor, mais focada nos professores e mais específica em relação às deficiências.

14- Qual seria a formação continuada ideal em sua concepção?

Na minha concepção, precisamos de professores mais especializados, e que saibam mais sobre deficiências pra nos ajudar né? Precisamos trocar mais experiências também lá no NAM, né? Aonde fazemos a formação. Porque ainda sabemos muito pouco.

Professor 8

Idade: 49

Formação: Educação física (Ufscar)

Ano de formação:1985

A quanto tempo leciona na rede municipal: há 20 anos

Gênero: Feminino () Masculino (X)

Classes em que leciona: do primeiro ao quinto ano

1 - Professor, o que você entende por formação continuada? Qual a função desta para sua atuação como docente?

É uma formação que nós devemos elaborá-la todos os dias, de maneira a adaptá-la ao currículo escolar.

A formação continuada faz com que nós possamos administrar melhor as situações de inclusão dentro de uma classe, desenvolvendo um trabalho mais eficiente e inclusivo.

Os cursos que nós fazemos nos ajudam a elaborar melhor um plano de aula, a adquirir mais conhecimento sobre as questões de inclusão e das necessidades especiais de cada aluno

2 - Para você a formação continuada é um instrumento que auxilia na maneira de ensinar? Sim? Não? Porque?

Sim, porque a formação continuada vai nos dar alguma ferramentas pedagógicas para que nós possamos adaptar o currículo de acordo com as necessidades especiais de cada aluno.

3 - Na sua sala existem alunos que possuem algum tipo de deficiência, ou múltiplas deficiências? Quais?

Sim, eu trabalho com dois alunos que são surdos, um aluno com síndrome de down e vários outros alunos com déficit de atenção.

4 - Você considera que suas aulas possuem um caráter inclusivo? Sim? Não? De maneira que atenda á todos os educandos de maneira indiscriminada? Como isso ocorre?

Sim, isso ocorre de uma maneira que nós desenvolvemos um currículo adaptado para esses alunos que precisam de uma atenção especial devido á suas deficiências. Nós realizamos um plano de aula individual de acordo com a necessidade e a individualidade de cada aluno.

5 - Professor, antes de realizar este tipo de formação que atenda o deficiente de maneira á incluí-lo no ensino regular, você já participou de outros tipos de formação continuada? Quais?

Eu participei, de outros cursos sobre educação física escolar, e também fiz uma pós graduação em psicopedagogia, aonde nós estudamos bastante a inclusão, e uma formação continuada faz com que o profissional possa atender melhor esses alunos com deficiência.

6 - Na graduação você se recorda de ter participado de disciplinas as quais possuíam o objetivo de desmistificar o corpo deficiente? Sendo estas disciplinas humanistas ou biologicistas.

Não nós não tínhamos disciplinas especializadas nesse tipo de conhecimento.

7 - Você sente-se preparado, para trabalhar com este público (aluno) deficiente? De maneira á integrá-lo á turma a qual ele está inserido/? A formação continuada ajudou nesse processo de inclusão em suas aulas? Relate como sua carreira como docente tem se modificado após as formações.

Sim, eu me sinto preparado e apto a trabalhar com este publico deficiente.

E a formação continuada ajudou muito nesse processo, nos deu vários subsídios para trabalhar com esses alunos que necessitam de uma aula especial, uma aula adaptada diante do currículo.

A sem dúvida porque quando eu comecei a minha carreira 26 (vinte e seis) anos atrás, os alunos eram discriminados com classes especiais e hoje não, hoje nós trabalhamos

com uma classe, aonde nós possuímos uma classe totalmente heterogênea, aonde nós temos o objetivo principal de inserir aqueles alunos que tem algum problema.

8 - De que maneira você acredita que a formação continuada inclusiva te auxilie no trato com a classe heterogênea? Porque a gente sabe que a inclusão social não pertence só ao deficiente, nela estão inseridos o índio, o negro, o aluno da classe social menos favorecida. E como você consegue trabalhar os diversos valores como: gênero, sustentabilidade com esta diversidade cultural? Acredita ser importante este tipo de formação?

Bom, essa formação continuada nos mostra alguns métodos de trabalho para que nós possamos trabalhar com a minoria essa minoria que era excluída antigamente, e hoje é incluída dentro do sistema educacional.

Esse tipo de formação é muito importante, todo profissional deve ter uma formação continuada.

9 - Você percebe que a prefeitura tem facilitado este tipo de formação pós graduação? Como isso tem ocorrido?

Sim, a prefeitura tem facilitado através da formação de cursos para que o profissional possa trabalhar com maior eficiência. A prefeitura sempre avisa as escolas sobre as formações, para que possamos estar presentes.

10 - Em que aspecto você acredita que as formações que trabalhem com a desmistificação do corpo deficiente, podem se aprimorar para melhor corresponder com a necessidade das escolas?

Acredito que dentro das universidades as pesquisas devem ser mais elaboradas e trabalhadas para que nós possamos através destas pesquisas obter alguns dados para melhorar nossa capacitação profissional.

Acho que deveria ter um trabalho unificado entre a universidade e a escola, porque dentro da universidade vocês tem tempo de fazer este tipo de estudo de pesquisa que muitas vezes nós não temos devido á nossa grande carga horária de trabalho dentro da escola.

11 - De modo geral, a formação continuada oferecida através da prefeitura, atendeu seu objetivo? Sim? Não? Porque?

Sim, porque a formação continuada sempre mostra algum quesito que nós temos que aprimorar e isso vai melhorando cada vez mais a nossa formação profissional.

12 - Relate uma atividade (proposta) de aula elaborada a partir do curso de formação continuada.

Sim, eu desenvolvi um trabalho com alguns alunos cegos, realizei atividades com bolas com guizo, fizemos corridas amarrando cordinha na mão deles, e isso fez com que eles pudessem se incluir dentro do contexto da escola.

13 – Qual sua avaliação sobre a formação continuada?

A formação continuada é no momento uma obrigatoriedade na vida de um profissional, porque se você ficar muito defasado, você não terá condições de transmitir ao aluno o conteúdo necessário.

14- Qual seria a formação continuada ideal em sua concepção?

Seria uma formação de vários anos aonde seria abordado alguns temas especiais para que nós pudéssemos ter o domínio desses conteúdos relacionados á inclusão, e assim passar para os nossos alunos.